



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Programa de Pós-Graduação em História

UNIRIO
história

ALICE REGINA MACIEL DE MOURA

**CULTURA ESCRAVISTA E RESISTÊNCIA
ES CRAVA NOS ANÚNCIOS DE FUGA DO
JORNAL DO COMMERCIO (RIO DE
JANEIRO, 1827-1850)**

ALICE REGINA MACIEL DE MOURA

**CULTURA ESCRAVISTA E RESISTÊNCIA ESCRAVA NOS
ANÚNCIOS DE FUGA DO *JORNAL DO COMMERCIO* (RIO DE
JANEIRO, 1827-1850)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Instituições, Poder e Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Andrea Barbosa Marzano

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Andrade dos Santos

Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

2022

ALICE REGINA MACIEL DE MOURA

**CULTURA ESCRAVISTA E RESISTÊNCIA ESCRAVA NOS
ANÚNCIOS DO *JORNAL DO COMMERCIO* (RIO DE JANEIRO,
1827-1850)**

Dissertação apresentada como requisito
para a obtenção do grau de Mestre em
História pela Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Andrea Barbosa Marzano
Orientadora – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Andrade dos Santos
Coorientadora – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Mariana de Aguiar Ferreira Muaze
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. Humberto Fernandes Machado
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (suplente)

*Para Igor,
por ser meu porto seguro em meio às turbulências da vida.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um longo caminho. O período de três anos pareceu ter durado o dobro: escrever em meio a uma pandemia; conviver com a insegurança das bolsas e com o sucateamento da educação foi muito difícil. Por vezes, me peguei pensando que não seria possível dar prosseguimento à pesquisa. Felizmente, tive pessoas que me apoiaram de inúmeras maneiras nessa jornada.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Cláudia Regina Andrade dos Santos, que me guiou desde 2016, quando me apresentou o tema da resistência escrava e da imprensa. Me ensinou a ler de forma crítica as fontes, se preocupou com a minha formação, tudo isso de uma maneira muito gentil. Obrigada por ser sempre tão acolhedora, por ter sempre se preocupado com o meu bem-estar e ter feito essa caminhada mais leve. Agradeço, sobretudo, por ter me ensinado o ofício de historiadora. Sua competência, alegria ao lecionar e pesquisar são inspiradoras. Mesmo quando estava desanimada, saía das nossas reuniões renovada e pronta para voltar ao trabalho. Sem a sua orientação, leituras atentas a tudo que escrevia, sugestões e conselhos, nada disso seria possível. Nenhuma palavra será suficiente para agradecer seu apoio e carinho durante todos esses anos.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Andrea Marzano por ter aceitado a orientação após a saída da Prof.^a Cláudia Santos do PPGH Unirio em 2019.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Mariana Muaze, que também fez parte da banca da monografia. Os seus apontamentos foram um grande incentivo para que eu prosseguisse a pesquisa no mestrado. Obrigada pela leitura entusiasmada do trabalho. Suas sugestões foram valiosas.

Agradeço à Prof.^a Dr.^a Keila Grinberg pela leitura meticulosa do trabalho. Suas sugestões e indicações foram essenciais para o direcionamento final da pesquisa.

Agradeço ao Prof.^a Dr. Humberto Machado por ter aceitado o convite para participar da banca.

À Biblioteca Nacional, pela digitalização dos jornais que viabiliza o trabalho de muitos pesquisadores. Sem isso, com certeza seria impossível analisar tantos anúncios em pouco tempo. O acesso às fontes sem necessidade de deslocamento se fez ainda mais importante durante a pandemia.

À UNIRIO, minha segunda casa, o lugar a que pertencço nos últimos 8 anos. Foi nela que me transformei na profissional que sou, meu carinho e minha gratidão serão

eternos. Foi com a bolsa de incentivo acadêmico que comecei a pesquisar. Nela que tive os melhores professores. Que todos tenham oportunidade de ter a vida transformada pela educação como eu tive.

À CAPES pela bolsa concedida, sem ela teria sido muito difícil dar prosseguimento à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIRIO, professores e funcionários, pelo profissionalismo e dedicação, essenciais em todo este processo.

Gostaria também de agradecer ao professor Ricardo Salles (*in memoriam*) por suas aulas, seus ensinamentos e bom humor. Com certeza uma grande referência e inspiração para este trabalho.

Aos meus familiares pelo apoio ao longo da vida. Especialmente, à minha avó por ter sempre me incentivado a estudar. À minha mãe por ter me ensinado o prazer da leitura.

Agradeço aos amigos pelo carinho e momentos de descontração necessários: Gabi, Iguinho, Stefany, Marina e Letícia. Aos amigos que tive a sorte de fazer no mestrado, fazendo com que a caminhada fosse mais prazerosa: Vinicius, Márcia, Mariana e Wilson. Agradeço a Jessica, pelo suporte, conforto e incentivo que nossa parceria me trouxe ao longo de tantos anos.

Agradeço, especialmente, a Thaís Resende, pela nossa maravilhosa amizade. Por dividir comigo todos as frustrações e conquistas da nossa profissão. Por ler e sempre se preocupar com o andamento do trabalho. Pelas nossas trocas de leituras, pelas horas de estudo juntas e pelas cervejinhas compartilhadas falando sobre a vida de professora.

As minhas cachorrinhas Olga e Agnes, pela companhia nos momentos da escrita.

Agradeço à pessoa mais importante na minha vida, meu companheiro, Igor Rodrigues. Desde o meu primeiro dia na graduação estava torcendo por mim. Seu apoio como marido e historiador me fizeram ter mais segurança e acreditar que era possível. Obrigada pela leitura incansável, pelas indicações de livros, por ter me ouvido falar várias vezes a mesma coisa e sempre comentar como se fosse a primeira vez. Obrigada por ter passado suas férias construindo o banco de dados comigo. Agradeço por aprender tanto com você. Se não estivéssemos juntos, tudo seria mais difícil e sem graça. Dividir a vida contigo é um privilégio. A você dedico este trabalho, pois ele é parte seu também.

Ter canela fina é pra correr
Se me pegarem vai doer
Mesmo estando em desvantagem
A sensação é de poder
Eu sou nego fujão
Pega nego fujão
Corre nego fujão
Eu vou me embora daqui
Crime Bárbaro (2017), Rincon Sapiência.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise os anúncios de fugas do *Jornal do Commercio* na primeira metade do século XIX com o objetivo de identificar as tensões e contradições que permearam a existência dos indivíduos escravizados. O principal pressuposto que orientou essa pesquisa foi o de que a instituição escravista não pode ser pensada sem referência à resistência escrava, com os seus diferentes objetivos e significados. A partir da análise dos anúncios de fugas, conseguimos traçar um perfil dos fugitivos e das suas principais estratégias. Além disso, consideramos o discurso utilizado na imprensa – nos anúncios e editoriais – como parte fundamental da cultura escravista. Por último, esse trabalho propõe uma reflexão sobre a relação entre resistência escrava e os contextos de crise política.

Palavras-chave: Anúncios de fuga; Escravidão; Imprensa; *Jornal do Commercio*; Resistência escrava

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo analizar los anuncios de fuga del *Jornal do Commercio* en la primera mitad del siglo XIX, a partir de ahí, tratamos de identificar las tensiones y contradicciones que permeaban la existencia de los sujetos esclavizados. El suposición principal que guió esta investigación fue que la institución esclavista no puede ser pensada sin referencia a la resistencia esclava, con sus diferentes objetivos y significados. Del análisis de las fuentes pudimos trazar un perfil de los fugitivos y sus principales estrategias. Además, consideramos el discurso utilizado en la prensa -en anuncios y editoriales- como parte fundamental de la cultura esclavista. Finalmente, este trabajo propone una reflexión sobre la relación entre la resistencia esclava y los contextos de crisis política.

Palabras-clave: Anuncios de fuga; Esclavitud; Prensa; *Jornal do Commercio*; Resistencia esclava.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo.....	39
Gráfico 2 - Anúncios de escravos fugidos.....	109
Gráfico 3 - Africanos livres nos anúncios	115
Gráfico 4 - Tráfico negreiro no Brasil	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Jornal do Commercio, 24/08/1837, p.4.....	35
Figura 2 - Jornal do Commercio, 02/01/1840, p.4.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores de anúncios e assinaturas do Jornal do Commercio (1827-1850)....	17
Tabela 2 - Quantidade de anúncios de escravos fugidos	36
Tabela 3 - Anúncios repetidos	38
Tabela 4 - Faixa etária	40
Tabela 5 - Ofícios de escravizados em anúncios	46
Tabela 6- Origem dos escravos	59
Tabela 7 - Porcentagens comparativas de escravos africanos e crioulos na cidade do Rio de Janeiro, 1832-1849	64

SUMÁRIO

Introdução	13
1 Uma análise do perfil dos escravos anunciados no <i>Jornal do Commercio</i>	28
1.1 “Onde houve escravidão, houve resistência”	28
1.2 <i>Jornal do Commercio</i> e escravidão	31
1.3 Gênero e faixa etária.....	39
1.4 Ofício	46
1.5 Origem.....	59
2 Sobre a construção de uma sociedade e cultura escravista	69
2.1 Violência, Estado e repressão	74
2.2 Condições de vida.....	78
2.3 Capitão-do-mato	82
2.4 Análise do discurso dos anúncios	85
2.5 Estratégias.....	96
3 Números de anúncios de fugas e os debates sobre o “perigo negro” nas páginas do <i>Jornal do Commercio</i>	106
Conclusão	135
Referências Bibliográficas	139

Introdução

A região Sudeste foi o mais importante centro econômico, social e cultural do Brasil no século XIX. Na primeira metade do século, a escravidão no Rio de Janeiro estava em seu ápice, tendo o principal mercado de escravizados¹. O trabalho compulsório fazia parte do cotidiano de todos e estruturava a sociedade. Sendo assim, é fundamental considerar a presença das pessoas escravizadas, e que não apenas reagiram, mas também criaram formas de viver e de negociar a sua condição.

A análise das fugas pode ser uma ferramenta de grande relevância para a compreensão das contradições e tensões que permeavam a existência desses indivíduos escravizados. Essa forma de resistência é o nosso principal objeto de análise. Antes de tudo, não podemos esquecer que as fugas possuíam diferentes significados e não eram exclusividade dos escravizados. O ato de fugir perpassava toda a sociedade: crianças, presos, desertores,² operários insatisfeitos com suas condições de trabalho, etc. Refletir sobre essas questões e suas implicações torna-se importante para entender o contexto urbano escravista no século XIX. É preciso considerar que a fuga era a forma mais típica de protesto dos cativos e nem sempre resultava na formação de quilombos. Podiam ocorrer de forma individual ou em grupos; os escravizados podiam escolher se “diluírem” nas cidades onde havia a possibilidade de passarem despercebidos devido à grande circulação de pessoas, ou também podiam escolher viver pelas matas, de forma mais discreta.

Portanto, analisamos o peso da escravidão e da resistência escrava a partir do exame dos anúncios de fugas na imprensa³. Além disso, pretendemos argumentar que a análise dos contextos políticos não pode prescindir da referência à escravidão e à resistência.

Nesta pesquisa, procuramos verificar os períodos com maior número de anúncios de escravos fugidos (1827-1850); e identificar em quais contextos político e social se dava a ocorrência desse fenômeno. A partir desses dados, procuramos estabelecer possíveis conexões entre os “fatos” da resistência escrava e os contextos políticos.

¹ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 27-28.

² *Diário do Rio de Janeiro*, 20/11/1851, p.1.

³ Nesta pesquisa não trataremos de outros tipos de anúncios, apenas dos anúncios de fuga.

Dessa maneira, trabalharemos com a imprensa do século XIX, no período entre a fundação do *Jornal do Commercio*⁴, em 1827, e a abolição do tráfico, em 1850, no Rio de Janeiro. Periódicos de grande circulação - como o citado acima - acompanharam momentos decisivos do Império. Apesar de tentar se distanciar do debate político, o *Jornal do Commercio* representava o pensamento da elite mercantil; dos grandes proprietários do comércio e da terra e acabava lucrando com a instituição escravista⁵, já que tinha uma extensa seção de publicações de compra e venda de escravizados, anúncios de fuga e artigos de uso específico para o tráfico⁶. Com esse recorte temporal é possível explorar com mais atenção as características dos anúncios, seus preços, sua localização no jornal e as características dos escravizados que eram ressaltadas por seus proprietários.

Para tanto, fizemos um levantamento das publicações⁷ diárias do *Jornal do Commercio*. Esses dados nos permitem identificar os períodos com o maior número de anúncios de fugas. A partir disso, é possível tentar estabelecer uma relação entre esses números e o que estava em evidência e discussão nesses contextos.⁸ No período de 1827 a 1850, mapeamos aproximadamente 24.000 anúncios de fuga publicados no *Jornal do Commercio*. Por motivos de tempo, esses 24.000 anúncios não foram detalhados no banco de dados, por isso o detalhamento foi feito apenas dos anos de 1827 a 1840, totalizando 10.361 anúncios de fuga. Ao montar a base de dados refletimos sobre diversas metodologias, inclusive como padronizar as formas de registro e contabilizar as repetições dos anúncios, para aproveitar ao máximo as informações contidas nas fontes de acordo com o objetivo deste trabalho.

No que diz respeito à imprensa, usaremos o periódico como agente histórico que interagia com os demais sujeitos. Por muito tempo, os jornais foram considerados

⁴ Fundado em 1º de outubro de 1827, cinco anos após a Independência do Brasil, tendo sua duração até o dia 29 de abril de 2016. É considerado o jornal mais antigo da América Latina. C.f: MARTINS, A. & LUCA, T. (org.). (2008). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

⁵ C.f. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999, p. 189-190; KARASCH, Mary. Op.cit. p. 507 e FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 4ª edição revista. São Paulo: Editora Global, 2010.

⁶ O tráfico de almas necessitava de mão de obra especializada e produtos específicos. Muitos eram anunciados na imprensa. C.f.: CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. *Revista de História*, São Paulo, n. 167, p. 223-260, 2012.

⁷ Reconhecemos publicações e anúncios como sinônimos.

⁸ Apesar de ser um jornal diário, nem todas as edições estão disponíveis na BN Digital. Edições disponíveis: 1827: 74 ed; 1828: 262 ed; 1829: 287 ed; 1830: 292 ed; 1831: 281 ed; 1832: 287 ed; 1833: 288 ed; 1834: 292 ed; 1835: 289 ed; 1836: 285 ed; 1837: 289 ed; 1838: 292 ed; 1839:318 ed; 1840:342 ed; 1841:337 ed; 1842: 347 ed; 1843: 346 ed; 1844: 349 ed; 1845: 357 ed; 1846: 361 ed; 1847: 360 ed; 1848: 360 ed; 1849:357 ed; 1850: 358 eds.

inadequados para a construção de uma pesquisa histórica. Acreditava-se que forneciam imagens parciais e subjetivas de determinado evento. Nos anos 1950 e 1960 no Brasil, essa fonte passou a ser utilizada por diversos pesquisadores como Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, entre outros.

A imprensa nos permite obter dados sobre a vida social, política, econômica, cultural, além de apresentar elementos das diversas formas de pensamento e de atuação de determinado grupo social. No entanto, para a obtenção dessas informações, é importante considerar certos aspectos dos periódicos, tais como, a área de difusão, a tiragem, o preço, as relações com os grupos políticos e econômicos; os seus redatores e o seu público alvo.

Apesar da alta taxa de analfabetismo da população no século XIX e o diminuto número de leitores, as pessoas ainda assim, eram influenciadas pelas ideias defendidas nos periódicos, uma vez que as informações podiam ser lidas e repassadas, tornando-as conhecidas⁹. É possível ver o papel relevante da imprensa em momentos decisivos como na Independência, Abdicação de D. Pedro I, Abolição e a instauração da República.¹⁰

Nesse período, duas concepções da imprensa eram preponderantes: uma representava o periódico como um ator político formador de opinião, por isso o seu caráter muitas vezes episódico, pois era feito para se posicionar diante de um determinado evento. Outra, tinha o objetivo de se manter em circulação através da ampliação do público e, em razão disso, caracterizava-se pela referência à imparcialidade e ao caráter informativo, o que não quer dizer que, de fato, fossem imparciais ou apenas informativos. Podemos encaixar a folha em destaque nesse segundo grupo.¹¹

Foi nesse período que o *Jornal do Commercio* se consolidou, aumentando suas assinaturas. Suas características principais eram: linha comercial (denominação da

⁹ Cf.: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. Op.cit.; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. CARVALHO José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P.(org.). *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro nos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014, p. 53 e MACHADO, H. F.. *Palavras e Brados. José do Patrocínio e a Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro*. 1a. ed. Niterói: EDUFF, 2014. p. 129-130.

¹⁰ SANTOS, Cláudia. "Imprensa" in MOTTA, Márcia (org.) *Propriedades e Disputas*. Fontes para a história do oitocentos. Niterói: EDUFF, 2011.

¹¹ Idem.

época), conservadora, de caráter impessoal e informativo. Além disso, os editores não se vinculavam a facções políticas.¹²

Em sua primeira publicação, o periódico deixou claro o seu objetivo estritamente comercial.¹³ Para muitos autores, esse seria o motivo para a aceitação e longevidade do jornal.¹⁴ Além disso, metade de seu conteúdo era formado por anúncios, sendo fundamental para que o periódico se mantivesse em circulação. O preço cobrado por cada linha composta por 40 letras nos anúncios era 80 réis no *Jornal do Commercio* no período estudado. Nesse tipo de publicação, a linguagem era muito diferente da empregada nas notícias, uma vez que podiam ser “escritos” por iletrados que ambicionavam vender os seus produtos ou serviços.¹⁵ Os anúncios eram marcados pela oralidade e informalidade.¹⁶

Nos anúncios do *Jornal do Commercio*, os escravizados ocupavam posição de destaque, pois eram mencionados em operações de compra, venda, leilão, arrematação, doação, empréstimos, testamentos, fugas, entre outros¹⁷. Em certos anos, os anúncios de fuga tinham uma seção específica, quando não havia, eram sinalizados pelo desenho clássico de um escravo com uma trouxa, que se destacavam visualmente ao meio de tantos outros anúncios de gêneros diversos. Normalmente, os jornais possuíam 4 páginas. No caso do periódico analisado, eram 4 chegando a 8 páginas no fim da

¹² De acordo com a pesquisa de Marcelo Basille, esse tipo de periódico representava apenas 3% do total de jornais do Período Regencial. Cf.: BASILE, Marcello. Op. cit. p. 56.

¹³ “Exclusivamente dedicada aos negociantes, contendo tudo que diz respeito ao comércio, tanto em anúncios, como em preços correntes exatos de importação e exportação, entrada e saída de embarcações, etc. (...)”. *Jornal do Commercio*, 01/10/1827, p. 1.

¹⁴ Segundo Matias Molina: “a abundância e qualidade de suas informações comerciais úteis”, “notícias extraídas dos jornais estrangeiros” e “comentários sobre a vida política”. MOLINA, Matias. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)* v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 256. Alcindo Guanabara também definiu o periódico: “Esse alheamento das paixões em convulsão, essa inalterável tranquilidade, num meio tão agitado, valeu ao *Jornal do Commercio* a força e o prestígio com que, no princípio do segundo reinado, ele agia e reagia sobre a sociedade. (...) Como sempre, o *Jornal do Commercio* não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador, nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos”. Alcindo Guanabara apud SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p. 189.

¹⁵ Para Molina, “Um dos pilares que sustentavam a empresa, foram os classificados de escravos, informando sobre os navios que chegavam da África com uma nova carga humana ou oferecendo recompensa para capturar servos fugitivos.”. MOLINA, Matias. Op.cit. p. 239.

¹⁶ Muitas pessoas com baixa escolaridade escreviam seus anúncios. Ao pronunciar palavras incorretamente, a tendência é escrever da mesma forma, por isso são marcados pela oralidade. Era comum que esses anúncios não fossem escritos na norma culta. C.f.: BASTOS, Ana Karine P. de Holanda. *Anúncios de escravos: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais do Recife*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2016.

¹⁷ Na segunda metade do século XIX, o *Jornal do Commercio* foi criticado por abolicionistas por continuar publicando anúncios de venda e aluguel de escravizados. C.f: MACHADO, H. F.. *Imprensa e Abolicionismo no Rio de Janeiro*. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. ANPUH João Pessoa: ANPUH, 2003.

segunda metade do século XIX, justamente para comportar a grande quantidade de anúncios dos mais variados tipos. Vejamos alguns dados:

Tabela 1 - Valores de anúncios e assinaturas do Jornal do Commercio (1827-1850)

Ano	Preço da assinatura	Valor do anúncio	Quantidade de folhas¹⁸
1827	640 réis por mês	s/	4
1828	1\$000 por mês	80 rs por linha	4
1829	4\$000 rs por 4 meses/ 12\$000 rs por ano	s/	4
1830	4\$000 rs por 4 meses/ 12\$000 rs por ano	s/	4
1831	4\$000 rs por 4 meses/ 12\$000 rs por ano, sempre adiantado. Folha avulsa por 80 rs. A partir de setembro: 6\$000 por semestre ou 12\$000 rs anual	s/	4
1832	4\$000 rs por 4 meses/ 12\$000 rs por ano, sempre adiantado. Folha avulsa por 80 rs. A partir de setembro: 6\$000 por semestre ou 12\$000 rs anual	s/	4 a 6
1833	6\$000 rs por 6 meses. Folha avulsa 120 rs	s/	4 a 6
1834	6\$000 rs por 6 meses. Folha avulsa 120 rs	s/	4 a 6
1835	4\$000rs por trimestre. Folha avulsa 160rs	80rs por linha	4 a 6
1836	4\$000rs por trimestre. Folha avulsa 160rs	80rs por linha	4 a 6

¹⁸ O tamanho das folhas também aumentou.

1837	4\$000rs por trimestre. Folha avulsa 160rs	80rs por linha	4 a 6
1838	16\$000rs por ano, Folha avulsa 160rs	80rs por linha, cada linha de 40 letras	4 a 6
1839	16\$000rs por ano, Folha avulsa 160rs	80rs por linha, cada linha de 40 letras	4 a 8
1840	16\$000rs por ano, Folha avulsa 160rs	80rs por linha, cada linha de 40 letras	4 a 8
1841	16\$000rs por ano, Folha avulsa 160rs	80rs por linha, cada linha de 40 letras	4 a 8
1842	16\$000rs por ano, Folha avulsa 160rs	80rs por linha, cada linha de 40 letras	4 a 8
1843	Para corte= 1 ano: 20\$000; 6 meses: 10\$000, 3 meses: 5\$000/ Para províncias= 1 anos 24\$000, 6 meses: 13\$000, 3 meses:7\$000	80rs por linha, cada linha de 40 letras	4 a 8
1844	Para corte= 1 ano: 20\$000; 6 meses: 10\$000, 3 meses: 5\$000/ Para províncias= 1 anos 24\$000, 6 meses: 13\$000, 3 meses:7\$000	80rs por linha, cada linha de 40 letras	4 a 8
1845	Para corte= 1 ano: 20\$000; 6 meses: 10\$000, 3 meses: 5\$000/ Para províncias= 1 anos 24\$000, 6 meses: 13\$000, 3 meses:7\$000	80rs por linha, cada linha de 40 letras	4 a 6
1846	Para corte= 1 ano: 20\$000; 6 meses: 10\$000, 3 meses: 5\$000/ Para províncias= 1 anos 24\$000, 6 meses: 13\$000, 3 meses:7\$000	s/	4 a 6
1847	Para corte= 1 ano: 20\$000; 6 meses:	s/	4 a 6

	10\$000, 3 meses: 5\$000/ Para		
	províncias= 1 anos 24\$000, 6 meses:		
	13\$000, 3 meses:7\$000		
1848	Para corte= 1 ano: 20\$000; 6 meses:	s/	4
	10\$000, 3 meses: 5\$000/ Para		
	províncias= 1 anos 24\$000, 6 meses:		
	13\$000, 3 meses:7\$000		
1849	Para corte= 1 ano: 20\$000; 6 meses:	s/	4
	10\$000, 3 meses: 5\$000/ Para		
	províncias= 1 anos 21\$000, 6 meses:		
	11\$000, 3 meses:6\$000		
1850	Para corte= 1 ano: 20\$000; 9 meses;	s/	4
	15\$000; 6 meses: 10\$000, 3 meses:		
	5\$000/ Para províncias= 1 ano:		
	21\$000, 9 meses: 16\$000rs, 6 meses:		
	11\$000, 3 meses:6\$000		

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.

Diferente dos anúncios de venda e aluguel que tentavam mostrar as qualidades dos cativos para atrair compradores, as publicações de fugas, costumavam apresentar todos os considerados “defeitos” tanto na aparência, quanto no comportamento dos fugidos.

Essas fontes foram objeto de análise de Gilberto Freyre¹⁹, sendo pouco valorizadas na época. A “Anunciologia” tinha como finalidade principal reconstituir as características dos escravizados fugitivos e conhecer o cotidiano escravista. Segundo Alberto da Costa e Silva, ninguém no Brasil, nem nos Estados Unidos ou na Europa, havia se debruçado sobre esse tipo de fonte.²⁰

A proposta de pesquisar anúncios de escravizados fugidos foi retomada em diversos trabalhos posteriores a Freyre²¹. Grande parte da historiografia sobre esse tipo

¹⁹ Ver: FREYRE, 2010.

²⁰ FREYRE, 2010. Apresentação. p. 11.

²¹ GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e Fugas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6, n.12, mar./ago.1986, pp. 89-100; GOMES, Flávio. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. *Tempo: Revista do Departamento de História da UFF*, n. 1, 1996, p. 67-93; FLORENTINO, Manoel. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. *Revista USP*, n. 58, 2003, p. 104-115; SOARES, Geraldo Antonio. Quando os escravos fugiam: Províncias do Espírito Santo, última década da escravidão. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXIX, n.1, 2003; AMANTINO,

de anúncio tem a intenção de fornecer elementos sobre as condições de vida dos escravizados; identificar etnias a partir de suas “marcas tribais” e arcada dentária; as deformações decorrentes de excesso de trabalho, dos castigos ou doenças causadas pela má-higiene e alimentação. Também são apresentadas as variadas profissões, faixa etária, gênero e possíveis articulações sociais dos escravizados.

Além de retomarmos algumas dessas questões a partir de uma análise quantitativa e qualitativa de um grande número de anúncios, o nosso propósito ao tratar das fugas vai além, pois queremos também estabelecer conexões entre o aumento de fugas e períodos de instabilidade política e social. Mas nosso objetivo só tem sentido na referência à noção de resistência.

A escravidão adquiriu centralidade nas interpretações sobre a sociedade brasileira. Na década de 1930, o sociólogo Gilberto Freyre apresentou a miscigenação como um aspecto positivo, rechaçando a tese sobre a inferioridade dos brasileiros, porém contribuiu para a difusão da imagem de que a escravidão brasileira era menos brutal em comparação com a escravidão dos Estados Unidos. Para o sociólogo

O castigo ao escravo como o castigo ao filho da família fazia parte de um sistema de educação, de assimilação e de disciplina – o patriarcal – que não podia desmanchar-se em ternuras para com os necessitados de educação, assimilação e disciplina [...].²²

De acordo com o autor, no Brasil, a escravidão se estruturava principalmente a partir das práticas paternalistas e sem distinções rígidas entre as raças, enquanto nos Estados Unidos existiam leis segregacionistas. Em sua análise, os senhores eram benevolentes, já os escravizados, obedientes e fiéis, sendo os conflitos exceções.

Assim, Freyre tentava confrontar uma visão depreciativa da formação do Brasil, mostrando a miscigenação como algo favorável. Essa mistura seria a prova de que os brasileiros eram superiores em relação à sociabilidade.²³ Segundo o próprio autor

[...] o Brasil nunca foi um país de extremismos, tudo aqui tendendo a amolecer-se em contemporizações, a adocicar-se em transigências – pelo senhor de engenho, em geral gordo, um tanto mole, com rompantes, apenas

Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007; AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais os anúncios do *Jornal O Universal* – 1825 a 1832. *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora, v. 12, nº 2, pp.59-74, 2006; MACHADO, Geosiane Mendes. *Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais*. *Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG*, 2010. (Dissertação de mestrado); FLORENTINO, Manolo e AMANTINO, Márcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise Social*, Vol. XLVII (2.º), 2012 (n.º 203), p. 236-267.

²² FREYRE, 2010. p.70.

²³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. Companhia das Letras, 1987. p. 19-20

de crueldade, pela mulher também gorda, às vezes, e pelo filho, pela filha, pelo capelão, pelo capitão-do-mato e pelo feitor do senhor de engenho [...].²⁴

Sua obra ganhou destaque após a Segunda Guerra Mundial, período em que o mundo estava abalado com a tentativa da Alemanha de hierarquização das raças e extermínio dos considerados “indesejados”. Para que isso não se repetisse, diversos pesquisadores voltaram a sua atenção para o Brasil. A Unesco financiou pesquisas, supondo que a inexistência de atritos raciais no país serviria de exemplo para o mundo.

Nas décadas de 1960 e 1970, uma série de pesquisadores questionou essa análise. A partir de trabalhos como os de Florestan Fernandes, Roger Bastide e a chamada Escola Paulista de Sociologia,²⁵ o resultado da pesquisa apontou que havia de fato racismo no Brasil e que as desigualdades eram sociais, mas também raciais.²⁶ Sendo assim, a teoria da democracia racial foi tratada como um mito a ser combatido. Estes estudos apresentaram a violência do sistema escravista na relação senhor-escravo, a qual marginalizava os negros não só no século XIX, mas também no pós-abolição.

Ainda que os esforços tenham sido importantes para se tentar extinguir um mito, outro foi criado, o *mito do escravo-coisa*. De acordo com os pesquisadores, o escravo – considerado juridicamente uma mercadoria e brutalizado pelas práticas da violência escravista - acabava se desumanizando. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso apresentou a tese de que a escravidão só conseguia se sustentar porque fazia uso da violência. Para o autor, os cativos perdiam a humanidade nas relações escravistas e as práticas brutais do sistema os coisificavam, tornando-os sujeitos passivos de sua história. A violência e a dominação empregada pelos senhores teriam como consequência a introjeção, pelo escravo, da visão de mundo do próprio senhor.²⁷ O resultado desse tratamento é a falta de consciência de si, a ausência de sentimento familiar, a incapacidade para o trabalho, a inabilidade de resistir e a aceitação de sua condição. Os casos de quilombos, fugas, assassinatos de senhores e feitores, foram

²⁴ FREYRE, 2010. p. 88.

²⁵ Esses trabalhos são explicados no livro; AZEVEDO, Célia Maria de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, introdução. Cf. BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 (Originalmente publicado na revista Anhembi, 1953); FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2 v. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

²⁶ SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Os relatos de viagem e o mito de democracia racial. In: Cláudia Regina Andrade dos Santos; Nelson de Sena Filho. (Org.). *Estudos de Política e Cultura: Novos olhares*. Goiânia: Vieira, 2006, v, p. 35-46.

²⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit. passim.

considerados apenas como “reações”, tal como animais reagem, sem nenhum tipo de articulação política e capacidade de mobilização contra o sistema escravista.

Apesar de também denunciar uma sociedade racista, Florestan Fernandes concluiu suas pesquisas afirmando a incapacidade do negro para competir no mercado de trabalho. Sendo assim, sua inaptidão para viver em sociedade e a sua marginalização na disputa com o imigrante eram o legado da escravidão.²⁸

Nesse período, os trabalhos eram pautados pela visão marxista clássica. A história era vista como uma sucessão de estágios e acontecimentos inevitáveis, decorrentes das estruturas socioeconômicas e inteligíveis a partir da referência à luta de classes. Dessa forma, as pequenas ações cotidianas de resistência não tinham espaço na análise.

Porém, a teoria sobre o caráter benevolente dos senhores e a coisificação do escravizado começaram a ser problematizadas. Dentro do próprio quadro da interpretação marxista clássica, já havia quem destacasse o protesto escravo, como no caso do sociólogo Clóvis Moura que, em 1959, publicou *Rebeliões da Senzala*.²⁹

Clóvis Moura, em seu trabalho pioneiro e de extrema importância ainda atual, afirmou que os escravizados resistiam constantemente, desmistificando a ideia do negro conformado e passivo. Para o autor, os cativos desestabilizavam o sistema através de seus atos como fugas, revoltas, suicídios, quilombos, entre outros.

José Alípio Goulart realizou análise de forma semelhante a Clóvis Moura, em relação ao resgate do protesto escravo. Para ele, os cativos resistiam tanto que a elite branca estava sempre em estado de alerta

Há todavia um fenômeno que desmente, a nosso ver, a propalada passividade e a decantada resignação natas que ainda se teima em imputar ao negro escravo. Referimo-nos ao medo de que se viu presa, ao longo da secularização do regime escravista, o senhor de escravos, como se a toda hora perseguida por algum bicho-papão. Aquele permanente estado de alerta acompanhado de constante pavor em que se sentia o branco, ameaçado por uma inopinada reação dos negros, evidencia que o escravo não era de forma alguma, aquele ser humano aplastado, idiotizado, descrito, posto se nos pareça sem segundas intenções, por alguns cronistas [...].³⁰

Nesse período, a historiografia começou a se interessar por novas interpretações que valorizassem o pioneirismo dos cativos como sujeitos de sua própria vida. Para esses historiadores, a ideia de resistência foi utilizada para construir uma compreensão

²⁸ FERNANDES, Florestan. Op. cit. passim.

²⁹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959. passim.

³⁰ GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia do escravo no Brasil*. Conquista, 1972. p.18.

das mais variadas ações dos escravos para influenciar o ritmo de suas vidas, muito antes da organização do movimento abolicionista. Dessa maneira, relações de trabalho, de poder entre grupos subalternos e/ou com os senhores foram questões privilegiadas. Assim, novos trabalhos foram elaborados, porém rejeitando o pressuposto de que os escravizados eram meros espectadores de suas trajetórias, sempre como vítimas e sem nenhuma possibilidade de manobra.³¹

Diversos atos como; “corpo mole” para o trabalho, fugas, reclamações nas delegacias de polícia, rebeliões, assassinatos de senhores e feitores, formação de quilombos, roubos, sabotagens, abortos e suicídio,³² e também o recurso ao judiciário³³, passaram a ser encarados pelos historiadores como resistência.

O historiador João José Reis tenta compreender o desempenho dos escravizados contra a instituição escravista e, em seu artigo sobre a formação de quilombos e revoltas no Brasil, apresenta a complexidade das ações escravas que eram heterogêneas em seus objetivos, tamanhos e relações.³⁴

Ao tratar deste tema, devemos ter cuidado, pois as diversas formas de resistência tinham objetivos muito particulares para cada escravizado. Reis, em parceria com Eduardo Silva³⁵, apresenta relações complexas no cotidiano da sociedade escravista, rompendo com as clássicas visões do escravo como completamente vítima ou completamente herói, demonstrando a tentativa desses sujeitos de criarem uma conjuntura melhor para si.

A partir do momento em que os escravizados escolhiam buscar a liberdade através da fuga, algumas alternativas eram acionadas, tais como as apontadas por Mary Karasch em relação ao Rio de Janeiro: “esconder-se na cidade ou com grupos de fugitivos nas florestas dos morros; escapar de barco e buscar refúgio na baía ou ao longo da costa do Atlântico; ou ir para o interior, onde poderiam passar por libertos”³⁶.

³¹ GOMES, Angela de Castro de. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, História e Imagem, n. 34, 2004.

³² Este deve ser analisado com maior cautela. C.f. FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia 1850-1888); *Afro-Ásia* 2004; OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 371-388, abr.-jun. 2008.

³³ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição, Edusp, 2015. Introdução; GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. *Escravidão e liberdade nas Américas*. Editora FGV, 2014.

³⁴ REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, n. 28, p. 14-39, 1996.

³⁵ REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

³⁶ Cf.: KARASCH, Mary. Op.cit. p. 399. A partir de 1870, a direção das fugas muda. O escravo procura permanecer no espaço urbano se confundindo com os negros livres. Veremos mais adiante no capítulo 1.

Os escravizados que queriam fugir definitivamente do Brasil “tentavam até velejar para a África, às vezes também cometiam suicídio, acreditando que pela morte retornariam à terra natal”³⁷.

Robert Conrad, ao analisar o tema, nos mostra como as fugas eram uma alternativa muito comum para a liberdade, além de desgastar os proprietários com os prejuízos na procura, na captura e nos anúncios. O pesquisador, em seu livro *Os últimos anos da escravatura no Brasil*,

*Os anúncios e as recompensas pela sua captura, à devolução, os salários dos policiais, dos caçadores de escravos e dos juízes pagos pelos fundos públicos, os honorários pelo castigo e a cura ou o alojamento na prisão local, os gastos com armas, a perda de animais e de outros bens nos assaltos por bandos de fugitivos e um imenso tributo em insegurança e vidas humanas era um constante sorvedouro de bens, paciência e conforto da classe proprietária de escravos. Poucos eram os proprietários ricos que não tinham fugitivos assinalados no rol de seus escravos e até mesmo os escravos do Estado e da Família Imperial, presumivelmente em melhor situação do que a maioria, procuravam a salvação na fuga.*³⁸ (grifo nosso)

Os senhores viam o escravo como um “inimigo doméstico”, portanto, essa era a justificativa para o uso da violência constante. Para isso, o açoite, pelourinho, tronco, ferro em brasa, correntes, grilhões, gargalheiras e palmatórias faziam parte do cotidiano. A instituição da pena de galés perpétuas em lugar da pena de morte foi motivo de grande descontentamento entre as elites, já que era considerada “branda”, incentivando assim a criminalidade. Essa interpretação por parte dos escravistas estava relacionada ao comportamento dos escravizados que assassinavam os seus senhores e/ou fugiam e logo em seguida se apresentavam à polícia.³⁹

Dessa forma, a tese da suavidade da escravidão no Brasil não se sustenta, tendo em vista que a crueldade e a violência eram inerentes ao sistema escravista, sendo a sua principal forma de manutenção e controle.⁴⁰

Apesar da relação de dominação dos senhores sobre os cativos, a noção de resistência permite considerar que os escravizados não devem ser pensados como sujeitos “sem poder”⁴¹, pois, através de diferentes atitudes, entre elas, o emprego da

³⁷ Idem.

³⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 20.

³⁹ LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé. 1981.

⁴⁰ C.f.: LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁴¹ FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder” in: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. São Paulo: Forense Universitária, 1995. p. 231-249 e FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins fontes, 1999. p. 35.

violência, eram capazes de impor certas modificações das suas condições de existência. Esse pressuposto é essencial para se pensar o papel determinante dos próprios escravos no fim da instituição escravista que durante muito tempo foi pensada pela Historiografia, exclusivamente, como concessão dos proprietários e da Coroa. Além disso, dentro das interações entre os dominados, também existiam relações de poder, como afirma a pesquisadora Ângela de Castro Gomes

(...) a análise das relações de dominação, sem excluir o conflito aberto (sob várias formas), passa a atentar para um conjunto de ações que tem marcas mais sutis, envolvendo “negociações” e produzindo alinhamentos aparentemente inusitados. Tal abordagem, contudo, não deve ser entendida (como às vezes o é) como uma tentativa de eliminar ou minimizar as tensões e oposições existentes nas relações de dominação: mascarando o conflito. Ao contrário, essa é uma tentativa de sofisticar o tratamento das relações de dominação, ampliando seu escopo, até para evidenciar que, em certas circunstâncias, pode haver convergências de interesses entre dominantes e dominados, pode haver pacto político, pode haver negociação. *O poder, nessa perspectiva teórica, não é um monopólio do dominante, existindo também no espaço dos dominados, o que não elimina a situação de desigualdade entre eles.*⁴² (grifo nosso).

Grande parte dos trabalhos sobre resistência dos grupos subalternos em geral⁴³ têm como base teórica as reflexões de E. P. Thompson em seus estudos sobre a sociedade inglesa e a formação da classe operária a partir do século XVIII. Estas pesquisas acabaram questionando as conclusões de uma historiografia que enxergava o escravo como ser passivo, coisificado por suas condições objetivas⁴⁴. Thompson, ao trazer para o debate a categoria de “experiência”, mostrou a importância das vivências desses sujeitos e suas visões de mundo.⁴⁵

Apesar da coisificação do escravo na instância jurídica – pois ele era uma mercadoria e não tinha nenhum direito assegurado – a escravidão só se mantinha pelo reconhecimento de alguns “direitos” que não eram leis, mas costumes. Os “direitos” eram conquistas dos cativos que precisavam ser respeitados para que seu cativo tivesse continuidade. Desse modo, alguns dos principais motivos dos crimes eram a transferência indesejada, separação de famílias, modificação do ritmo de trabalho. Assim, a justificativa dos escravos demonstrava que havia para eles um “cativo justo”

⁴² GOMES, op. cit. p. 162.

⁴³ Trabalhos dos autores: Sidney Chalhoub, Maria Helena Machado, João José Reis, Flávio Gomes, Silvia Lara, Hebe Mattos, Keila Grinberg, entre outros.

⁴⁴ Para o historiador Sidney Chalhoub, as fugas e revoltas são vistas como limites de negociação, ou seja, quando os escravizados não conseguem o reconhecimento de seus “direitos costumeiros”. Dessa forma, a possibilidade de autonomia no mundo dos escravizados não significava necessariamente a liberdade. CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 80.

⁴⁵ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

– baseado em direitos estabelecidos pelos costumes, por exemplo, de manter uma pequena roça e vender produtos em domingos e feriados – e o cativo injusto, que rompia com esses direitos, sendo justificativa para seus atos.⁴⁶

Essa visão dos direitos costumeiros de forma alguma retira a importância da legislação, porém, sua aplicação depende do contexto histórico. Mesmo que uma lei não fosse aplicada, isso não significava que ela não tivesse importância. Pelo contrário, sua existência servia como uma possibilidade de coerção em potencial, respaldando, quando necessário, o uso da violência.⁴⁷ Assim, as leis podem ser interpretadas como uma “tentativa de induzir a um comportamento desejável”.⁴⁸

A partir dos objetivos indicados e dos pressupostos conceituais apresentados, a dissertação foi dividida em três capítulos que apresentam análises quantitativas e qualitativas do banco de dados elaborado para esse fim. Os dados utilizados nos capítulos 1 e 2 foram retirados desse banco de dados construído, a partir dos anúncios de fuga do *Jornal do Commercio* no período entre 1827 e 1840. Detalhamos um total de 10.361 anúncios. Essa base de dados foi constituída a partir de certas questões-chave.⁴⁹ No capítulo 3, as informações foram retiradas do gráfico que construímos a partir dos números de anúncios de fuga publicados nos anos de 1827 a 1850.

No primeiro capítulo, privilegiaremos uma análise quantitativa dos anúncios a partir das informações sobre gênero, idade, a origem e ofícios dos fugitivos. Ao mesmo tempo, contextualizaremos o protagonismo e o impacto do *Jornal do Comércio* nas práticas escravistas, seu lugar na imprensa e a sua relação íntima com a escravidão.

No segundo capítulo, o conceito de cultura será mobilizado, pois a análise dos anúncios nos permite propor uma reflexão sobre alguns aspectos constitutivos de uma cultura escravista. A análise do discurso dos anunciantes será central para compreender como esses escravizados eram reconhecidos, pois o anúncio era um código compartilhado socialmente.

Nessa análise qualitativa dos anúncios, também recuperaremos as estratégias de fuga mais recorrentes nas publicações, corroborando a questão de que esses homens,

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Introdução.

⁴⁸ Idem. p. 13.

⁴⁹ Serão apresentadas no próximo capítulo. O *Jornal do Commercio* encontra-se na íntegra na hemeroteca da Biblioteca Nacional.

mulheres e crianças eram sujeitos que a todo momento tentavam angariar meios de manter a sua dignidade e autonomia.

No último capítulo, apresentaremos a análise dos contextos de maior ocorrência de anúncios de escravos fugidos: de 1830, anterior à Abdicação; de 1833, ainda no início do período regencial e de convulsão social; de 1837, da oposição do regressistas que leva o regente Diogo Antônio Feijó à renúncia; de 1842, momento das Revoltas Liberais e de 1846-1850, ocasião do debate e da promulgação da lei de efetivo fim do tráfico de escravos, com um aumento vertiginoso e contínuo de anúncios. A partir de uma análise quantitativa do número de anúncios no período de 1827 a 1850, o objetivo do capítulo será, antes de tudo, indicar a coincidência entre os períodos com maior número de publicações e os contextos de crise política. Nesse sentido, propomos uma reflexão sobre a possível relação entre esses contextos de crise política e a ação dos cativos. Em relação ao período de elaboração das leis de 1831 e 1850, recorreremos também ao que era publicado no jornal sobre esse tema, pois entendemos que os discursos estão numa relação estreita com os “fatos” da resistência escrava.

Vale ressaltar que apresentaremos uma amostra de *um tipo de resistência em um jornal específico*, ainda assim, acreditamos ser válido para embasar certas afirmações e estabelecer uma correlação entre instabilidade política e aumento da resistência escrava, pois utilizamos o mesmo procedimento de levantamento de dados para todo o período.

1 Uma análise do perfil dos escravos anunciados no *Jornal do Commercio*

1.1 “Onde houve escravidão, houve resistência”

Em seu trabalho *Mitos, Emblemas, Sinais*,⁵⁰ o historiador italiano Carlo Ginzburg utiliza a noção de “indícios” ao propor o paradigma indiciário como metodologia de análise. O conhecimento histórico pode ser construído a partir da referência a sinais e vestígios que muitas vezes não foram considerados nos documentos, permitindo novas interpretações de determinada realidade.

Nesta pesquisa, acreditamos na imensa relevância de se vasculhar - nas mais diversas modalidades de fontes - os vestígios das ações de homens e mulheres escravizadas para a compreensão da instituição escravista, pois essas pessoas dificilmente deixaram seus próprios escritos já que eram majoritariamente iletradas. Seguimos a recomendação de João José Reis e Flávio Gomes: “qualquer indício que revele a capacidade dos escravos de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo os seus interesses devem ser valorizados”⁵¹. Portanto, a partir da possibilidade de fazer novas análises sobre um assunto com tantas referências consagradas, retomamos o tema, pensando nas lacunas que ainda existem. Dessa forma, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”⁵².

O uso de ferramentas digitais tem facilitado a vida de historiadores. Essa facilidade vem do acesso virtual a diversos documentos, como catálogos de revistas, jornais e uma infinidade de informações sem a necessidade de deslocamento por parte dos pesquisadores. Porém, essa nova configuração no acesso às fontes nos leva a refletir sobre as dificuldades provenientes do uso de um acervo virtual.⁵³

Eric Brasil e Leonardo Nascimento trazem uma importante contribuição sobre História Digital: apesar dos documentos serem digitalizados e sua informação contida permanecer sendo a mesma, o novo formato e sua nova materialidade nos induzem a

⁵⁰ GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 143-179.

⁵¹ REIS; GOMES, 1988. p. 15.

⁵² GINZBURG, op. cit. p. 177.

⁵³ O artigo de Eric Brasil e Leonardo Nascimento foi essencial para a reflexão sobre a metodologia deste trabalho. Ver: BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 33, p. 196-219, 2020.

novas percepções. Tania Regina de Luca⁵⁴ também recomenda os mesmos cuidados, principalmente na análise de jornais que são essenciais para a nossa pesquisa. A autora afirma a importância dos historiadores analisarem a materialidade dos impressos, como o formato, tipo de papel, qualidade da impressão, ilustrações, a divisão do conteúdo, sendo possível assim perceber o quanto de financiamento aquele periódico possuía. Além disso, chama a atenção do historiador para a necessidade da análise do discurso contido na imprensa.

Sendo assim, essa nova relação com os textos nos facilita, mas também nos faz cair em armadilhas metodológicas. Neste trabalho, utilizamos a Hemeroteca Digital, oferecida pela Fundação Biblioteca Nacional,⁵⁵ que é um “portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas.”⁵⁶ De acordo com o *site*

A consulta, possível a partir de qualquer aparelho conectado à internet, é plena e avançada. Pode ser realizada por título, período, edição, local de publicação e palavra(s). A busca por palavras é possível devido à utilização da tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (Optical Character Recognition – OCR), que proporciona aos pesquisadores maior alcance na pesquisa textual em periódicos. Outra vantagem do portal é que o usuário pode também imprimir em casa as páginas desejadas.⁵⁷

O reconhecimento óptico de caracteres revoluciona nosso trabalho quando queremos encontrar eventos ou pessoas de maneira pontual. Porém, acaba fragmentando o documento e muitas vezes nos dando uma noção parcial da fonte. Eric Brasil e Leonardo Nascimento nos trazem uma importante questão: muitas vezes falamos das coisas sem que precisemos nomeá-las, por isso, podemos perder contribuições importantes usando apenas essa ferramenta.⁵⁸

Dessa forma, é essencial que o pesquisador, apesar da sedução desse instrumento e da agilidade que possa trazer a análise, conheça muito bem sua fonte e tenha uma leitura atenta do documento como um todo. O estudioso Roger Chartier nos alerta

⁵⁴ LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos (1a ed. 2005; 2a ed. 2006, 2a ed. 1a reimpressão 2008). In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes Históricas. 2aed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

⁵⁵ Foi lançada em 2006. “A Hemeroteca proporciona atualmente pesquisas textuais em mais de 13 milhões de páginas de mais de cinco mil jornais e revistas digitalizados, abrangendo todo o período de existência da imprensa no Brasil.” BnDigital 10 anos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/noticias/bndigital-10-anos/> Acesso em: 10 de junho de 2021.

⁵⁶ Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 de junho de 2021.

⁵⁷ Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 10 de junho de 2021.

⁵⁸ BRASIL, NASCIMENTO, 2020. p. 204.

A leitura diante da tela é geralmente descontínua, e busca, a partir de palavras-chave ou rubricas temáticas, o fragmento textual do qual quer apoderar-se (um artigo em um periódico, um capítulo, um livro, uma informação em um *website*), sem que necessariamente sejam percebidas a identidade e a coerência da totalidade textual que contém esse elemento.⁵⁹

Na Hemeroteca Digital, existem três abas que auxiliam na investigação: “periódico”, “período” e “local”. Como nossa procura era mais ampla no *Jornal do Commercio*, utilizamos a aba “periódico” e logo surgiam os períodos disponíveis: 1820-2009.⁶⁰

Inicialmente, tentamos utilizar a ferramenta de busca para encontrar anúncios de escravos fugidos. Colocamos “escravos fugidos” e “escravo fugido” do período que nos importava inicialmente de 1827 até 1850. Percebemos que havia uma grande diferença entre as ocorrências encontradas. No período de 1827 a 1829, se colocarmos “escravos fugidos”, 188 ocorrências são listadas, mas se colocarmos “escravo fugido” no singular, apenas 33 publicações são encontradas. Nos períodos posteriores as mesmas discrepâncias ocorrem.⁶¹

Além disso, nem sempre essas palavras estavam em anúncios de fugas e lendo o jornal todo, percebemos que nem todos os anúncios eram reconhecidos pelo leitor ótico, mesmo apresentando a palavra-chave na folha. O número de ocorrências não corresponde ao número de vezes que a palavra é citada no jornal, mas sim quantas vezes o leitor consegue reconhecer. Por exemplo: muitas vezes, era contabilizada apenas a palavra “escravo” e o termo “fugido” não aparecia na publicação, mas ainda assim, era contabilizado.

Após inúmeras tentativas de quantificar de maneira confiável os anúncios, decidimos fazer uma leitura corrente de todas as edições do *Jornal do Commercio* de 1827 até 1850. Apesar de ser ter sido uma tarefa extremamente trabalhosa, foi a forma mais segura de construir o banco de dados.⁶² Além disso, conseguimos ter mais conhecimento sobre outras partes dos jornais como publicações pertinentes ao tráfico, à escravidão, anúncios no geral, preços, mudanças na estrutura, etc, que acabariam passando despercebidas se apenas olhássemos as ocorrências reconhecidas.

⁵⁹ CHARTIER, 2002 apud. BRASIL, NASCIMENTO, 2020. p. 204.

⁶⁰ Aparece em décadas: 1820-1829, mesmo o jornal sendo fundado apenas em 1827.

⁶¹ 1830-1839: “escravos fugidos” com 449 ocorrências e “escravo fugido” com 252 ocorrências; 1840-1849: “escravos fugidos” com 300 ocorrências e “escravo fugido” com 453 e 1850-1859: “escravos fugidos” com 379 e no singular com 1935 ocorrências.

⁶² É possível que tenha algum erro na contagem, já que algum anúncio ou outro pode ter passado pela leitura, mas, ainda assim, o rigor na análise foi muito maior, pois todas as edições e folhas disponíveis na hemeroteca foram conferidas.

O *Jornal do Commercio* foi o periódico escolhido devido a sua longevidade, importância, por ser diário e ter grande facilidade de acesso.

1.2 *Jornal do Commercio* e escravidão

Um dos fatores para o reconhecimento da imprensa como objeto de análise foi a importância da linguagem e do discurso. Assim, a linguagem passa a ser vista como produtora de sentido, uma vez que o discurso é algo construído socialmente. Portanto, a imprensa não é algo visto como o acesso ao que de fato aconteceu. Ela também é um “agente histórico que intervém nos processos e episódios, em vez de servir-lhes como simples “reflexo”.⁶³ Jacques Le Goff ao analisar questões relacionadas à Memória e História considera documentos como monumentos. O documento não é um mero reflexo do que aconteceu, ele é “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”⁶⁴ e tem o intuito de mostrar para a posteridade o que é de seu interesse (mesmo que não intencionalmente). Segundo o autor

[...] tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder.⁶⁵

Reiterando, o documento é um monumento. Tendo isso em vista, tratamos os jornais como agentes em ação, por isso é necessário levar em consideração a relação deste com os contextos. Assim, reconhecemos a imprensa como um palco de batalhas políticas e o *Jornal do Commercio* como um dos principais atores na tentativa de representação do mundo escravista.

Pierre Plancher, livreiro, editor e fundador do *Jornal do Commercio* em 1827⁶⁶, teve um papel importante na ampliação do espaço público a partir da imprensa. Apesar de não ser uma informação secreta que Plancher era o fundador, ele não assinava o

⁶³ MOREL, Marco; DE BARROS, Mariana Monteiro. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Ed. DP & A, 2003. p. 5.

⁶⁴ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 525-541, 2003. p. 536.

⁶⁵ Idem. p. 525.

⁶⁶ Existe uma polemica com relação a data de fundação do *Jornal do Commercio*. Alguns pesquisadores afirmam que o periódico havia sido fundado em 1826 como *Espectador Brasileiro* e reaberto em 1º de outubro de 1827 como *Jornal do Commercio*. Aqui adotamos a data da primeira edição do jornal como sua fundação. Ver mais em: SILVA, Roger Anibal Lambert da. *Em nome da ordem: o Jornal do Commercio a as batalhas da abolição*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2017. p.52 e 53.

jornal. Além disso, no geral, as publicações não eram assinadas⁶⁷, portanto não tivemos acesso aos redatores, mantendo um caráter impessoal.

Pierre-René-François Plancher de la Noé nasceu na França em 1779 e morreu em Paris em 1844. Começou como tipógrafo até se tornar uma figura importante no ambiente cultural francês. Com a Restauração absolutista, a liberdade de imprensa foi atacada, atrapalhando o trabalho do editor. Assim, Plancher veio para o Brasil fugindo da perseguição política e em busca de novos mercados. Desembarcou em 1824 no Rio de Janeiro com sua mulher Jeanne Seignot e seu filho Émile Seignot. Seus livros e maquinários de tipografia também vieram, porém ficaram retidos pelas autoridades, pois era reconhecido como um perigoso agente bonapartista. Ao ser ameaçado de prisão, o livreiro enviou uma carta ao Imperador e reuniu provas para mostrar a sua inocência e intenções.⁶⁸ Dessa conversa com D. Pedro I, Pierre Plancher recebeu o “título de Impressor Imperial para si mesmo e de Tipografia Imperial de Plancher para seu negócio. Não era oficial, mas oficiosa”⁶⁹. Assim, saiu de “plebeu e *sans-cullotes* na Europa para fidalgo no Brasil”.⁷⁰ Segundo Marco Morel, o país recém independente estava em busca de uma política cultural mais estabelecida em consonância com a construção do Estado nacional e com a expansão do público leitor, Plancher se encaixava no perfil

[...] defesa do liberalismo constitucional, rejeição dos “horrores” da Revolução Francesa e das rebeliões de escravos, valorização de autores do Iluminismo e uma tendência imperial de estilo napoleônico. E sobretudo porque ele encarnava a apologia do modelo de civilização europeia pela reprodução dos costumes e da propagação das Luzes através da educação e da difusão dos impressos.⁷¹

Assim como em Paris, no Rio de Janeiro o editor também se uniu à elite letrada e de pensamento liberal. Em 1827, fundou o *Jornal do Commercio* com seu filho, além de Joseph Sigaud, Júlio César Muzzi e Francisco de Paula Brito.⁷² Apesar de sua ligação com a monarquia, Placher foi a favor da abdicação de D. Pedro I em 1831, acusando-o de absolutista e mudando o nome de seu negócio para *Typographia Constitucional de Seignot-Plancher*, retirando o título de Imperial.⁷³ Dessa maneira, passou a apoiar a abdicação do imperador em favor de seu filho ainda criança. Pouco

⁶⁷ MOLINA, Matías M. op. cit. p. 256.

⁶⁸ SILVA, Roger Anibal Lambert da. op. cit. p. 58-60.

⁶⁹ MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Paco Editorial, 2016. p. 21.

⁷⁰ Idem. p. 27.

⁷¹ MOREL, 2016. p. 27.

⁷² SILVA, Roger Anibal Lambert da. *Em nome da ordem...* op. cit. p. 60.

⁷³ Ibidem.

tempo depois, Plancher vendeu o jornal para Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot e voltou para a França em 1834, se tornando o representante do *Jornal do Commercio* naquele país.⁷⁴

Junius Villeneuve, que era também francês, veio para o Brasil com 21 anos e permaneceu por 19 anos, quando voltou para a França em 1844. Ao se tornar único proprietário da folha, conseguiu o empreendimento de aumentar a circulação e a permanência, tornando o periódico um dos mais importantes da Corte.⁷⁵ Matias Molina destacou a participação também de Francisco Antônio Picot na consolidação do *Jornal do Commercio*. Trabalhou como revisor e foi promovido a redator, assumindo a direção em 1844 até 1890, período de intenso destaque para o periódico.⁷⁶

Molina associa o sucesso do *Jornal do Commercio* à “abundancia e qualidade de suas informações comerciais úteis”, além das notícias de jornais estrangeiros e “comentários da vida política”.⁷⁷

A imprensa era um palco de disputas políticas na tentativa de formar uma opinião pública. Segundo Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, a concepção de opinião pública estava relacionada a uma visão que “percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no âmbito da esfera política.”⁷⁸ Os autores apontam a relação entre redatores e leitores

Encontra-se invariavelmente marcada por um jogo de imagens: espelho e miragem. Espelho onde se projetam e se definem posições e identidades a partir das próprias referências. Miragem em meio a qual se buscam, às vezes em vão, um público e uma opinião que só existem nas aspirações de quem lê ou escreve.⁷⁹

Mesmo com o grande analfabetismo, a população ainda podia ser influenciada pelas questões apresentadas nos jornais, devido à leitura coletiva ainda em voga.⁸⁰

Morel e Barros apresentam importantes considerações

Havia cruzamentos e intersecções entre as expressões orais e escritas, entre as culturas letradas e iletradas. A leitura, como nos tempos então recentes do Antigo Regime, não se limitava a uma atitude individual e privada, mas ostentava contornos coletivos. Nesse sentido, a circulação do debate político ultrapassava o público estritamente leitor.⁸¹

⁷⁴ Idem, p. 62.

⁷⁵ Idem, p. 62-64.

⁷⁶ MOLINA, Matías M. op. cit. p. 225.

⁷⁷ MOLINA, 2015. p. 227.

⁷⁸ MOREL; BARROS, 2003. p.22.

⁷⁹ Idem. p. 34.

⁸⁰ Cf.: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. op. cit.; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. op. cit. CARVALHO José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P.(org.). op. cit. p.53 e MACHADO, Humberto. op. cit. p.129-130.

⁸¹ MOREL; BARROS, 2003. p. 45-46.

Sem contar que o jornal não era uma mercadoria restrita apenas à elite. De fato raramente alguns escravizados sabiam ler, entretanto, podiam ter acesso ao jornal que também não era uma mercadoria onerosa e alguém podia ler em voz alta, não sendo leitores diretos, mas, indiretos.⁸²

Sabe-se que nos anos 1820 um escravo de ganho recebia cerca de 80 réis como pagamento diário de trabalho. Sendo assim, não era impossível, hipoteticamente, a um escravo de ganho (sem falar dos alforriados) comprar um jornal periódico.⁸³

Dessa maneira, Morel e Barros tentam romper com a ideia do escravo ignorante e alheio à imprensa e às questões sociais que permeavam suas vidas⁸⁴. Além de deixar suas marcas nos impressos, como mercadoria, tendo suas vidas influenciadas pelas publicações, eles também apareciam como agentes históricos

Fosse deixando a marca de seus corpos, gestos, resistências, violências e sofrimentos na imprensa (ainda que fosse mediada e controlada por diferentes elites), dividindo opiniões dos jornais e jornalistas, fosse como possíveis receptores ou leitores, ou ainda como agentes intermediários (pregoeiros e vendedores de jornais), ou mesmo como fonte de rendas dos anúncios, havia uma ligação estreita entre escravos e imprensa no Brasil monárquico.⁸⁵

Os dois, imprensa e escravos, podiam, de acordo com a situação, ser mercadoria e sujeito. Ao veicular insistentemente anúncios, notícias e debates sobre a periculosidade dos escravos à solta na cidade o jornal contribuía com a imagem depreciativa dos escravos no imaginário da população, apesar de atribuir a si a imagem de neutralidade. Diante disso, podemos notar que o conservadorismo do jornal também era refletido de alguma maneira na publicação de anúncios que solicitavam o controle dos escravizados para que a ordem fosse mantida⁸⁶.

Em certos anos, os anúncios de fuga tinham uma seção específica, quando não, alguns eram sinalizados pelo desenho clássico de um escravo com uma trouxa. Além disso seguiam um padrão, muito bem explicado por Lilia Schwarcz

O conteúdo que compunha esses anúncios de fuga obedecia normalmente a mesma ordem interna. Ou seja, o nome do anunciante aparecia no início, ou destacado ao final do anúncio; seguiam-se outras informações que arrolavam desde o nome do cativo às características “físicas e morais”. No entanto, no interior dessa distribuição mais básica, [...] alguns anúncios eram mais diretos e ligeiros[...] outros eram por sua vez mais ricos em detalhes. Esses classificados mais descritivos podiam tanto revelar “conhecimento” e até um

⁸² MOREL; BARROS, 2003. p. 97.

⁸³ Idem. p. 93-94.

⁸⁴ O *Jornal do Commercio* começou a ser vendido avulso apenas em 1831. Porém, a venda por assinatura continuou sendo majoritária.

⁸⁵ Idem. p. 98.

⁸⁶ Lilia Schwarcz trata da mesma questão ao analisar jornais de São Paulo. Ver SCHWARZ, Lilia M. op. cit.

certo tom mais passional como, às vezes, ira e raiva pelo elemento que se evadira.⁸⁷

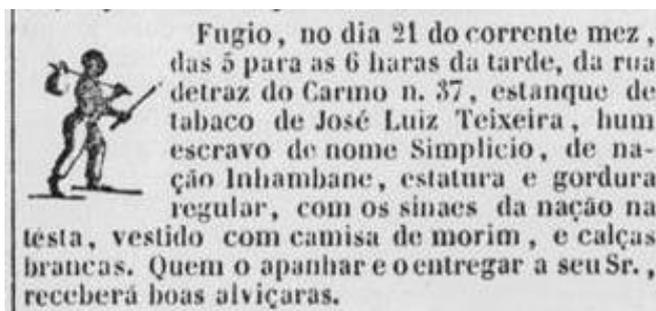


Figura 1- *Jornal do Commercio*, 24/08/1837, p.4.

A discussão em torno da fonte – imprensa – deve ser crítica, levando em consideração o público a ser atingido, os responsáveis pelo jornal, a repetição de certos temas e a representação de determinados grupos, pois acabavam moldando discursos e significados.

O anúncio era essencial, pois contribuía para o financiamento dos periódicos. Eram diversos: remédios, escolas, livrarias, venda de escravos, leilões, anúncios de escravos fugidos, etc, assim percebemos a variedade de interesses do leitor. Após contabilizar as publicações, foi preciso entender melhor a estrutura de um anúncio de escravo fugido, que costumava seguir um padrão, os ditos “sinais”, para facilitar o entendimento e o reconhecimento do cativo pelos leitores interessados.

Dessa forma, os aspectos que normalmente compõem esse tipo de anúncio foram levados em consideração. Para a construção da análise sobre os anúncios de fugas, elaboramos um banco de dados constituído a partir de certas questões-chave: data de publicação; nome do escravizado; idade; sexo; data da fuga; local da fuga; nome do senhor; gratificação; o que levou?; características físicas; personalidade; nação;⁸⁸ ofício; fugiu com quem?; doenças; cor; termo que começa o anúncio; página em que aparece o anúncio; onde buscar gratificação? e outras informações. Vejamos um anúncio padrão:

⁸⁷ SCHWARZ, Lilia. op. cit. p. 12.

⁸⁸ O termo não deve ser confundido com Estado-nação ou nacionalidade. De acordo com Aldair Rodrigues: “nação designa uma variada nomenclatura relacionada com as origens africanas. Podem significar tanto grupos étnicos e identidades políticas quanto noções genéricas ligadas à geografia do tráfico.” RODRIGUES, Aldair. "Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de mariana (século XVIII)." *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)* 33 (2020): 64-87. p. 85.

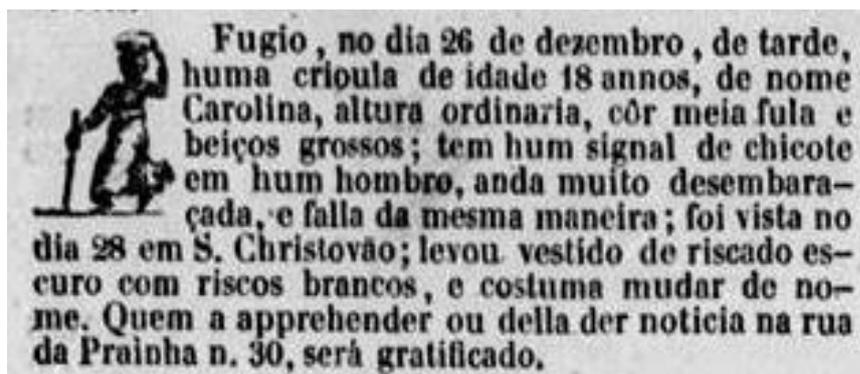


Figura 2 - *Jornal do Commercio*, 02/01/1840, p.4.

A partir dessas perguntas conseguimos perceber o que se repete na estrutura da publicação. Essas questões eram vistas pelos anunciantes como importantes para a identificação e localização do fugitivo. Dessa maneira, conseguimos também ter acesso ao imaginário desses senhores e de visões compartilhadas por grande parte da sociedade sobre os escravizados.

Para tanto, fizemos um levantamento das publicações diárias do *Jornal do Commercio*. Essa tabela nos permite pensar diversas possibilidades de análises que veremos mais adiante. Foram mapeadas 23.900 publicações no período de 1827 até 1850. De 1827 até 1840 detalhamos os anúncios a partir das questões-chave descritas acima totalizando 10.361 no banco de dados.

Tabela 2 - Quantidade de anúncios de escravos fugidos

1828	436
1829	842
1830	1043
1831	687
1832	555
1833	914
1834	757
1835	760
1836	908
1837	1127
1838	795
1839	736
1840	801

TOTAL : 10.361 anúncios

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.

Dentre as publicações, existem diversas repetições, pois alguns senhores publicavam por dias, meses e até anos o mesmo o anúncio, acrescentando algumas informações sobre o paradeiro do fugitivo. Assim, conseguimos contabilizar algumas dessas repetições para que o leitor tenha a noção de que diversas publicações podem se referir ao mesmo escravizado. Por exemplo:

No dia 26 do corrente, fugio da rua do Ouvidor n.215, uma parda filha da Bahia, de idade 19 a 20 anos, levou saia e camiza de estopa, e o barril com que hia buscar agoa, tem um ferro no pescoço, e outro na perna direita, e juntamente hum moleque de nome Carlos, ou Fortunato, por assim se chamar antes de ser Baptisado, nação Moçambique, idade 15 a 16 anos, bonita figura, cor fula, quem os trazer a seu Sr. receberá 20\$ mil réis de gratificação por cada hum.⁸⁹

Este anúncio foi publicado vinte e oito vezes entre o final de agosto e meados de outubro de 1833. Todas as edições tinham as mesmas informações, exceto o valor da recompensa que era de 20\$000 por cada escravizado e a partir de 19 de setembro aumenta para 50\$000 por cada um.

Outros casos ocorreram⁹⁰ como de Ursula que teve o anúncio de sua fuga publicado sete vezes em 1830, sete vezes em 1831 e três vezes em 1834.

Acham-se fugidas desde o dia 27 de Junho próximo passado, duas escravas a saber: huma parda escura, ou verdadeiramente cabra, de nome Ursula, magra, de estatura menos que ordinária, cabeça grande, orelhas caídas sendo por isso que anda com a cabeça amarrada com hum lenço, com sinaes de bexigas pelo rosto, dentes abertos adiante, pés achatados, ou largos, com huma cicatriz em o cotovelo de hum dos braços, procedida de huma postema que teve, com cabelo curto, e de idade pouco mais ou menos 40 anos, e outra preta Mina, de nome Auta, de estatura alta, magra, com 2 signaes de sua terra na cara, 2 calombos nos joelhos, as mãos, e pés sinzentos, e hum dos pés alguma cousa inchado, com hum calo no tornozello, cabelo curto, e de idade pouco mais ou menos 30 anos, estas escravas logo que fugirão se encaminharão para o lugar da Praia Grande: quem as apanhar, e as trazer a seu Sr. Morador na rua do Lavradio n.172, receberá alviçasas.⁹¹

Neste anúncio, duas escravizadas fugiram em julho de 1830, Auta e Ursula. Em setembro e em outubro, foram publicados dois anúncios com as mesmas informações. Porém em dezembro, o nome de Auta não constava mais na publicação, os motivos podem ser diversos: o senhor pode ter conseguido capturá-la, pode ter desistido por não

⁸⁹ *Jornal do Commercio*, 28/08/1833, p. 4.

⁹⁰ “Graciano” apareceu 2x em 1835, 1x em 1836 e 1x em 1837; “Orozimbo” 1x em 1836, 5x em 1837; “Joaquim” 2x em 1830, 1x em 1831, 2x em 1835, 1x em 1836 e Antonio 29x em 1840.

⁹¹ *Jornal do Commercio*, 20/07/1830, p. 4.

saber seu paradeiro ou por saber que ela já estava bem longe, a verdade não saberemos. Já Ursula reaparece nos anúncios de fuga, seus dados já conhecidos e o aviso de que o senhor procederia criminalmente contra quem a mantivesse oculta em sua casa, além de arcar com os dias de serviço. Em 1830, mais um anúncio foi publicado, acrescentando o valor da gratificação: 50\$000 e na quinta publicação em 1831 o valor aumentou para 60\$000, mais dois anúncios foram divulgados nesse ano, voltando apenas para a seção em 1834 com sua recompensa final de 100\$000. Dessa maneira, percebemos que o valor da recompensa da captura de Ursula duplicou nesse período. De fato, parecia que seu trabalho era importante para o senhor, já que ele cobrava os dias de seus serviços e ameaçava a quem acoitasse. Por isso a insistência em anunciar e descobrir seu paradeiro. Não sabemos se a escravizada foi capturada, os senhores não tinham o costume de anunciar o sucesso dessa empreitada, seria mais um custo com a publicação.⁹² Sabemos que os gastos eram altos com a recompensa, os anúncios, pagamentos caso tivessem sido presos, etc. Poderia também ser o caso em que o senhor desistiu, uma vez que havia quatro anos desde a fuga e não era comum um senhor insistir tanto em publicar um anúncio.

Essas questões levantadas são para explicar como funcionou o nosso critério na contagem das repetições. Logo, contabilizamos como repetições apenas os escravizados em que o anúncio era igual ou quando o nome, características físicas, idade, quando fugiu, ofício, entre outros dados permaneciam. Em alguns casos, apesar de alguns serem idênticos, o senhor acabava mudando alguns elementos sobre o cativo, como a origem, por exemplo. Dessa forma, optamos por não contabilizar como repetição, apesar de todas as outras informações serem semelhantes.

Tabela 3 - Anúncios repetidos

1828	69
1829	89
1830	272
1831	269
1832	142
1833	249
1834	185

⁹² Salvo o caso de escreverem anúncios de venda após a captura. Alguns escravizados conseguiam desgastar tanto os senhores, que a única solução era a venda.

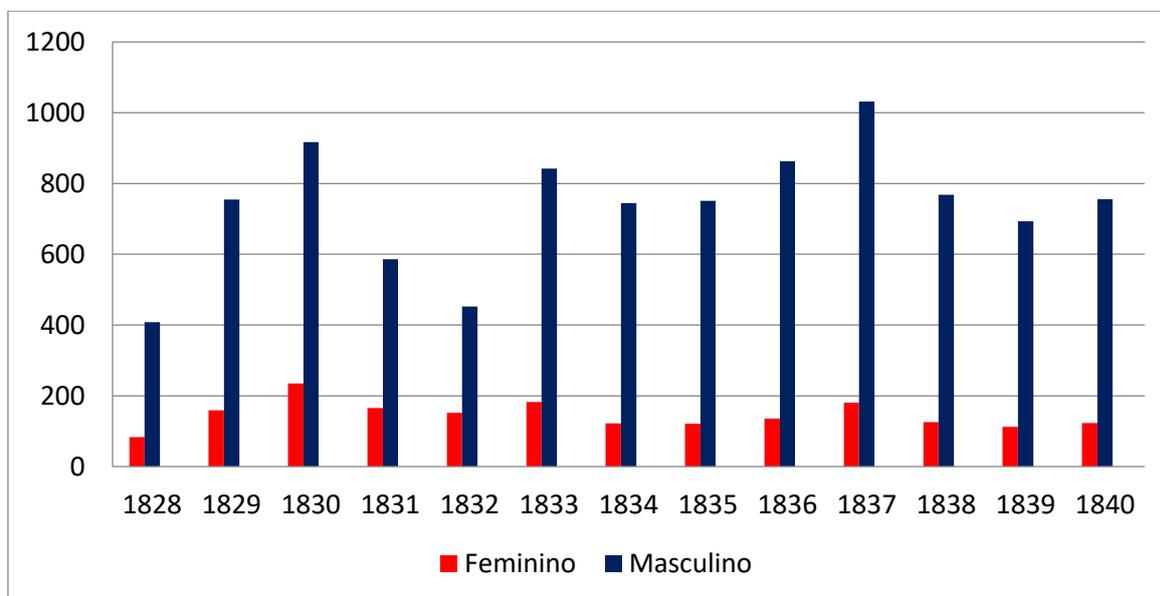
1835	210
1836	284
1837	362
1838	263
1839	211
1840	280
2885 ANÚNCIOS REPETIDOS	

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.

Nesta pesquisa, não vamos tratar de todos os elementos recolhidos no banco de dados. Pretendemos realizar uma análise que equilibre os aspectos quantitativos e qualitativos. Assim, o objetivo é identificar algumas questões mais estruturais relativas às fugas ao colocar os anúncios em série, sem, no entanto, prescindir de uma análise qualitativa, que considere casos especiais que podem muito bem expressar expectativas, possibilidades e o cotidiano desses escravizados

1.3 Gênero e faixa etária

Gráfico 1 - Sexo



Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.
Dados incluem as repetições

Tabela 4 - Faixa etária

1-11 MESES	-	-	-	2	-	1	-	2	-	3	2	-	-	10	0,2%
1-4	1	-	2	2	4	2	-	1	2	1	3	4	1	23	0,4%
5-9	10	22	31	13	5	8	4	12	9	23	8	13	7	165	2,9%
CRIANÇAS	11	22	33	17	9	11	4	15	11	27	13	17	8	198	3,4%
10-19	121	241	280	194	130	318	203	193	217	226	156	183	150	2612	45,4%
20-29	38	87	115	86	80	156	212	160	222	204	163	120	156	1799	31,3%
30-39	25	37	63	41	29	60	68	82	78	98	91	63	82	817	14,2%
40-49	9	16	27	14	12	39	15	22	15	42	20	25	36	292	5,1%
50-59	-	-	-	5	-	-	4	4	2	9	2	3	5	34	0,6%
60-69	-	-	-	-	1	-	-	-	2	1	2	-	-	6	0,2%
ACIMA DE 70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ADULTOS	193	381	485	340	252	573	502	461	536	580	434	394	429	5560	96,6%
TOTAL ADULTOS E CRIANÇAS														5758	100%
IDADE DESCONHECIDA	281	494	618	387	325	428	357	383	452	566	432	394	440	5713	-

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.

Dados incluem as repetições.⁹³

⁹³ Em idade desconhecida contabilizo também com esses 156:1828: Muito velho: 1/ idoso: 1/ meia idade: 3/ velho: 1= 6
 1829: Meia idade: 4/ idoso (a): 2/ ainda moço (a): 5/ muito rapaz: 1/ velho (a): 2/ idade avançada: 2/ não é criança: 1 = 17
 1830: Meia idade: 8/ ainda moço: 2/ com idade: 3/ meio idoso (a): 2/ já idoso (a): 5 = 20
 1831: Já idoso (a) /velho: 4/ bastante velha: 1/ velho: 1/ meia idade: 1 = 7
 1832: Já idosa: 7/ já de idade: 3/ ainda rapaz: 2/ meia idade: 5/ já não é criança: 1 = 18
 1833: Meia idade: 4/ já idoso: 5/ muito criança: 1/ ainda rapaz: 2/ já não é rapariga: 1/meio idoso: 1 = 14
 1834: Meia idade: 1/ já não é moço: 1/ bastante idoso: 2 = 4
 1835: Já de idade: 2/ meia idade: 2/ já velha: 3/ ainda rapaz: 2/ ainda moço: 4 = 13
 1837: Meia idade: 13/ velho: 4/ muito velhaco: 1/ moço (a): 13/ rapaz: 3/ idade regular: 1/ já de idade: 1/ ainda rapariga: 2/ já idoso: 2 = 40
 1838: Muito moço (a): 5/ ainda rapariga: 1/ já velho (a): 4/ de idade: 1/ ainda rapaz: 2/ meia idade: 1/ bastante idosa: 1 = 15
 1840: Ainda rapaz: 1/ meia idade: 1= 2

De acordo com os dados da tabela, a presença masculina foi majoritária em todos os anos analisados. Quanto à faixa etária desses escravizados e escravizadas, 45,4% tinham 10 a 19 anos e 31,3% tinham entre 20 e 29 anos. Ao comparar os dados com a pesquisa de Mary Karasch de mesmo período, os valores coincidem e percebemos que jovens a partir dos 10 até 29 anos, eram preferência entre os senhores.⁹⁴ Ao que parece, a prioridade era importar mais “meninos” do que homens. Por isso, “moleques” chamam tanta atenção por sua quantidade nos anúncios. As mulheres eram minoria, e quando compradas, as mais velhas eram preteridas. “Negrinhas” e “mulatinhas” eram constantes nos jornais.⁹⁵

De acordo com a amostra, as mulheres fugiam menos. Devemos levar em consideração o fato das mulheres serem menos requisitadas no tráfico. Além disso, o tráfico negreiro no Brasil era tão intenso até 1850 que os senhores não se preocupavam em balancear a quantidade de homens e mulheres para a reprodução endógena da população escrava.⁹⁶ O tráfico dava conta da demanda de exploração em que os escravos morriam mais do que se reproduziam.⁹⁷ O período de vida útil dos escravizados era pequeno, portanto, mais fácil comprar mão de obra, disponível a qualquer momento, do que se atentar com a qualidade de vida dos cativos. Outra preocupação dos senhores era o período que as escravizadas ficavam sem trabalhar devido ao pós-parto.⁹⁸ Apesar disso, muitos viajantes estrangeiros afirmaram que as puérperas em pouquíssimos dias já eram obrigadas a retornar à rotina pesada.⁹⁹ Vale ressaltar que o nível de mortalidade infantil era elevado e mesmo que a criança sobrevivesse, seus primeiros anos seriam apenas de gastos para o senhor, até que estivesse apta para o trabalho.¹⁰⁰ Além disso, o fato de serem mais beneficiadas com as cartas de alforrias¹⁰¹ podia influenciar também em não escolherem a fuga como

⁹⁴ KARASCH, 2000. p. 70.

⁹⁵ Karasch corrobora os dados. *Ibid.*, p. 71.

⁹⁶ FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, p. 259-297, 2012. p. 260.

⁹⁷ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Companhia das Letras, 1992. p. 127.

⁹⁸ Apesar de não ser uma preocupação dos senhores a saúde das parturientes, já que em pouco tempo era obrigadas a voltar à rotina.

⁹⁹ MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In.: *Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil*. Organizadoras: Helen Osório e Regina Célia Lima Xavier – São Leopoldo: Oikos, 2018.

¹⁰⁰ *Ibidem*. p. 369.

¹⁰¹ A carta de liberdade era uma especificidade no sistema escravista brasileiro, um assunto do âmbito privado e uma possibilidade que os escravizados não podiam descartar. Katia Mattoso elucidou muito bem sobre esse dispositivo: “Pode ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato

estratégia para alcançar a liberdade. As mulheres tanto africanas quanto crioulas foram as mais favorecidas. De acordo com Marcus Carvalho: “as mulheres representavam dois terços dos alforriados do Rio de Janeiro e Salvador no século XIX, sendo que no Rio, pelo menos metade era africana”.¹⁰² Dessa forma, o trabalho doméstico parecia facilitar o processo de liberdade. Algumas escravizadas tinham relações sexuais com os senhores e em certos casos foram alforriadas. Para Stuart Schwartz, essa tendência de alforriar as mulheres em idade fértil impossibilitou a reprodução demográfica autossustentável da escravidão, acentuando a importância do tráfico.¹⁰³

São comuns os casos de amas de leite alforriadas, como reconhecimento de seu trabalho bem feito, do afeto com as crianças e a fidelidade à família que serviu, quase sempre à vida inteira.¹⁰⁴ Esses laços afetivos eram bem delimitados pelo direito de propriedade. Conforme Marcus Carvalho: “a ama de leite era um objeto. Um objeto querido, mas ainda assim um objeto”.¹⁰⁵ Para Mariana Muaze, as cartas de liberdade nesse caso podiam servir para reforçar o sistema escravista, “pois legitimava a representação do ‘bom senhor’ e aliviava as pressões internas numa sociedade onde a maioria da população era cativa e africana”.¹⁰⁶

É importante considerar também que muitos escravizados preferiam libertar primeiro suas mulheres para que seus filhos nascessem livres.¹⁰⁷ Além de ser comprada, a carta de liberdade podia ser dada pelo senhor, descritas em testamentos sob diversas condições, entre outras inúmeras possibilidades.¹⁰⁸ De acordo com Carvalho, os homens

particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Mas se não há uma ata, faz-se necessário que haja testemunhas comprovantes da alforria. Em geral, esta é concedida em documento escrito, assinado pelo senhor ou por terceiro, a seu pedido, se ele é analfabeto. Para evitar contestação, tornou-se hábito que o documento seja registrado no cartório em presença de testemunhas”. C.f. MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Brasiliense, 1982. p. 177. A liberdade podia ser gratuita ou condicional, ou seja, os escravizados teriam de prestar serviços por alguns anos – estabelecidos pelo senhor – ou apenas quando o proprietário morresse. De acordo com pesquisas, a liberdade condicional, era a mais comum, com mais de 50% dos casos. Quando um escravo comprava sua liberdade, era uma grande conquista, em sua maioria, resultado das relações que envolviam escravos, famílias, senhores, forros e instituições como as irmandades religiosas. De qualquer forma, mesmo com todas as variáveis, caso esse escravo conseguisse a alforria, sua liberdade não era plena, podendo ser revogada por diversos motivos, o principal deles era a “ingratidão”. Além desse artifício, a escravidão ilegal e reescravidão eram muito comuns, portando, a precariedade da liberdade era a realidade.

¹⁰²SCHWARCZ; GOMES, op. cit., p.159 e KARASCH, 2000. p. 447.

¹⁰³ SCHWARTZ, Stuart B. Alforria na Bahia, 1684-1745. *Escravos, roceiros e rebeldes*, p. 171-218, 2001. p.165-212. apud MARQUESE, Rafael. “Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX.” *Novos Estudos* 74. Março 2006. p. 114.

¹⁰⁴ GRAHAM, Sandra Lauderdale. op. cit. p. 61 e CARVALHO, Marcus J. M. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-Ásia*, n. 29-30, 2003. p. 64.

¹⁰⁵ Ibid., p.64.

¹⁰⁶ MUAZE, Mariana. op. cit. p. 380.

¹⁰⁷ KARASCH, 2000. p. 453.

¹⁰⁸ Ibid., p. 94.

compravam as alforrias de mulheres de suas famílias e também porque valiam menos,¹⁰⁹ sendo mais fácil conseguir o valor estipulado, uma vez que eram obrigados a pagar o preço do mercado.¹¹⁰ Esses laços de solidariedade eram essenciais para a obtenção da liberdade.¹¹¹

Outro fato interessante é que a alforria feminina era mais aceita pelo sistema escravista, pois sua posição de subalternidade continuava. A mulher continuava tendo um papel social desvantajoso em relação ao homem. Mulheres negras tinham mais dificuldade ainda de ascender socialmente e conquistarem espaços importantes.

Muitos pontos podem ser levantados sobre a questão dos anúncios de fugas de mulheres aparecerem menos. Além das maiores possibilidades de obter alforrias, talvez fosse uma escolha dos senhores não anunciar fugas femininas, pois a captura de uma fugitiva podia ser mais difícil do que a de homens. Escravizadas costumavam trabalhar em tarefas domésticas, em sua maioria confinadas na casa do senhor. Em alguns anúncios, a descrição traz o aviso de que elas desconheciam as ruas da cidade, pois saíam muito pouco de casa. Vejamos

Dão-se 20\$000 rs. de gratificação a qualquer pessoa, ou capitão do matto que aprehender huma preta de nação Calabar, e a levar á rua da Ajuda, a casa de seu senhor n.17, ou ao Rio Comprido na chácara da Sra. Maria Obrein, no portão n.15, cuja preta fugio da mesma chácara no dia 9 do corrente pela manhã, com os signaes seguintes idade de 18 annos, pouco mais ou menos, estatura regular, grossa de corpo, muito preta, levou vestido de ganga azul e lenço branco no pescoço, *julga-se ter sido desencaminhada, pois não sabia caminhos nem tinha costume de sahir á rua.*¹¹² (grifo nosso).

A maternidade também pesava sobre essas mulheres. É possível que fugissem menos para não se separarem de seus filhos ou porque a fuga com uma criança era ainda mais complicada, demandava cuidado dobrado. Sabemos que grande parte da sociedade na primeira metade do século XIX conspirava contra escravizados,¹¹³ portanto arriscar fugir e ser separada de seu filho podia ser uma escolha muito drástica, a não ser que a fuga fosse motivada justamente por essa possível separação. Sobre as dificuldades das mães escravas: “a maternidade significava uma maior dificuldade de mobilidade espacial, o aumento do volume de tarefas cotidianas, bem como o pânico de ver a

¹⁰⁹ De acordo com pesquisa de Mattoso, Klein e Engerman, o valor das escravas adultas equivalia a cerca de 78 por cento do valor do escravo adulto. Cf. REIS, João José (Ed.). 1988. p. 69.

¹¹⁰ Ibid., p. 61.

¹¹¹ CARVALHO, op. cit., p. 72.

¹¹² *Jornal do Commercio*, 13/05/1833, p. 4.

¹¹³ Vale ressaltar que após 1850, com a efetiva proibição do tráfico, existiu uma concentração da propriedade escrava. Dessa maneira, a concentração fez diminuir o comprometimento dos setores médios urbanos com a escravidão.

família dissolvida por enfermidades seguidas de morte ou venda.”¹¹⁴ Porém, isso não significava que não existissem redes de sociabilidades, inclusive, muitas mulheres contavam com elas para resistirem em situações difíceis. Podiam tentar ganhar a vida trabalhando em outro lar, sendo acoitadas, dificultando a captura.

De 1.898 publicações relativas a mulheres, 34 eram de mulheres grávidas. Eram mulheres jovens¹¹⁵ que fugiam sozinhas, pelo que descrevem algumas já com a barriga grande e prestes a parir, outras no início da gestação. Provavelmente estas mulheres tiveram ajuda ou foram abrigadas em alguma casa, como foi o caso de Miquelina,¹¹⁶ que fugiu com mais duas mulheres negras, e seu proprietário desconfiava que podia estar no distrito de Niterói, onde tinha parentes. Como bem aponta Mariana Muaze, os senhores colocavam essas escravizadas para servir como amas de leite, impossibilitando, na maioria das vezes, a escrava de amamentar e conviver com seu filho. Além disso, mulheres que perdiam o filho acabavam tendo que amamentar outras crianças.¹¹⁷ Este último triste caso pode de ter sido o que ocorreu com Constancia

No dia 6 do corrente mez, fugio a seu Sr na rua das Viollas, esquina da rua da Valla, huma escrava crioula por nome Constancia, a qual fugio parida de dez dias, e tinha-lhe morrido a cria. Levou hum vestido de riscado azul, e outro dito encarnado; tem hum signal de cicatriz no queixo e se supõe que esteja alugada a titulo de forra, pois he muito ardilosa, e capaz para tudo: a pessoa que dela tiver noticia a queira levar na casa mencionada que se lhe dará alviçaras.¹¹⁸

Nesse anúncio, percebemos que o senhor não se mostra nem um pouco sensibilizado com a morte do filho de Constancia, chamado de “cria”. Além disso, ainda diz que a escravizada é “ardilosa” e capaz de tudo, pois supõe que esteja trabalhando a título de liberta. Se essas informações forem verdadeiras, é possível que Costancia, após sua triste perda, tenha tentado viver em outro lugar.

Inúmeras mulheres, além de amamentarem os filhos dos senhores, ainda tinham como responsabilidade o trabalho doméstico. Podiam ser obrigadas também a deixarem seus filhos na Roda dos Expostos,¹¹⁹ para que não atrapalhassem o serviço.¹²⁰ Talvez por isso, algumas escravas optavam por fugir com suas crianças.

¹¹⁴ MUAZE, 2018. p. 374.

¹¹⁵ Exceto Miquelina que tinha mais de 40 anos e estava grávida de 4 a 5 meses. *Jornal do Commercio*, 28/02/1832/ 00144 (3x).

¹¹⁶ *Jornal do Commercio*, 28/09/1839/ 00228.

¹¹⁷ CARVALHO, 2003. p. 65.

¹¹⁸ *Jornal do Commercio*, 29/12/1832, p. 4.

¹¹⁹ Instituição trazida para o Brasil no século XVIII, com o objetivo de acolher crianças enjeitadas. Cf. MUAZE, 2018. p. 368.

¹²⁰ *Ibid.*

Em 23 anúncios, cativas fugiram com seus recém-nascidos ou crianças pequenas em busca de liberdade ou mais autonomia. Sendo que 4 eram nascidas no Brasil, 4 sem origem identificada e o restante eram africanas. Não encontramos nenhum homem fugindo com seu filho sozinho. Apenas três casais, em que a mulher estava prestes a parir e outros dois casais com recém-nascidos. Um deles:

Fugio a Antonio Barbosa de Oliveira, morador na Estiva, termo da Villa de Lorena, no dia 26 de outubro próximo passado, hum casal de escravos, dos nomes e sinaes seguintes: Pedro de nação Cabinda, idade 30 annos, estatura alta, corpo bem feito e delgado, bastante retinto, com falta de hum dente na frente, com huma orelha furada, e com humas pintas no rosto; Thereza de nação Monjola, idade 20 annos, estatura baixa, cheia de corpo, cara redonda, meia fula, com falta de dentes na frente; levarão igualmente em sua companhia huma cria de 4 mezes, e de nome Catharina. Quem os mesmos apprehender, ou delles der noticias exactas ao dito Oliveira, ou nesta cidade na rua do Rozario n.33, receberá cem mil réis de gratificação.¹²¹

Uma publicação muito interessante vale ser citada. Luiz, um “crioulinho” com 8 anos de idade, estava na seção “escravos fugidos”, porém era forro. A suspeita era de que havia sido furtado por uma preta, sua mãe. O anunciante era Miguel João Meyer, Guarda Roupa de S. M. I., que ameaçava a mãe, pois o seu finado irmão João Pedro Meyer,¹²² em seu testamento, declarou ter deixado o menino ao anunciante para lhe dar educação. Apesar de a criança ser liberta, a mãe não tinha direito a seu filho que ainda vivia tutelado, “para ser educado”, passando a responsabilidade para o irmão do senhor após sua morte. O tipo de educação e tratamento dispensados não foram detalhados no anúncio.

Os dois casos citados acima apontam para a defesa da família. Numa historiografia tradicional, diversas análises praticamente ignoraram a existência da família escrava ou a definiram pela instabilidade e a promiscuidade. A partir dos anos 1980, diversos estudos foram realizados e inúmeras evidências foram encontradas sobre a importância das relações familiares para os escravizados.¹²³

Robert Slenes recolocou o problema das relações familiares entre os escravos, contrariando a afirmação feita pelo viajante Charles Ribeirrolles de que nas senzalas não havia famílias apenas “ninhadas”, pois a escravidão destruía esperança, recordações e

¹²¹ *Jornal do Commercio*, 14/11/1838, p. 4.

¹²² Ao que parece, a origem do bairro Méier no Rio de Janeiro, tem origem nesta família: “no final do século XVIII, o bairro do Méier (Meyer) que era uma fazenda de cana-de-açúcar, foi dividido em três partes: Engenho Novo, Cachambi (Cachamby) e São Cristóvão. Em 1884, Dom Pedro II presenteou com partes das terras o Sr. Augusto Duque Estrada Meyer, filho do comendador Miguel João Meyer, conhecido como “camarista Meyer” por ter livre acesso às câmaras do palácio imperial.” Cf. Rio 450 Anos – Bairros do Rio – Região do “Grande Méier”. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/es/node/511> Acesso em 16/06/2021.

¹²³ SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Editora Companhia das Letras, 2018. p. 227.

sentimentos familiares.¹²⁴ Slenes aponta em sua pesquisa que os escravizados valorizavam a vida conjugal estável, sendo importantes meios de apoio e identificação.¹²⁵

Percebemos então que a luta pela família podia ser um motivo para fugir. O papel da mulher era fundamental no arranjo familiar e tinha suas particularidades. Em alguns casos, a maternidade e suas condições impunham mais restrições do que para os homens na busca da liberdade através da fuga. Almejavam a autonomia, mesmo que limitada, e, para alcançar tal objetivo, faziam uso de múltiplas habilidades para persuadir o senhor e manipular suas expectativas. Talvez, esse também seja um fator para o menor número de anúncios de suas fugas. A questão do trabalho através da análise dos anúncios pode nos ajudar a entender melhor essa dinâmica do universo feminino e masculino no período escravista brasileiro.

1.4 Ofício

Tabela 5 - Ofícios de escravizados em anúncios

OFÍCIOS	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	1836	1837	1838	1839	1840
<i>Alfaiate</i>	13	18	44	24	12	27	38	33	24	61	24	15	24
<i>Barbeiro</i>	4	4	7	1	5	1	3	2	3	2	2	1	-
<i>Bolieiro</i>	7	2	3	14	14	25	6	9	18	11	5	5	8
<i>Caboqueiro</i>	1	1	2	-	-	1	-	2	2	3	1	1	6
<i>Caiador</i>	1	1	1	1	-	5	5	2	1	1	-	1	-
<i>Calafate</i>	1	4	-	-	2	2	1	3	3	3	-	6	4
<i>Calceteiro</i>	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
<i>Caldeireiro</i>	-	1	-	-	-	-	-	2	3	4	-	-	-
<i>Canoeiro</i>	-	3	5	-	-	3	-	-	1	-	1	7	2
<i>Canteiro</i>	5	-	3	-	-	4	-	2	-	7	1	2	
<i>Carpinteiro</i>	7	21	17	15	12	23	26	24	27	28	28	42	29
<i>Cortador</i>	1	-	9	-	-	-	1	-	-	5	-	-	-
<i>Cozinheiro</i>	10	-	27	9	17	13	31	29	48	47	26	18	24
<i>Falqueijador</i>	-	3	-	-	-	-	-	1	1		2	1	1
<i>Faz cigarros e pica fumo</i>	-	2	-	-	-	-	-	5	-	2	2	-	-
<i>Ferreiro</i>	3	-	4	4	2	-	2	1	3	2	6	9	3

¹²⁴ SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*: Campinas. SP: Unicamp, 2011.

¹²⁵ Idibem. p. 109.

Ganho	3	11	22	23	15	25	29	27	52	52	26	6	7
Latoeiro	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lavadeira	-	1	8	-	2	13	2	5	3	3	2	1	1
Marceneiro	-	4	5	2	5	1	3	1	20	9	1	10	5
Marinheiro	18	23	46	20	11	19	17	20	19	19	38	16	21
Mocama/serviços domésticos	-	1	1	-	-	1	2	-	-	12	1	-	-
Ourives	-	1	-	-	-	-	2	-	6	1	-	-	-
Outros	11	13	19	20	8	24	29	32	19	48	24	27	37
Padeiro	2	1	-	3	1	2	-	3	3	4	2	1	-
Pajem	1	1	-	-	-	-	3	-	-	1	6	1	2
Pedreiro	10	6	22	28	16	44	36	43	28	47	16	27	24
Pentieiro	-	1	-	6	-	4	1	1	-	-	-	-	-
Pescador	-	1	3		2	2	4	2	1	1	4	3	2
Pintor	1	4	5	2	2	4	9	4	2	-	15	13	5
Quitandeiro (a)	1	10	21	7	11	17	2	9	7	11	4	1	3
Remador	-	5	3	2		1		2		2	3	4	2
Roça	3	-	-	-	-	3	2	-	7	2	4	5	1
Sangrador	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Sapateiro	11	22	16	21	7	24	33	11	24	16	18	7	8
Serrador	-	1	2	1	4	1	4	3	1	4	8	4	5
Servente de obra	3	2	1	1	1	-	-	5	3	1	-	-	-
Tanoeiro	-	1	2	1	2		5	2	6	5	2	2	1
Tipógrafo	-	-	-	1	1	3	1	-	-	1	-	-	-
Vendedor (a)	2	17	28	18	23	12	13	4	19	18	12	10	18

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.
Dados com repetição.

A escravidão negra se desenvolveu praticamente em todas as atividades produtivas, tendo o Rio de Janeiro a maior concentração de cativos e o maior porto escravista do Atlântico. Na cidade, os escravizados tinham diversas ocupações e era comum ter-se pelo menos um para serviços domésticos e de rua. Entre as funções que exerciam, destacavam-se o trabalho de escravo de ganho em obras públicas, serviços de

transporte de pessoas e cargas, os ofícios manuais e o serviço doméstico, este último, realizado principalmente por mulheres.¹²⁶

A partir dos ofícios, a nossa análise sobre gênero fica mais complexa. Como podemos perceber, as profissões mais recorrentes nos anúncios de escravos fugidos são as exercidas apenas por homens: alfaiate (357 anúncios), em seguida, pedreiro (347), marinheiro (343), carpinteiro (299), sapateiro (218) e bolieiro¹²⁷ (128). Vale ressaltar que, nos anúncios, profissões como cozinheiro (299), ganho (298), vendedor (194) e quitandeiro (104) eram profissões associadas, em sua maioria, a homens, mas mulheres também dividiam esse espaço.

Os ofícios de maior expressão exercidos por mulheres eram: lavadeira, cozinheira, mucama, vendedora, quitandeira e ganho, mas em sua maioria não tinha ofício declarado na publicação. As ocupações de ama de leite e costureira também foram contabilizadas, mas inseridas na categoria “outros”, devido ao seu número muito reduzido. Normalmente, suas atividades estavam ligadas ao âmbito doméstico e quando eram exercidas fora desse lugar, os ofícios que ocupavam podiam ser interpretados como uma continuidade do trabalho do lar, como no caso das lavadeiras, quitandeiras que vendiam doces e outros produtos, costureiras, entre outras. Conforme Sandra Graham, cozinheiras, amas de leite, mucamas e costureiras eram trabalhadoras de portas adentro. As lavadeiras, carregadoras, vendedoras, as que faziam compras eram as trabalhadoras de portas afora.¹²⁸ Essas ocupações eram consideradas “portas afora”, num mundo urbano fundamentalmente masculino, visto como nocivo às mulheres¹²⁹ e repleto de maus hábitos. A casa era o lugar seguro. A rua era incerta, suja e perigosa.¹³⁰ Todavia, esses ambientes podiam ter significados diferentes para cada escravizado. Apesar da casa ser um lugar visto como seguro, para uma escravizada podia ser um lugar de controle, violência¹³¹ e trabalho excessivo, além de limitar os contatos com o mundo exterior, causando isolamento e dificultando algum tipo de amparo. A rua podia

¹²⁶ Segundo Mary Karasch: “todos tentavam investir em pelo menos um escravo, que forneceria suporte financeiro e mão de obra.”. Cf. KARASCH, 2000. p. 259.

¹²⁷ Condutor de carruagens. Cf. AMORIM, Humberto. “A carne mais barata do mercado é a carne negra”: comércio e fuga de escravos músicos nas primeiras décadas do Brasil oitocentista (1808-1830). *Opus*, v. 23, n. 2, p. 89-115, ago. 2017. p.15 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20504/opus2017b2304>.

¹²⁸ GRAHAM, 1992. p.51.

¹²⁹ Tanto mulheres livres, quanto mulheres escravizadas. Cf. SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. *Narrativas de viagem e escrita da história: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899)*. FAPERJ, 2013, capítulo 1.

¹³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. Hucitec, 2004. Capítulo 2.

¹³¹ Violência inclusive sexual do patrão ou de seu filho. GRAHAM, 1992. p.64.

ser encarada como um ambiente livre, sem muita supervisão,¹³² onde se podia encontrar companheiros e amigos.¹³³ Para outros, a casa podia ser um lugar de proteção, onde o senhor era responsável pelo cuidado em troca de obediência e submissão.

Em nosso banco de dados, apenas 6,2% das mulheres (119) tinham ocupações especificadas nos anúncios.¹³⁴ Para comparação, contabilizamos 9.568 homens com atividades especificadas, um total de 31,5%.

Das 119, 15 eram crioulas, 5 sem origem identificada e 99 africanas. 102 escravizadas tinham profissões de portas afora, 17 com ocupações de portas adentro. Apenas 44 anúncios apresentaram informações sobre a faixa etária dessas trabalhadoras, mas é possível interpretar como mulheres adultas, pois quando crianças, o termo “negrinha” costumava aparecer. Em suma, mulheres com profissões delimitadas nos anúncios apresentavam idades variadas, porém as escravizadas com idade entre 25 a 40 sobressaiam. Talvez, fossem mais experientes e capazes de lidar com os perigos do ambiente externo. Ainda sobre esse grupo analisado, 47 eram quitandeiras, 30 vendiam artigos variados¹³⁵. Possivelmente quem ocupava esses ofícios tinha mais facilidade para fugir, devido à autonomia e à rede de sociabilidade ampliada.

Mesmo numa cidade que oferecia muitos tipos de trabalho, a desproporção entre os gêneros era muito grande. Nitidamente, o sexo masculino possuía maior liberdade para circulação e, nesse sentido, tinha mais vantagens na conquista de um certo grau de autonomia. Era comum homens e mulheres terem mais de uma profissão. Além disso, podiam ser aprendizes ou experientes. Em razão disso, optamos por não fazer a porcentagem das categorias, pois um pedreiro podia também trabalhar como cozinheiro, dificultando nosso cálculo. Na nossa análise, foi possível identificar que o escravizado com maior especialização era anunciado um maior número de vezes e seus proprietários ofereciam gratificações mais altas. Depois de instruí-los em algum ofício, a expectativa dos senhores era obter maiores ganhos. Desse modo, a perda de um escravo que exercia ofícios especializados era ainda mais prejudicial aos seus interesses. Por isso, as recompensas mais altas e a repetição dos anúncios por um tempo maior¹³⁶. Anacleto, por exemplo, fugiu no dia 10 de fevereiro de 1840 e teve seu anúncio prontamente

¹³² A liberdade da rua era limitada, constantemente esses escravos eram supervisionados. Falaremos mais no próximo capítulo.

¹³³ GRAHAM, op. cit., p. 156-157.

¹³⁴ Descartamos as repetições de anúncios neste caso.

¹³⁵ Muitas vezes quitandeira aparece como sinônimo de vendedora. Algumas trabalhadoras exerciam mais de uma função.

¹³⁶ Além disso, os anúncios que apresentavam o valor da gratificação eram de escravizados jovens, até 25 anos.

publicado três dias após sua evasão. Tinha 28 anos, era de Cabinda, “estatura alta, magro, meio presumido no falar, a alguma coisa bexigoso” e tinha três ofícios, ou pelo menos conseguia desenvolver essas atividades com alguma destreza: sabia cozinhar, era boleiro e entendia do ofício de sapateiro. Ao que parece, Anacleto tinha importância para seu senhor. Seu anúncio foi publicado mais quatro vezes, o último de 14 de abril de 1840.¹³⁷

Nas publicações analisadas, os senhores, em sua maioria, avisavam que a captura seria recompensada: “boas alvíssaras”, diziam. Portanto, poucos deixavam em evidência o valor, apenas 13,9% dos anúncios possuíam a informação exata de quanto seria a gratificação. É possível que essa estratégia atraísse bastante “curiosos” que viviam em busca de alguma quantia extra.

Dentre os 13,9%, os valores das recompensas variavam, indo de 1\$000 até 400\$000. Quando o valor chegava a 400\$00 era comum que a gratificação fosse para a captura de mais de um escravizado. O caso de Francisco é raro. Sua fuga foi anunciada em 1828: era um preto alfaiate de Songo cujo “bom prêmio” prometido pelo senhor era de 400\$000.¹³⁸

Para comparação, vejamos um anúncio de venda do mesmo ano e de um escravo também africano e oficial de alfaiate

Quem quiser comprar hum escravo de nação, bonita figura, de 20 anos de idade, bem feito, bom oficial de Alfaiate, bom pagem e saber fazer doce, e não tem defeitos; quem o mesmo quiser dirija-se á rua do Ouvidor casa do Mestre Alfaiate Francez Cezar, hindo para o largo de S. Francisco de Paula lado esquerdo que lá achará com quem tratar, sendo o preço 500\$000.¹³⁹

Marilene da Silva menciona alguns preços de escravos citados por viajantes no Rio de Janeiro e o valor variava de acordo com a especialização. Em 1837, segundo Burlamaqui, “o jornal médio do negro de ofício custava 400\$000, enquanto o preço do escravo oficial oscilava entre 500\$00 e 1.000\$000 réis”.¹⁴⁰

Ainda sobre a questão das especializações dos escravizados, constatamos nos anúncios poucos que sabiam ler, escrever e contar. Em grande parte, o valor da recompensa não é citado, mas quando o fazem a oferta costuma ser bem variada.

Vejamos

Fugio no dia 29 de abril passado, hum pardo de nome Benedito, altura regular, claro, muito gordo, cabeça redonda, cabelos muito torcidos, cara e

¹³⁷ Edições: 00041; 00050; 00053; 00076 e 00100 de 1840.

¹³⁸ *Jornal do Commercio*, 13/09/1828, p. 4.

¹³⁹ *Jornal do Commercio*, 14/02/1828, p. 3.

¹⁴⁰ SILVA, Marilene Nogueira da. *Negro na Rua. A nova face da escravidão*. São Paulo, HUCIIEC, 1988. p.61.

olhos redondos e grandes, sobrelhas arcadas, nariz chato e arrebicado; com falta de dentes adiante, mãos gordas e chatas, unhas compridas, dedos grandes; pernas bastante groças todas cheias de cicatrizes, pés grandes e chatos; sabe lê e contar, bom sapateiro e bom cozinheiro, e arranja bem huma mesa; muito jogador de gamão e cartas: a pessoa que o apresentar a seu sr. recebera de *premio quatrocentos mil réis*, e se tiver grandes despesas também se lhe levarão em conta; he escravo do capitão Raimundo João da Camara da Ilha Grande de fora. ¹⁴¹ (grifo nosso)

No caso do pardo Benedito, vários fatores influenciavam no valor elevado ofertado pela sua captura: além de saber ler e contar, tinha habilidades como sapateiro, cozinheiro, arrancar mesa, jogar gamão e cartas. Todos os escravos que sabiam ler e escrever encontrados nos anúncios eram homens e em sua maioria nascidos no Brasil. Com as taxas de analfabetismo elevadas, um escravizado que soubesse ler e escrever podia exercer diversas atividades. Portanto, valia a pena investir na captura desses cativos.

Fizemos a escolha de colocar uma categoria para “ganho” nas profissões. Não sabemos ao certo quais eram as atividades exercidas por esse “ganhador”, pois os senhores dificilmente especificavam. Algumas pesquisas afirmam que o negro de ganho costumava ocupar funções manuais sem especialização como remadores e carregadores e semiespecializadas, como vendedores, cirurgiões e barbeiros.¹⁴² Como o trabalho manual era sinônimo de escravidão, o costume era recorrer a esses trabalhadores para tais serviços.

A historiadora Marilene Rosa Nogueira da Silva, em sua análise sobre a escravidão urbana, *Negro na Rua*, indicou a intensificação da necessidade do “escravo ao ganho” a partir da chegada da família real no Brasil. O escravo ao ganho permanecia como propriedade, mas possuía mais autonomia em relação aos outros escravizados. Nessa relação entre senhor e escravo existem algumas especificidades: o proprietário se eximia da responsabilidade de sustentar o escravizado e muitos conseguiam manter-se apenas com o valor arrecadado desses serviços. Portanto, ter escravos de ganho, era um negócio lucrativo.¹⁴³ Famílias mais pobres podiam depender para sobreviver do trabalho de ganho desempenhado por um escravo. Segundo Maria Odila Dias, inúmeras mulheres que chefiavam a casa eram proprietárias de escravos. Sozinhas e com poucos recursos, colocavam esses cativos para trabalharem na rua, auxiliando no sustento de

¹⁴¹ *Jornal do Commercio*, 28/07/1838, p.4.

¹⁴² SILVA, 1988. p. 121.

¹⁴³ *Ibidem*.

seus filhos.¹⁴⁴ Nos anúncios analisados do banco de dados, 308 se encontravam trabalhando ao ganho, 116 eram africanos, 6 crioulos e 186 sem origem definida, portanto, não sabemos se são africanos ou crioulos.

Esses escravizados tinham a autonomia para vender seus serviços e trabalharem onde quisessem desde que cumprissem a obrigação de levar ao senhor o valor acordado que podia ser diário ou semanal. O excedente ficava para o cativo manter-se e até para comprar sua liberdade. Esse fato podia ser bom para o escravizado, caso sobrasse muito dinheiro, mas extremamente ruim quando o valor faltava.¹⁴⁵ De acordo com Marilene Silva, alguns acabavam cometendo furtos ou “velhacarias” para obter o valor estipulado.

100\$000 DE ALVIÇARAS

Desencaminhou-se hontem, entre a rua do Ouvidor e a rua da Alfandega, hum preto do ganho que conduzia huma carteira de mogno, com o tampo superior coberto de couro e contendo papeis, dinheiro em notas e metal: quem fizer que a mesma seja restituída na rua da Candelária n.13, ou no hotel da Europa, receberá 100\$000rs. de alviçaras.¹⁴⁶

Neste caso, percebemos que o anunciante não sabe nenhuma informação sobre o escravo de ganho, sendo possível que o tenha apenas alugado para algum serviço e acabou sendo furtado. Por isso, sua preocupação era apenas recuperar os objetos desencaminhados e não encontrar o escravizado. Esse cativo pode ter perdido o objeto, não voltando com receio de punição ou simplesmente furtou a carteira, ficando com o valor para si ou para pagar os jornais¹⁴⁷ a seu senhor.

O ganho se desdobrava num jogo de interesses entre senhores e escravos, o proprietário se eximia da responsabilidade do sustento ao dar mais autonomia ao escravizado. Essa relação acabava transformando as relações escravistas tradicionais.¹⁴⁸

De fato, esses escravizados ao ganho disputavam afazeres com outros ganhadores cativos, libertos e pobres tornando muito grande a rivalidade na cidade.¹⁴⁹ Entretanto, existia a possibilidade de alianças entre esses trabalhadores, inclusive essas redes de sociabilidades podiam se transformar em importantes formas de organização. A própria autora cita os “Cantos”, que reuniam diversos trabalhadores libertos e

¹⁴⁴ DIAS, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Brasiliense, 1995. p. 119.

¹⁴⁵ A pesquisadora alerta para não confundir com escravo de aluguel. Este tinha seus serviços oferecidos pelo senhor, que estabelecia o tipo de trabalho e o pagamento. SILVA, 1988. p. 89.

¹⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 09/05/1840, p. 4.

¹⁴⁷ Segundo o Dicionario da lingua brasileira de 1832, jornal é “o que se dá pelo trabalho de um dia ao jornaleiro.” Já jornaleiro significa quem “quem trabalha por jornal”. Pinto, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira. Ouro Preto, Typographia de Silva*, 1832. Disponível em:

<https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026&bbm/5414#page/482/mode/2up>. Acesso em 14/06/2021.

¹⁴⁸ SILVA, op.cit., p. 121.

¹⁴⁹ *Ibidem*. p. 97.

escravizados por ocupações e etnias. Muitos possuíam auxílio mútuo para a compra de alforria de seus membros. Através de empréstimos semanais, adiantavam o dinheiro da aquisição da liberdade.¹⁵⁰

Numerosos fugitivos permaneciam na cidade trabalhando ao ganho e em lugares que podiam oferecer sua mão de obra especializada.

Desapareceu no dia 2 de Novembro do corrente, hum pardo por nome Luiz (porém dá-se o de Francisco Mendes) maior de 50 anos, oficial de alfaiate, calvo, baixo, magro, com cabelos brancos, e huma cicatriz no peito do pé direito, vestido com jaqueta de riscadinho cor de rosa já desbotado e calças de algodão americano, azul. *Julga-se estar trabalhando em huma loja desta Cidade. Quem do mesmo souber dirija-se à rua do Sacco do Alferes n.133, que terá boas alviças.*¹⁵¹ (grifo nosso)

Luiz era um escravizado já considerado velho, pois tinha mais de 50 anos, evidenciado por seus cabelos brancos, porém seu trabalho especializado como alfaiate provavelmente rendia lucros ao senhor, pois anunciou sua fuga e ainda acreditava que o escravo poderia facilmente ter se empregado em alguma loja. Casos como o de Luiz mostram que os escravos que fugiam tinham algumas condições de se manterem no mundo do trabalho.

Para Ademir Gebara, até 1870, os escravos fugiam preferencialmente para as matas mais ou menos próximas de povoações, e a partir dessa década, os fugitivos iam fundamentalmente para as cidades em busca de oportunidades.

De um lado, a vigilância da comunidade, inclusive dos outros escravos ou negros, era a primeira barreira de retenção aos eventuais planos de fuga. De outro lado, esse controle que a comunidade exercia sobre seus membros criava uma possibilidade real de forçar um foragido à marginalidade; não obstante, o controle da comunidade sobre os escravos, para ser minimamente eficiente, dependia basicamente do apoio dessa mesma comunidade.¹⁵²

A partir da década de 1870, o aumento do número de libertos na cidade teria tornado mais difícil a distinção entre um livre e um escravo e desse modo a fuga para a cidade teria se transformado numa opção melhor, fora da marginalidade e do isolamento, sendo incorporados através do trabalho.¹⁵³ O mesmo argumento é utilizado por Sidney Chalhoub. Em finais da década de 1870 e 1880, a cidade do Rio de Janeiro se tornou uma “cidade negra” e nesse sentido uma melhor opção para as fugas, uma vez que teriam mais autonomia. Nesse cenário, a política de controle senhorial se tornava cada vez mais inviável.¹⁵⁴ Além disso, a expansão dos ideais abolicionistas enfraqueceu

¹⁵⁰ SILVA, 1988. p. 123.

¹⁵¹ *Jornal do Commercio*, 24/12/1835, p. 4.

¹⁵² *Ibidem*. p.95

¹⁵³ Cf. GEBARA, 1986 e SANTOS, 2013, capítulo 6.

¹⁵⁴ CHALHOUB, 2011. p. 185.

a adesão à perseguição dos fugitivos. No período tratado neste trabalho, primeira metade do século XIX, segundo esses autores, os escravos fugiam mais para as montanhas ao redor da cidade ou arredores de povoações rurais.

Entretanto, a análise que vem sendo construída aqui não corrobora esse tipo de afirmação, pois no período entre 1827 e 1850 eram muito comum anúncios de escravos fugidos que continuavam na cidade ou em seus arredores, sendo vistos rondando e trabalhando em casas ou lojas próximas dos locais da fuga.¹⁵⁵ Esse é o caso do preto Ignacio de nação Angola que fugiu em setembro de 1835 com uma corrente de ferro no pé. No anúncio, o seu senhor desconfiava que estivesse ao ganho pela cidade.¹⁵⁶ Assim, como João Bahia, José Moleque e Antonio José, que fugiram em 1828, foram vistos constantemente circulando na cidade.¹⁵⁷

No banco de dados, contabilizamos os anúncios que citavam escravizados que foram vistos rondando pela cidade e seus arredores, podendo ser uma suspeita ou afirmação feita pelo senhor, indicando o lugar para que pudessem capturar os fugitivos. Em 1828 - 21 anúncios; 1829 - 36 anúncios; 1830 - 62 anúncios; 1831 - 31 anúncios; 1832 - 66 anúncios; 1833 - 49 anúncios; 1834 - 45 anúncios; 1835 - 33 anúncios; 1836 - 69 anúncios; 1837 - 83 anúncios; 1838 - 43 anúncios; 1839 - 41 anúncios e 1840 - 44 anúncios.

Para essa afirmação, levamos em consideração também a quantidade de publicações que apresentavam a possibilidade de o escravizado fugitivo estar trabalhando próximo: 1828 - 9 anúncios; 1829 - 11 anúncios; 1830 - 30 anúncios; 1831 - 23 anúncios; 1832 - 23 anúncios; 1833 - 10 anúncios; 1834 - 8 anúncios; 1835 - 25 anúncios; 1836 - 34 anúncios; 1837 - 26 anúncios; 1838 - 12 anúncios; 1839 - 17 anúncios e 1840 - 13 anúncios.

Os quilombos foram uma opção para esses escravos que optavam pela fuga. No século XVIII, o quilombo já era definido como um ajuntamento de cinco ou mais escravizados fugidos. Essa aceção sem dúvida contribuiu para aumentar a desconfiança e o pânico da população livre sobre os escravizados.¹⁵⁸

Quando se começou a estudar a importância dos quilombos no Brasil, a maioria dos pesquisadores tinha uma visão idealizada, de que viviam separados e que queriam

¹⁵⁵ Essa discussão sobre o destino das fugas e aparente normalidade sobre as evasões para a cidade será aprofundada no capítulo 2.

¹⁵⁶ *Jornal do Commercio*, 09/09/1835. p. 4

¹⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 05/12/1828. p. 3.

¹⁵⁸ REIS, 1996. p. 18.

reconstruir uma África no Brasil. Atualmente, temos conhecimento de que essa não foi a realidade vivida pela maioria dos quilombolas. Seus tamanhos, objetivos, duração e integrantes eram dos mais variados. Apesar de difícil acesso, como forma de proteção, não viviam totalmente isolados e, em sua maioria, estavam integrados ao comércio local. Segundo Kátia Queirós Mattoso em sua obra de 1982 sobre a população do quilombo: “em geral, ela se esconde nas áreas rurais, em pontos de acesso difícil, longe das cidades, das estradas e das plantações. É o caso do célebre Quilombo dos Palmares (...)”.¹⁵⁹

Sabemos que o Quilombo dos Palmares foi uma exceção. Após sua destruição, diversos meios de repressão foram implementados por todo o país para que não se repetisse nada semelhante a essa “dualidade de poderes”¹⁶⁰. As comunidades de escravos fugidos podiam se esconder pelas matas, mas também podiam estar nos subúrbios das áreas urbanas.¹⁶¹ Através de uma rede comercial clandestina, que se estabelecia entre os quilombolas e a cidade, os fugitivos podiam garantir a sua sobrevivência por um período mais ou menos longo. Por isso, essas redes eram reprimidas pelas autoridades¹⁶², já que os quilombos acabavam por atrair novas fugas:¹⁶³.

Fugio da rua Direita n.49, hum preto de nação Congo, com os signaes da nação; *julga-se que estará em algum quilombo perto da cidade*. Também fugio outro de nação Moçambique, de nome Joaquim, com falta de dous dedos no pé esquerdo, e huma ferida em huma perna; *julga-se que fosse furtado*. Roga-se a quem souber dos mesmos, de dar parte na sobredita casa, que receberá alviçaras.¹⁶⁴

Os quilombolas estabeleciam diversas relações com os livres ao seu redor e com escravizados nas senzalas, relação essa que causava muito temor aos senhores proprietários.¹⁶⁵ Segundo João José Reis

(...) Com essa gente eles trabalhavam, se acoitavam, negociavam alimentos, armas, munições e outros produtos; com escravos e libertos podiam manter laços afetivos, amigáveis, parentais e outros. A ideia muito comum, de que os

¹⁵⁹ MATTOSO, 1982. p. 159.

¹⁶⁰ REIS, 1996. p. 17.

¹⁶¹ GOMES, Flávio. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. Editora Contexto, 2005. p. 9.

¹⁶² GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII*. Ícone Editora, 1988. p. 50.

¹⁶³ GOMES, Flávio. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2015. p. 20.

¹⁶⁴ *Jornal do Commercio*, 29/01/1835, p. 3.

¹⁶⁵ Em *História de Quilombolas*, Flávio Gomes contribui no combate a essa visão. C.f.: GOMES, Flávio dos Santos et al. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro-século XIX*. 1992; REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Ed.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 1996. p. 272.

quilombos formavam comunidades isoladas e autossuficientes não é confirmada pela pesquisa.¹⁶⁶

No geral, os quilombos eram formados em sua grande maioria por escravos fugidos, mas em seu interior também existiam outras pessoas à margem da sociedade, como indígenas, homens livres que cometeram crimes, desertores, formando arranjos populacionais complexos.¹⁶⁷ Porém, predominavam negros fugidos.¹⁶⁸ Assim sintetiza João José Reis sobre os quilombos

O quilombo podia ser pequeno ou grande, temporário ou permanente, isolado ou próximo dos núcleos populacionais; a revolta podia reivindicar mudanças específicas ou a liberdade definitiva, e esta para grupos específicos ou para os escravos em geral.¹⁶⁹

Apesar dos quilombos serem um atrativo para os escravos que eram tratados com violência e descaso nas fazendas, nem toda fuga gerava um quilombo e nem todo fugitivo ia para algum já existente. Do universo de mais de 10 mil anúncios analisados, apenas 8 citaram o termo ‘quilombo’.

No dia 16 de Novembro do anno p.p., fugio hum preto, por nome Philippe, de nação Moçambique, alto reforçado, de idade de 22 a 23 annos, fugio na companhia, de huma preta que desinquietou, e de outro preto, e consta que os trez andão, nos *quilombos do Corcovado e Tejuca*, ou que embarcarão para algum porto do Sul, talvez tambem fossem furtados; quem delles souber, der noticia, ou aprehender faça favor de dar parte na praia Formosa n.67 casa de distilação na certeza de que se darão alviçaras convenientes à importancia da perda.¹⁷⁰ (grifo nosso)

Anda fugido desde 25 de Maio p.p. hum negro buçal chamado Felis¹⁷¹, com os seguintes signaes – he Mosambique, nação Mujão, terá de idade 18, a 20 annos [...] este negro, tendo fugido com mais dois camaradas, forão estes conduzidos a seu Sr. pelo Cappitão do Asalto Remualdo de tal... dizendo que os tinha apanhado no *quilombo da Tijuca*: [...].¹⁷²(grifo nosso)

No dia Segunda feira 23 de Agosto, fugio hum escravo [...] a seu Sr. que se acha no *quilombo de Iguazu*; quem o levar a mencionada casa terá 50\$000 de gratificação.¹⁷³ (grifo nosso)

Prendeu-se hum preto em hum *quilombo na Freguesia do Pilar*, o qual diz chamar-se João, e ser de nação Quiçamá, e seu senhor chama-se José. [...] .¹⁷⁴ (grifo nosso)

Cem mil réis de alviçaras a quem apprehender hum preto de nome Francisco, nação Moçambique, que fugio no dia 21 de Dezembro do anno passado, [...], he de boa estatura, magro, com rosto sob o comprido, dentes na frente meio partidos, nas fontes alguns sinaes de sua terra, e anda muito

¹⁶⁶ REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas...op. cit. p. 18.

¹⁶⁷ C. f.: AMANTINO, p.146-156 e KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*...op. cit. p.409 e GUIMARÃES, Carlos Magno. *Uma negação da ordem* escravista...op. cit. p. 40.

¹⁶⁸ SCHWARTZ, op. cit. p. 30.

¹⁶⁹ REIS, 1996. p. 16.

¹⁷⁰ *Jornal do Commercio*, 19/02/1829, p. 3.

¹⁷¹ Esse anúncio aparece novamente no dia 06/07/1830, com as mesmas informações apenas com a mudança do nome de “Felis” para “Felix”.

¹⁷² *Jornal do Commercio*, 18/08/1830, p. 4.

¹⁷³ *Jornal do Commercio*, 30/08/1830, p. 4.

¹⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 04/06/1835, p. 4.

devagar; desconfia-se que esteja presentemente *em hum quilombo que consta existir nos matos da chácara do Bispo ou Andarahy*, onde tem bastante conhecimento, por ter sido escravo do mesmo sítio [...].¹⁷⁵ (grifo nosso)

Dá-se 30\$ réis de gratificação a quem trouxer hum preto de nome Sebastião, nação Cabinda, que fugio no dia 7 de junho p.p., e consta estar com certeza na *ilha do Governador, em algum quilombo que lá existe* [...].¹⁷⁶ (grifo nosso)

Apenas um anúncio não especificava a origem do escravizado, os outros sete eram africanos. Ao que consta, os senhores parecem ter recebido informações sobre o paradeiro dos fugitivos, alguns podiam ter conhecidos próximos, por isso a suspeita. Em uma publicação, foi anunciado a captura de um cativo que estava em um quilombo, não sabemos se foi uma fuga que o levou para seu interior, mas achamos interessante incluir, pois mostra como havia pessoas empenhadas em receber gratificações por apanhar fugitivos. Para muitos desses escravos fugidos, os quilombos podiam ser uma realidade transitória, um abrigo temporário, até encontrarem outra pessoa para quem oferecer sua força de trabalho ou mesmo resolver seu problema com o senhor - encontrar algum padrinho que mediasse sua situação.¹⁷⁷

Outro aspecto que pode ser analisado a partir dos anúncios de fuga diz respeito ao valor dos jornais. Nos anúncios, diversos proprietários protestavam contra quem acoitasse o escravo, ameaçando com a obrigação de custear os jornais do período de fuga, além das perdas e danos.

Fugio a 26 de Janeiro p.p., hum preto de nome José, nação Rebolo, altura ordinária, gordo, olhos grandes, ainda sem barba, nariz chato, toma tabaco, tem as ventas muito abertas, dous dedos do pé meios fechados, tem huma cicatriz ao pé da barriga da perna esquerda, he pedreiro, levou a ferramenta; roga-se as pessoas que por estes sinaes o conhecerem, de o mandar pegar, e dar parte a seu Sr. Theotonio José da Cruz, rua de Santo Antonio n.17, que dará boas alviçasas, e *também protesta haver os jornais de quem lhe der agasalho*.¹⁷⁸ (grifo nosso)

José levou suas ferramentas de trabalho em sua fuga, pois provavelmente tinha planos de conseguir algum serviço com seu ofício de pedreiro, o que não era difícil. O sucesso da fuga de escravizados que exerciam função especializada dependia do reconhecimento de seu trabalho em diversas lojas e pelos mestres. Apesar disso, quem estivesse fazendo uso da mão de obra de José, teria que arcar com os jornais desde o dia de sua fuga. O senhor Theotonio José da Cruz publicou novamente este anúncio no dia 19 de fevereiro.¹⁷⁹ No dia 27 de fevereiro de 1835, o anúncio da fuga de José constava

¹⁷⁵ *Jornal do Commercio*, 14/12/1836, p. 4.

¹⁷⁶ *Jornal do Commercio*, 25/08/1837, p. 4.

¹⁷⁷ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Ed.). *Liberdade por um fio...*op. cit. p. 358; REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito...*op. cit.

¹⁷⁸ *Jornal do Commercio*, 17/02/1835, p. 4.

¹⁷⁹ *Jornal do Commercio*, 19/02/1835, p. 3

no *Jornal do Commercio*, porém com algumas alterações: a publicação começava com o valor da recompensa, 100\$000, mais algumas informações sobre as características físicas de José, além da afirmação de que ele “costuma embriagar-se”. Outro fato interessante é que o senhor desconfiava de que o pedreiro tivesse sido seduzido ou que estivesse trabalhando como forro, dessa vez não ameaça a cobrança do pagamento dos jornais e no fim repetia o valor da gratificação para quem o encontrasse. Essa mudança de estratégia poderia atrair muito mais interessados na captura do escravizado, a gratificação generosa, sem a cobrança dos jornais podia até atrair quem estivesse utilizando a mão de obra de José, dependendo do lucro que estivesse rendendo. O último anúncio foi publicado no dia 10 de julho de 1835, com as mesmas informações contidas no primeiro anúncio, sem a gratificação, apenas avisando que podia ter sido seduzido ou estar trabalhando como forro.¹⁸⁰

A questão da cobrança dos jornais para quem estivesse com o escravizado que pertencia a outra pessoa podia intimidar, talvez por isso poucos anúncios citavam essa questão. No período estudado, poucos foram os anúncios que protestavam o valor dos jornais, perdas e danos causados no decorrer da procura do fugitivo: 1828: 3 anúncios; 1829: nenhum anúncio; 1830: 8 anúncios; 1831: 5 anúncios; 1832: 11 anúncios; 1833: 13 anúncios; 1834: 7 anúncios; 1835: 6 anúncios; 1836: 17 anúncios; 1837: 13 anúncios; 1838: 5 anúncios; 1839: 15 anúncios e 1840: 10 anúncios.

Em suma, quando analisamos a escravidão com referência à resistência e às fugas, é fundamental levar em consideração algumas clivagens, entre elas, a de gênero. Outro aspecto essencial é a especialização da mão de obra que valorizava o preço desse escravizado e assim possibilitava sua “fácil” inserção na sociedade que, inclusive, tolerava esse tipo de situação para não perder a oportunidade de explorar o trabalho.

¹⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 10/07/1835, p. 4.

1.5 Origem

Tabela 6- Origem dos escravos

Nacionalidades	1827	1828	1829	1830	1831	1832	1833	1834	1835	1836	1837	1838	1839	1840	Total	%
<i>Africanos com origem desconhecida¹⁸¹</i>	-	36	58	59	32	23	31	20	20	24	34	17	23	28	405	3,5
África Ocidental																
Cabo verde	-	-	2	1	1	1	1	2	-	1	2	-	1	-	12	0,1
Calabar	-	11	10	7	6	-	8	11	15	7	14	3	6	2	100	0,9
Mina	-	35	37	62	31	22	43	32	49	37	53	21	32	26	480	4,2
Centro-Oeste africano																
Cabinda	-	40	76	103	83	44	88	96	66	84	102	100	77	77	1036	9
Congo	-	38	65	71	80	55	72	80	59	75	105	81	65	97	943	8,3
Monjolo	-	19	32	55	26	18	20	19	18	22	21	22	17	24	313	2,7
Moange	-	1	4	8	1	11	18	11	6	5	12	7	10	6	100	0,9
Mofumbe	-	1	1	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-	2	10	0,1
Muiambe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2	0,01
Ambaca, hambaque, ambaque	-	1	-	1	-	-	-	-	1	1	2	2	5	2	15	0,2
Ambriz	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	4	0,03

¹⁸¹ Anúncio apenas informa que é africano, sem especificar.

Angola	-	26	52	85	48	43	55	70	64	68	76	53	51	47	738	6,5
Camundá, Cabundá	-	4	1	5	2	-	13	6	4	4	2	7	1	5	54	0,5
Cassange	-	24	48	56	27	27	46	34	49	29	49	44	34	13	480	4,2
Muxicongo, mexicongo	-	-	3	-	-	2	4	-	-	-	-	-	-	-	9	0,08
Rebolo, Rebollo	-	14	24	44	29	19	8	38	16	22	36	22	15	16	303	2,6
Libolo	-	-	3	2	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	9	0,08
Luanda, Loanda	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	4	1	1	-	10	0,1
Camundongo, Camondongo	-	-	1	1	-	3	7	2	2	3	1	2	2	6	30	0,3
Quiçamã, Quissamane	-	-	-	-	-	3	-	1	1	2	3	4	7	5	26	0,2
Songo	-	4	1	3	-	1	-	1	9	3	7	4	21	4	58	0,5
Benguela	-	32	73	85	87	49	76	67	66	88	99	75	40	93	930	8,1
Ganguela	-	-	5	3	5	2	7	4	6	7	6	10	11	8	74	0,6
África Oriental																
inhambane	-	2	-	52	14	28	55	58	29	24	40	23	20	18	363	3,2
Quelimane, quilimane	-	25	20	44	12	13	18	14	11	6	11	8	22	14	218	1,9
Madagascar	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	1	-	-	-	5	0,04
Moçambique	-	67	174	198	113	111	172	119	117	168	134	110	113	121	1717	15
Sofala	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2	2	6	0,05
Mecena, Mocena, Mucena	-	-	3	1	-	-	1	-	-	3	1	1	2	3	15	0,13

Sena, Sene	-	-	1	-	2	-	2	-	1	-	1	-	4	2	13	0,11
Outros (africanos com nação incerta) ¹⁸²	-	6	20	11	6	-	24	6	9	13	16	15	18	7	151	1,3
Total de africanos		389	714	962	607	478	771	691	625	697	835	632	600	628	8629	75,2
Crioulos																
Crioulos ¹⁸³ com origem desconhecida	-	21	30	45	40	40	70	73	61	92	108	90	80	79	829	7,2
Bahia	-	7	14	5	12	3	57	22	19	13	35	14	20	5	226	2
Ceará	-	-	1	-	3	-	-	-	1	-	-	-	-	-	5	0,04
Cuiabá	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,008
Espírito santo	-	-	-	-	-	1	2	-	-	5	2	-	1	-	11	0,1
Pernambuco	-	2	8	6	2	6	8	17	10	26	16	10	8	11	130	1,1
Paranaguá	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0,02
Maceió	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2	0,01
Maranhão	-	-	-	-	4	2	-	-	1	-	1	-	1	2	11	0,1
Minas	-	1	2	1	-	2	4	-	-	-	2	2	2	3	19	0,17
Rio Grande	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	4	0,03
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	0,008
Estado do rio	-	-	2	6	-	2	3	3	2	4	6	12	7	6	50	0,4
Pará	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2	-	1	3	8	0,07

¹⁸² O anúncio informa a origem, porém não encontramos referências sobre as nações.

¹⁸³ Nascidos no Brasil.

Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	5	0,04
Porto Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	2	0,01
São Paulo	-	-	-	1	2	-	-	1	-	1	3	2	2	-	12	0,1
Santa Catarina	-	-	-	-	-	4	1	-	-	1	-	-	2	-	8	0,07
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-	-	3	0,02
Indígena	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0,01
Total de crioulos		33	58	66	65	60	147	117	96	142	185	132	126	109	1336	11,7
Montevideo	-	1	2	-	-	-	3	-	-	-	1	1	-	2	10	0,09
Buenos aires	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	2	1	-	5	0,04
Espanha	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	3	0,02
Índia	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,008
China	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	0,008
Total de escravizados	-	423	775	1028	672	541	921	808	721	841	1021	767	727	740	9985	87,1
no ano																
Origem desconhecida¹⁸⁴	-	68	139	128	79	63	105	59	151	158	192	127	78	139	1486	12,9

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.

¹⁸⁴ Não sabemos se é africano ou crioulo.

De acordo com os dados expostos acima, escravos africanos fugiam mais. A explicação pode ser vista a partir da lógica africana. Com a instabilidade política na África, as guerras eram recorrentes e diversos africanos trazidos pelo tráfico atlântico eram guerreiros derrotados e vendidos como escravos.

É muito complexo saber exatamente a procedência desses africanos, muitos senhores afirmavam em um anúncio uma origem e logo na publicação seguinte mudavam; outros acabavam deduzindo por seus sinais de nação. Marilene Nogueira alega que essa nossa dificuldade atual é consequência da mentalidade colonial dos senhores que pouco se importavam com a identidade dos africanos capturados.¹⁸⁵ De fato, em alguns anúncios podemos perceber o desinteresse de alguns senhores que deixavam claro que tinham dúvidas sobre o local de origem. Nesses casos, optamos por colocar apenas a denominação “africano”.

Apesar do desinteresse de alguns, outros senhores costumavam se atentar para as diferenças étnicas para instigar a rivalidade étnica. Manolo Florentino e José Roberto Góes consideram a entrada constante de africanos pelo tráfico como um importante fator para a fragmentação. As rivalidades que antecederiam a diáspora teriam impedido a solidariedade, impossibilitando a organização efetiva contra os senhores.

Para os autores, esse “estado de guerra”, feito pelos senhores, impediria a coesão. Porém, a união de alguns através da família criaria uma “paz nas senzalas”, famílias estas, constituídas em sua maioria pelos mesmos grupos étnicos. A entrada constante de estrangeiros, sempre mantinha um clima de rivalidades para a paz não ser completa. Os pesquisadores concluem que apenas o status em comum de “escravo” não era o suficiente para a formação de uma unidade contra o sistema escravista e em menor escala, contra os senhores.¹⁸⁶

A historiadora Hebe Mattos destaca como os escravizados já socializados em uma cultura escravista possuíam mais recursos para tentar conquistar maior autonomia em suas vidas ou até mesmo para alcançar a alforria. Assim, os laços de solidariedade eram enfraquecidos pelo interesse de mobilidade social. Apesar disso, a autora não descarta a possibilidade de união e solidariedade em momentos de tensão.¹⁸⁷

¹⁸⁵ SILVA, 1988. p. 54.

¹⁸⁶ FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico C. 1790-C. 1850*. São Paulo: Ed. Unesp, 2017, capítulo 1.

¹⁸⁷ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

A partir das rebeliões ocorridas na Bahia na primeira metade do século XIX, João José Reis percebe que havia mais união entre escravos e libertos de um mesmo grupo étnico do que de grupos diferentes. Para o autor, os africanos se uniam mais como grupos étnicos do que por sua condição de escravizados, para isso, relembra que os “cantos” eram organizados por etnias. Segundo o autor

A experiência escrava, porém, marcou em profundidade o africano, modificou sua forma de ver o mundo e a si próprio. Se a identidade étnica de escravos e libertos nagôs, haussás, jejes, etc. foi mantida, e em muitos sentidos até exacerbada, o convívio sob a escravidão dessas diversas etnias transformou-os muitas vezes em cúmplices, sugerindo uma identidade pan-africana embrionária. Uma identidade que, no entanto, não eliminava as diferenças. Na raiz dessas alianças estava, entre outras coisas, o fato de que a sociedade baiana encarava os africanos em geral como escravos por definição.¹⁸⁸

Podemos perceber pela tabela que os escravizados mais anunciados como fugitivos eram africanos, representando 75,2% das publicações. Talvez fugissem mais por não estarem adaptados àquela sociedade. Porém, é preciso considerar que a população escrava no Rio de Janeiro nesse momento era de maioria africana. Além disso, eles costumavam ser mais especializados.¹⁸⁹ Portanto, seriam mais lucrativos, podendo assim o senhor optar por investir nos anúncios.

Tabela 7 - Porcentagens comparativas de escravos africanos e crioulos na cidade do Rio de Janeiro, 1832-1849

Santa Casa da Misericórdia					
Nacionalidades	Registro de	1833	1838	1849	Censo de 1849
	Impostos 1832				
Africana	73,3	50,0	50,8	63,5	66,4
Brasileira	9,8	25,2	26,7	26,3	33,6
Desconhecida	16,9	24,8	22,5	10,2	-

¹⁸⁸ REIS; SILVA, 2009. p. 109-110.

¹⁸⁹ Sobre a especialização entre crioulos e africanos nos anúncios analisados: 1828- 14 crioulos com especialização e 80 africanos com ofícios; 1829 – 18 crioulos e 133 africanos; 1830- 23 crioulos e 221 africanos; 1831 – 30 crioulos e 153 africanos; 1832 – 10 crioulos e 114 africanos; 1833 – 56 crioulos e 167 africanos; 1834 – 40 crioulos e 175 africanos; 1835 – 27 crioulos e 164 africanos; 1836 – 37 crioulos e 192 africanos; 1837 – 46 crioulos e 264 africanos; 1838 – 56 crioulos e 169 africanos; 1839 – 46 crioulos e 139 africanos e 1840 – 36 crioulos e 133 africanos.

Fonte: Karasch, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.42.

É extremamente complexo delimitar o significado de cada uma das categorias étnicas. Na África existiam três grandes regiões abastecedoras de cativos: da Costa Ocidental da África (Costa da Mina principalmente), da África Centro-Ocidental (Angola-Congo) e da Costa Oriental (Moçambique).¹⁹⁰

As origens destes africanos que mais se destacaram foram: Moçambique (15%); Congo (8,3%); Cabinda (9%), Benguela (8,1%), Angola (6,5%); Mina (4,2%); Cassange (4,2%); Inhambane (3,2%); Monjolo (2,7%) e Rebolo (2,6%).

Mary Karasch conclui que a maioria dos escravos do Rio de Janeiro foram importados da região do Centro-Oeste africano, provindos dos grandes portos de Luanda, Cabinda e Benguela. A partir dos nossos dados, podemos perceber que os escravizados fugitivos tinham, em sua maioria origem na mesma região apontada pela autora com 45% das publicações.¹⁹¹ Karasch alerta que esses significados variavam muito e a precisão é incerta.¹⁹²

A segunda área com maior incidência de origem para a autora era a África Oriental e em seguida a África Ocidental. Nossos dados corroboram essa análise. Nos anúncios de escravos fugitivos, 20,43% eram oriundos da África Oriental¹⁹³ e apenas 5,2% da África Ocidental.¹⁹⁴

Gostaríamos de chamar atenção para uma informação: 15% dos escravizados africanos nos anúncios tinham como Moçambique o local de origem. Esses escravizados “moçambiques” eram originários da área atual de Moçambique e também ao norte, com os atuais Quênia e Tanzânia, incluindo os macuas, do interior de Moçambique e os iaôs.¹⁹⁵

¹⁹⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África eo Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.; KARASCH, 2000.

¹⁹¹ Os locais que mais se destacaram dessa região: Congo, Cabinda, Benguela, Angola, Cassange, Monjolo e Rebolo.

¹⁹² Sobre termos genéricos dados aos africanos e a incidência de africanos da região Centro-Ocidental, Regiane Mattos conclui: “os termos genéricos eram utilizados de forma indiscriminada com relação às três áreas do continente africano, o que significa dizer que os mesmos africanos que foram designados no início do século XIX como “angola”, “congo”, “benguela” (região centro-ocidental), “mina” (Ocidental) e “Moçambique” (Oriental), foram identificados, mais tarde, com os termos genéricos se referiam a qualquer uma das três áreas africanas. Dessa maneira, mesmo que se dividisse o número de africanos agrupados no termo “África” e distribuisse igualmente entre as três regiões específicas, haveria ainda o predomínio da área Centro-Ocidental”. MATTOS, Regiane Augusto de. *De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)*. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. p. 91.

¹⁹³ Destaques para Moçambique e Inhambane.

¹⁹⁴ Destaque para Mina.

¹⁹⁵ MATTOS, 2009. p. 59.

Outro dado interessante: os “Minas” aparecem como apenas 4,2% dos africanos”. “Mina” poderia contemplar os grupos étnicos ioruba e nagô, a oeste da Nigéria e de Benin, assim como os gêges do Daomé.¹⁹⁶ Sobre esse grupo: “mina no Sudeste identificava todos os africanos da Costa Ocidental que na Bahia tinham identidades separadas porque lá eram proporcionalmente muito mais numerosos.”¹⁹⁷ Apesar de poucos no Rio de Janeiro – os Minas – eram os mais privilegiados na obtenção da liberdade.¹⁹⁸

Os escravos eram chamados pelo nome de batismo, adicionado de sua “nação” africana. Esse método de identificação foi constante em todo o período analisado. Por exemplo, João Cabinda, Manoel Moçambique, Maria Mina. Quando os senhores não sabiam a origem ao certo, apenas informavam ser de “nação”, “preto de nação” ou apenas africano. Sobre o termo “nação”

Trata-se de uma nomenclatura cujos usos e sentidos oscilavam intensamente, podendo significar topônimos das macroáreas da organização do tráfico na costa africana; portos de embarque; unidades políticas; identidades que expressavam microfiliações políticas; metaetnônimos ou etnônimos que designavam identidades étnicas mais específicas. Dependendo do momento de sua trajetória e do contexto em que uma pessoa era descrita, a nação poderia oscilar de um subgrupo para o descritor genérico mais amplo criado pelos agentes do tráfico e vice-versa.¹⁹⁹

Com os crioulos, a denominação era diferente. Enquanto os africanos eram separados por local de origem, os brasileiros eram designados como “crioulos” ou por sua cor: “parda Ana” ou crioulo “Sebastião”.

Os africanos podiam ser reconhecidos por seus “sinais de nação”, muito citados pelos senhores para auxiliar na captura do fugitivo. Esses sinais eram as escarificações. De acordo com o estudioso Alberto da Costa e Silva, as escarificações eram incisões com diferentes significados para cada povo, mas aqui representavam toda uma etnia.²⁰⁰

Os escravos crioulos, ou seja, nascidos no Brasil, perfizeram 11,7% dos anúncios de escravos fugidos no *Jornal do Commercio*. Vale lembrar que nesse período a população escrava no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro, era majoritariamente constituída por africanos. Em 1832, de acordo com os dados levantados por Mary Karasch e expostos na tabela acima, os crioulos eram apenas 9,8%,

¹⁹⁶ Ibidem. p. 60.

¹⁹⁷ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 5, p. 35-53, 2004. p. 10.

¹⁹⁸ FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 3, p. 9-40, 2002. p. 28.

¹⁹⁹ RODRIGUES, Aldair. op. cit. p.75.

²⁰⁰ FREYRE, Gilberto op. cit. p. 14.

umentando para 33,6% no censo de 1849. Consequentemente, sua presença é menor nos anúncios de escravos. Outros motivos também devem ser levados em consideração: por estarem mais adaptados a essa sociedade e à língua²⁰¹, podiam tirar “vantagens” maiores que os africanos nas negociações por condições mais aceitáveis ou na aquisição da alforria. Os crioulos eram os que mais recebiam as cartas de libertação, pois estavam mais adaptados ao sistema escravista²⁰². Muitos foram educados pelos senhores, outros eram filhos destes com escravizadas; podiam ter sido criados pela família, ter aprendido um ofício ou ter participado de momentos importantes ao lado de seus senhores, por isso, o grau de afeto era uma importante vantagem para a aquisição da alforria²⁰³

Nesse sentido, é possível pensar que essa vantagem seria uma explicação para o número pequeno de fugas, assim como teria contribuído para a menor participação dos crioulos em revoltas escravas. Conforme Reis, crioulos e mulatos tinham outras relações com os senhores brancos, por isso pouco participaram das revoltas na Bahia

Mulatos, cabras e crioulos forneciam o grosso dos homens empregados no controle e repressão aos africanos. Eram eles que faziam o trabalho sujo dos brancos de manter a ordem nas fontes, praças de Salvador, invadir e destruir terreiros religiosos nos subúrbios, perseguir escravos fugitivos através da província e debelar rebeliões onde quer que aparecessem.²⁰⁴

Vale ressaltar que esses escravizados não eram passivos, apenas tinham diferentes estratégias no trato com os senhores e em relação ao seu cativo.²⁰⁵ João José Reis, em importante trabalho, aponta que a participação desses grupos foi mais forte do que de africanos em outros movimentos sociais como os motins antilusos na Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Maranhão, na Balaiada, Farrapos, etc. Além disso, com o declínio da população africana no Brasil, foram responsáveis por diversos tipos de resistência.²⁰⁶ Sobre essa rivalidade entre crioulos e africanos

[...] Essa distinção étnica foi estimulada, muitas vezes, pelos negociantes do tráfico com o objetivo de ganhar a concorrência do comércio de escravos. [...] Ou ainda, essa diferenciação étnica teria sido promovida pelo interesse segregacionista de alguns setores da sociedade como a Igreja e os proprietários, que visavam dividir a população africana, promovendo rivalidades étnicas²⁰⁷

²⁰¹ Os africanos ladinos (627) aparecerem nos anúncios com mais frequência do que os boçais (388). Apesar da adaptação e possibilidades maiores de negociação, esses escravizados também tinham mais facilidade para fugir, pois podiam ter redes de apoio e maior conhecimento da cultura, diferentes dos boçais e “escravos novos” (218).

²⁰² Luiz Felipe de Alencastro reconheceu práticas de favorecimento dos mulatos, principalmente nas concessões de manumissões. Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 345-355.

²⁰³ MATTOSO, 1982. p. 169-172.

²⁰⁴ REIS, 1986. p. 9 apud MARQUESE, 2006. p. 121.

²⁰⁵ REIS, 1988. p.82.

²⁰⁶ REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. Op. cit. p. 22-23.

²⁰⁷ MATTOS, 2009. p. 58.

Os crioulos oriundos da Bahia (2%) e de Pernambuco (1,1) foram os que mais marcaram presença nas publicações. É provável que após 1850, com o intenso tráfico interprovincial, esses escravizados vindos das províncias do Nordeste marcassem mais presença nos dados sobre o Rio de Janeiro.

Além de ser mão de obra, esses escravizados eram elementos ativos e constituintes da sociedade oitocentista que acabaram se ajustando e tendo um papel social reconhecido pelos demais. A sociedade encarava a presença desses sujeitos como um risco, risco necessário que precisava ser constantemente controlado.

No próximo capítulo, indicaremos alguns aspectos dos anúncios que nos permitem pensar a escravidão a partir da referência à noção de cultura escravista. Através de uma abordagem qualitativa, a nossa intenção é compreender o discurso dessas publicações como um reservatório de códigos e significados que era reconhecido e compartilhado. Para essa análise, o anúncio de fugas será compreendido pela referência à tensão que permeia essa sociedade entre a definição jurídica do escravo e as práticas sociais. A simples existência desses anúncios era indicativa da adesão cultural – no sentido do compartilhamento de códigos e significados - a um processo de mercantilização e de coisificação de pessoas. Em contrapartida, tanto a fuga quanto certos aspectos do discurso desses anúncios “revelam” a humanidade do escravo, a despeito da sua definição jurídica e das relações de dominação.

2 Sobre a construção de uma sociedade e cultura escravista

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”²⁰⁸

Em 1º de novembro de 1880, no Rio de Janeiro, o jornal *O Abolicionista* foi lançado. Esse periódico foi um importante meio de propaganda abolicionista, ganhando força junto à opinião pública.²⁰⁹ Em sua primeira edição, deixou claro seu objetivo e em meio a diversas queixas, uma se destacou

Nas cidades somos um objeto de estudo para os estrangeiros: os anúncios para a compra e venda de criaturas humanas, para a prisão de escravos fugidos; as casas de comissões, verdadeiros lupanares, ao mesmo tempo que mercados de gente; o aluguel das mãis, separadas dos filhos, para amas de outras crianças, especulação torpe como lucrativa; a mortalidades dos ingênuos; as questões de liberdade decididas em favor dos senhores pela magistratura, complice dos crimes que ella devia punir, *são outros tantos motivos de humilhação para cada Brasileiro.*²¹⁰ (grifo nosso).

E continuou de forma muito direta para os futuros interessados pelo tema:

É para lutar com a escravidão que este jornal aparece; é para denunciar-lhe aos abusos e os tristes episódios; é para *formar o arquivo histórico*, em que no futuro as gerações, que nos sucederem, *possam ver a degradação do nosso tempo*, e odiar para sempre o stigma impresso na fronte da nação Brasileira pelo trafico de escravos que ela tolera em pleno século XIX.²¹¹ (grifo nosso)

Dessa forma, os redatores deixavam explícitos seus interesses em registrar os abusos da escravidão e formar um arquivo histórico para as futuras gerações. Não por acaso, tentamos recuperar esses esforços nesta pesquisa. Apesar de avançarmos no tempo em relação à publicação citada, ela nos mostra como a imprensa foi um importante meio de registro e denúncia em diversos momentos do Império, sendo um agente no interior das disputas políticas.

A escravidão foi central para o Brasil por muito tempo e deixa suas marcas até hoje. O historiador Ricardo Salles, em interessante trabalho, evidencia o que seria uma nostalgia imperial na consciência coletiva dos brasileiros. No imaginário da população é comum que se refiram ao Império como um passado de glórias e de produção cultural exacerbada. Para o autor, três aspectos são importantes na construção dessa narrativa: o primeiro era a influência dos intelectuais monarquistas que, no início do período

²⁰⁸ MARX, Karl. *O 18 brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003. p. 7.

²⁰⁹ Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-abolicionista-orgao-da-sociedade-brasileira-contra-a-escravidao/>> Acesso em: 10 de outubro de 2021.

²¹⁰ *O Abolicionista*, 01/11/1880. p. 1.

²¹¹ Idem.

republicano, exaltavam o Império e atacavam a República exaustivamente. O último aspecto e o mais relevante para esta pesquisa: embora a sociedade imperial tenha sido destruída e a sua base escravista abolida, o seu projeto de civilização permaneceu em vigência. Dessa forma, os problemas sociais oriundos da escravidão ainda não foram superados.

A consolidação do Estado imperial esteve intimamente ligada com a constituição e a hegemonia dos senhores de escravos. Os interesses desses grandes proprietários se viram representados pela política conservadora nos anos 1840. Esse grupo então precisava “manter a ordem” escravista. A partir disso, o projeto dessa classe dirigente se tornou o mesmo do Estado. Para além das questões políticas e econômicas, a cultura nacional e a política imperial foram formadas a partir da escravidão.

Em outro trabalho, Ricardo Salles atribui grande peso à escravidão negra, símbolo de poder, moldando assim formas de agir e de pensar de toda uma sociedade, que se expandia para além das elites. Segundo o autor

Tal expansão significou a gestação de identidades e valores socialmente compartilhados e a adesão a práticas políticas, administrativas públicas e institucionalizadas. Esse processo não se restringiu aos grupos de grandes proprietários e comerciantes escravistas, mas se estendeu a outros grupos subalternos que se espelharam nos primeiros e buscaram aderir a seu estilo de vida.²¹²

A escravidão negra era vista como necessária para o desenvolvimento do país. O uso de mão de obra escrava se fez presente em quase todos os setores e por grande parte da população, inclusive por grupos subalternos²¹³, devido ao valor relativamente baixo de africanos importados.

Na época da independência, dos 112 mil habitantes do Rio de Janeiro, praticamente metade, 55 mil, era de cativos. Em 1849, a população livre havia triplicado, chegando a 144 mil pessoas, mas o número de cativos dobrara. Eram mais de 110 mil, mesmo levando-se em conta que, depois que o tráfico tornou-se ilegal, em 1831, a subcontagem agravou-se; ninguém queria revelar a posse de africanos contrabandeados.²¹⁴

Ao vislumbrar a liberdade, controlada pelo senhor através da alforria, libertos podiam almejar a posse de escravos inserindo-se como senhores no mundo da escravidão. Essa distinção social fazia parte da concepção senhorial.²¹⁵ A elasticidade

²¹² SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo*. Vassouras, século XIX., RJ: Civilização Brasileira 2008. p. 46.

²¹³ Manolo Florentino enfatiza que, apesar da propriedade escrava ser disseminada pela sociedade, mostrando o comprometimento da população com a escravidão, a reprodução do lugar social da elite se dava mediante a renda acumulada com o trabalho escravo, estabelecendo uma diferenciação entre os homens livres. C.f. FLORENTINO, Manolo. *A paz das senzalas*. op. cit.

²¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). op. cit. p.156.

²¹⁵ SALLES, 2008. p. 51.

da escravidão, possibilitada pelo tráfico, resultou na adesão de grande parte da população ao sistema escravista, fazendo com que os próprios libertos almejassem a compra de cativos que estariam à disposição para fazer qualquer trabalho considerado degradante. Para Rafael Marquese

O que importa para esta análise é o fato de todas essas atividades - rurais e urbanas – terem se baseado na escravidão, com uma estrutura de posse dos escravos que os distribuía por diferentes faixas de riqueza, sem concentrá-los apenas nas mãos dos senhores mais capitalizados ou mesmo dos proprietários brancos.²¹⁶

Essa disseminação da escravidão por toda a sociedade contribuiu para o seu prolongamento. A mentalidade escravista foi constituída e constituidora do Império por todo o período em que vigorou, porém, sua consolidação ocorreu no século XIX, tendo sido fortalecida pelo Estado e perpassando toda a sociedade brasileira em construção²¹⁷, inclusive no mundo privado, no Governo da Casa.²¹⁸

Isto posto, era necessário que as relações de dominação fossem reconhecidas também pelos escravizados. Todos tinham um papel a cumprir nessa sociedade. A cultura escravista condicionava comportamentos e expectativas.²¹⁹

Para melhor analisar essas práticas e costumes difundidos no século XIX, o conceito de cultura pode nos ajudar. O antropólogo estadunidense Clifford Geertz, em sua obra de grande relevância *A interpretação das culturas*, nos traz a importante contribuição para o tema ao analisar “o homem como um animal amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu”. Dessa forma, ela ocorre a partir da interação entre os sujeitos pela produção de sentidos e significados. De acordo com o autor, o conceito de cultura

(...) denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em

²¹⁶ MARQUESE, Rafael. 2006. p.119.

²¹⁷ Vale lembrar que a distribuição de escravos no Brasil foi irregular, concentrando-se no Nordeste e posteriormente, com a expansão do café, na região Sudeste. De acordo com Rafael Marquese, apesar da concentração de escravos em certas regiões, uma das características da escravidão no Brasil é que ela se espalhou por todo o território. *Ibidem*.

²¹⁸ Essa questão é desenvolvida por Ilmar Mattos em seu clássico trabalho *Tempo Saquarema*: “Governar a Casa era sobretudo governar a família, e nesta incluíam os próprios escravos (...). Governar a escravaria consistia em não apenas fiscalizar o trabalho da massa de escravos, ou em escolher com acerto os feitores e saber evitar-lhes as exagerações, mas sobretudo em *criar as condições para que as relações de poder inscritas na ordem escravista fossem vivenciadas e interiorizadas por cada um dos agentes, dominadores e dominados*. Governar a Casa era exercer, em toda a sua latitude, o monopólio da violência no âmbito daquilo que a historiografia de fundo liberal convencionou denominar de poder privado” C.f. MATTOS, Ilmar Rohloff de. 2004. p.119-120.

²¹⁹ Para Henrique Espada Lima, a duração extensa do sistema escravista no Brasil pode ser também explicada pelo “papel agregativo que as relações sociais produzidas em seu interior possuíam”. C.f. LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005. p. 310.

formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.²²⁰

A partir disso, podemos melhor compreender a sociedade escravista brasileira no início do século XIX que passou por diversas alterações ao longo do tempo. Essas transformações são resultadas de um processo gradual influenciado por diversos fatores. A consolidação da cultura escravista foi parte da identidade nacional brasileira, legitimada através de um reconhecimento coletivo da exploração da mão de obra no país.²²¹

Geertz percebe a cultura como um texto, cabendo ao estudioso interpretar os seus significados. As reflexões do antropólogo e a sua metodologia da “descrição densa” teve um importante papel na constituição de uma nova História Cultural e se tornou uma referência fundamental para a Micro-história. A partir da descrição densa de eventos particulares, podemos trazer questões importantes a respeito de uma cultura, compreendendo como ela faz sentido para determinados atores sociais.

À vista disso, os anúncios de escravos fugidos publicados diariamente nos jornais da Corte podem nos auxiliar a compreender essas teias de significados compartilhadas por toda a população, uma vez que o jornal é parte desta teia.

Apesar da possibilidade de questionamento sobre a sua condição e a luta contra a dominação, os escravos também reconheciam os significados dessa cultura escravista²²². Um dos aspectos dessa cultura era o consenso em torno da noção de obrigação senhorial. Ao se reconhecer como cativo, o escravizado tinha o direito de exigir as obrigações de quem era reconhecido como senhor²²³. Dessa forma, “a escravidão e a

²²⁰ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989. p. 66.

²²¹ A partir de uma abordagem histórica e não antropológica, E. P. Thompson, em seus estudos sobre a cultura popular tradicional, também contribuiu com extraordinárias reflexões sobre o tema. Para o autor, era essencial levar em consideração a cultura ao analisar um determinado grupo. Sendo muitas vezes necessário entender a racionalidade de alguns costumes para entender as relações sociais. Sobre a relevância do assunto: “(...) é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os tributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.” C.f: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. p. 22. Dessa maneira, o historiador conclui que não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo uma mudança de cultura. Portanto, uma análise consistente precisa levar em consideração esse aspecto.

²²² LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Introdução.

²²³ Um interessante dado é apresentado por Márcia Amantino e Manolo Florentino sobre épocas de expansão econômica, quando os senhores “concediam” poucas manumissões. Assim, em períodos de crise, ao tentar economizar com custos de manutenção e obrigações para com os escravizados, as alforrias aumentavam, além do fato dos senhores receberem o valor pago pela carta. C.f: FLORENTINO, Manolo;

liberdade eram possibilidades naturalizadas”²²⁴, sendo essa liberdade um emaranhado de ideias, com múltiplas definições, e centro de disputas”.²²⁵

A partir de “direitos” reconhecidos pelo costume, os escravizados sentiam-se lesados caso não fossem respeitados, dando brecha para qualquer tipo de manifestação violenta como protesto.²²⁶ Além de todos os indícios já levantados pelos historiadores da aquiescência dos próprios senhores a esse conjunto de “direitos” não escritos, achamos interessante trazer à tona as decisões do proprietário paulista, Antônio Prado, após ter notícias de que os escravos da sua fazenda tinham fugido, “alegando abusos por parte do administrador”:

“À tarde de domingo, 8 de dezembro de 1867, passei revista dos escravos fiz-lhe ver que, de então por diante, irão trabalhar para mim, e que, pretendendo e desejando ser bom senhor, queria que, eles fossem bons escravos; que havia de tratá-los bem, dando-lhes terra para plantarem suas roças, e se quizessem trabalhar nos domingos, não consentindo eu que eles fossem trabalhar para os vizinhos, como era costume, trabalhassem para mim que eu pagar-lhes-ia.”(grifos nossos)²²⁷

De um modo geral, as ações escravas visavam corrigir os excessos dos castigos; garantir um tratamento mais “humanitário” e mais autonomia para negociar seu trabalho, além de outros desejos específicos. Ou seja, na maioria dos casos, estava em jogo, uma “reforma da escravidão”²²⁸

No dia 10 de janeiro de 1828, foi publicado no *Jornal do Commercio* o caso de três escravizados, João Calabar, Antonio Cabinda e Joaquim Cabinda, que pediram para João Nepomuceno Lisboa, alcaide da Intendência Geral da Polícia, que os vendessem para fora da cidade e ficasse com o dinheiro, visto que “*estavam resolvidos a fugirem sem falta pela razão de muito castigo que seus Srs. lhes dava*”. Essa proposta não foi aceita e João Nepomuceno os prendeu no Calabouço.²²⁹ Podemos perceber que em nenhum momento João, Antonio e Joaquim questionaram sua condição ou se negaram a trabalhar, tanto que pediram para serem vendidos para fora da cidade por um homem que trabalhava na Intendência Geral da Polícia. Assim, não acreditavam que estavam fazendo algo errado, mas que tinham o direito de serem tratados de forma menos

AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). *Análise social*, n. 203, p. 236-267, 2012.

²²⁴ RODRIGUES, José Honório. A rebeldia negra e a abolição. *Afro-Ásia*, n. 6-7, 1968. p. 104.

²²⁵C.f.: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade...*op. cit. e CASTRO, 1995.

²²⁶ MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. p. 121.

²²⁷ Diário Manuscrito de Antônio Prado, dezembro de 1867 – janeiro de 1868. Cópia datilografada do arquivo de Caio Prado Júnior. Apud. LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977, pp. 163-164.

²²⁸ C.f.: CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade...*op. cit. e CASTRO, 1995.

²²⁹*Jornal do Commercio*, 10/01/1828. p. 4.

violenta por seus senhores. Provavelmente, o castigo que sofriam passava do limite do considerado “aceitável”. Era uma espécie de “economia moral”²³⁰ dos escravos e que os senhores não podiam ignorar, caso quisessem evitar possíveis desentendimento com a escravaria.²³¹ A liberdade reivindicada era a de escolher a quem servir, neste caso, um senhor menos violento. Este episódio nos mostra claramente a tentativa desses escravizados de influenciarem os rumos de suas vidas.

A partir da referência à noção de cultura, podemos compreender melhor a sociedade escravista oitocentista. Nas relações de dominação entre senhores e escravos quais obrigações e “direitos” eram reconhecidos e compartilhados?

2.1 Violência, Estado e repressão

Apesar de ser considerado coisa e pessoa simultaneamente, esse escravo por lei não tinha direitos. O que não significava que não lutasse para influenciar o seu destino, como já apontado. Mesmo sem direitos reconhecidos, alguns tentavam se apropriar das leis, explorando suas contradições e brechas em benefício próprio e de suas famílias.

Por muito tempo, estudiosos consideraram o direito apenas como uma forma da classe dominante se perpetuar no poder. Porém, o direito é um fator em disputa que, em diversos momentos, foi um instrumento importante para que os oprimidos desafiassem o poder existente. Dessa forma, reconhecemos a lei como o resultado de negociações. Nas ações de liberdade, por exemplo, o significado do código era invertido para assegurar conquistas individuais dos escravizados.²³² Para melhor entendimento do tema, é necessário saber a intenção de quem aplica a lei e a historicidade na produção das normas.²³³

²³⁰ A concepção de economia moral é formulada por E.P. Thompson ao estudar os motins de fome na Inglaterra no século XVIII. Para o autor, a ação popular não era apenas uma reação, mas acreditavam que estavam defendendo seus direitos pautados nos costumes. “[...] como fundamento uma visão consistente tradicional nas normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. Os desrespeitos a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta”. C.f: THOMPSON, 1998. p. 22.

²³¹ CHALHOUB, 1990. p. 151.

²³² Keila Grinberg chama a atenção para as diferentes formas de ações com relação à liberdade e à reescravização. São elas: ações de liberdade, “nas quais um ou um conjunto de supostos escravos inicia um processo judicial contra seu suposto senhor, argumentando seu direito à liberdade”; ações de manutenção da liberdade: “o liberto procura a Justiça para garantir seu status, quase sempre por estar ameaçado de reescravização” e as ações de escravidão, quando quem inicia o processo é o senhor, alegando que outra pessoa se passa por livre, sendo também sua propriedade. C.f.: GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. *Almanack brasileiro*, n. 6, p. 4-13, 2007. p. 6-7.

²³³ A lei de 1831 foi utilizada por Luís Gama na segunda metade do século XIX para conseguir a liberdade dos africanos que entraram ilegalmente no país após o fim do tráfico. C.f. AZEVEDO, Elciene.

Existe um silêncio na Constituição de 1824 sobre a escravidão no Brasil, já que a palavra “escravo” ou “cativo” não foi sequer mencionada. Apesar de ser uma Constituição com pretensões liberais²³⁴ na defesa de direitos e, teoricamente, incompatível com a manutenção da escravidão, o projeto de uma sociedade escravista acabou se consolidando na nova nação²³⁵.

Do ponto de vista da legislação, a escravidão passou a ganhar centralidade apenas em assuntos relativos à criminalidade no Código Criminal de 1830 e no Código do Processo Criminal de 1832²³⁶ para solucionar problemas das relações escravistas que não eram resolvidos no âmbito privado, sob o poder senhorial.²³⁷

Nesses códigos, se constituiu um sistema de controle de todos, pois qualquer um que ousasse aconselhar ou ajudar a insurreição de escravizados²³⁸ sofreria com a severidade da lei.

Nos anúncios analisados era comum a ameaça do “rigor da lei” contra quem acoitasse cativos. Por mais que essas pessoas não estivessem excitando uma insurreição, ainda assim eram ameaçadas pelos senhores por usurpar da propriedade alheia. Essa atenção e delação constantes eram estimuladas nos anúncios de fuga, em que os senhores de escravos encorajavam as pessoas a darem informações e a capturar os fugitivos em troca de gratificações.

Fugio no dia 4 do corrente mez um escravo de nome Jacintho de nação [...].
Protesta se perseguir com o rigor da Lei contra todo aquella pessoa que o seduzisse, de que há toda a desconfiança, ou o tiver acoutado, assim como se

Orfeu de carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, Unicamp, 1999.

²³⁴ Sobre algumas formas jurídicas do liberalismo político adotou-se: “Uma Constituição com separação de poderes, organizados segundo os princípios da representação política baseada em voto censitário e da independência do Poder Judiciário, e a declaração de direitos e garantias fundamentais. Na Declaração de Direitos (art.179), a Constituição adotou os princípios da responsabilidade individual pelos crimes e da legalidade. Aboliu, para os cidadãos, as penas de açoites, torturas, marcas de ferro quente e qualquer pena cruel.” C.f. KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, p. 205-242, 2006. p. 208.

²³⁵ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 163-191.

²³⁶ “[...] as penas eram a condenação à morte, à prisão, simples ou com trabalho, às galés, ao degredo, ao banimento, ao desterro, a multas e à suspensão ou perda de emprego público”. Ibidem. p. 208.

²³⁷ A socióloga Vera Malaguti Batista argumenta que após o levante da Bahia em 1835, o clima de medo e desordem aumentou consideravelmente por parte dos dominantes, logo, mais políticas repressivas foram colocadas em prática. Sidney Chalhoub também compartilha dessa afirmativa e a partir de registros de práticas punitivas, expõe que a suspeita de uma próxima revolta era constante, por isso qualquer agrupamento de escravizados já era motivo de encarceramento e punições. Mesmo com todas essas medidas de precaução, o controle da população negra se tornava cada vez mais difícil, pois os escravos constituíam mais de 50% da população do Rio de Janeiro na década de 1830. C. f.: CHALHOUB, 1990. p. 185, BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. e KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...* op. cit. p. 21.

²³⁸ CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL, 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>.

dão alviçaras a quem o pegar e levar á rua da Cadêa n.90. ou descobrir onde o mesmo existe.²³⁹ (grifo nosso)

Ainda que nem sempre explicitado, o temor por parte dos senhores era de que os escravos tramassem vinganças contra brancos. Esse ameaça era reproduzida por diversos meios, inclusive pela imprensa, marcando o imaginário²⁴⁰ da população.²⁴¹ Dessa forma, além do referido código que procurou controlar o ajuntamento de negros, outras leis foram elaboradas para resguardar a integridade física dos senhores e sua família de qualquer possibilidade de ataque vindo dos escravos. A lei nº 4 de 10 de junho de 1835 determinava a punição com pena de morte a quem matasse ou ferisse gravemente a seu senhor, esposa, descendentes e feitores. Caso o ferimento fosse leve, a pena seria de açoites.²⁴² O objetivo era endurecer as penas para coibir a tentativa de delitos por parte dos escravizados²⁴³.

O processo de criminalização foi sustentado pelo sentimento de insegurança constante da população, desdobrando-se em inúmeros discursos ancorados no senso comum de que a solução era não o fim da escravidão, mas as sanções criminais.²⁴⁴

No decorrer do século XIX, a violência física foi incorporada amplamente pela instituição policial para controlar o comportamento da população e mantê-la dentro dos limites aceitáveis para a elite.²⁴⁵ Uma função muito importante da polícia no Rio de

²³⁹ *Jornal do Commercio*, 15/06/1828. p. 3.

²⁴⁰ “O imaginário é também reestruturante em relação à sociedade que o produz.” BARROS, José D. Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. *Conexão-Comunicação e Cultura*, v. 6, n. 11, 2007. p. 26. De acordo com José Murilo de Carvalho: “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, [...] por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem [...] tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas.” CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 10-11.

²⁴¹ AZEVEDO, 1987. p. 36.

²⁴² LEI Nº 4 DE JUNHO DE 1835. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm>. Acesso em 12/08/2021.

²⁴³ Célia Maria de Azevedo aponta a representação do escravo como inimigo doméstico no início do século XIX, inimigo que estava sempre à espera de alguma chance para atacar, por isso essa ânsia das elites em se protegerem usando artifícios legais. AZEVEDO, 1987. passim.

²⁴⁴ O trabalho de Chalhoub complementa essa questão: “A cidade que escondia, porém, ensejava aos poucos a construção da cidade que desconfiava, que transformava todos os negros em suspeitos. [...] A suspeição aqui é indefinida, está generalizada, todos são suspeitos” C.f: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* op. cit. p. 192.

²⁴⁵ HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

Janeiro era o controle da população escrava nas ruas, vista como inimiga da elite que, por sua vez, dirigia a ação policial.²⁴⁶

Ao longo dos séculos, o terror foi uma ferramenta eficaz de controle social utilizada pelas classes dominantes. No Rio de Janeiro do século XIX, não foi diferente. O *Jornal do Commercio* foi um importante veículo dessa representação do escravo como inimigo social que precisava ser controlado para diminuir o caos e desordem sempre latentes. O impacto da resistência escrava era intenso na sociedade brasileira nesse período, as tensões faziam parte da dinâmica escravista e qualquer movimentação dos escravizados tornava-se suspeita. Por mais que a maioria das ações de protesto dos cativos fossem relacionadas a questões muito específicas, do cotidiano, acabavam sendo vistas pela elite como ameaçadoras à ordem vigente.

Por parte dos senhores, a violência era vista como necessária para a manutenção do regime escravista, mas como nos mostra esse e outros anúncios, a violência também podia partir dos escravos por diversas razões. Os castigos físicos eram comuns, sendo aplicados para causar temor e sujeição. Reconhecidos por leis e costumes, deviam ser corretivos, baseados no que era considerado “justo”, de forma “educativa” para que o escravo assimilasse a lição. Alguns senhores açoitavam seus cativos na primeira semana, sem motivo algum, apenas para acostumá-los e afirmar o poder senhorial, uma forma brutal de submissão e terror.²⁴⁷ Os artefatos de tortura tiveram uso frequente. Inclusive, a distribuição dos objetos de tortura sempre em evidência, visava amedrontar os escravos antes mesmo de cometerem qualquer infração.²⁴⁸ O castigo era naturalizado e fundamento da relação entre senhor-escravo, ao mesmo tempo que era um dos motivos que levava os escravos à fuga.²⁴⁹

Fugio no dia 15 de Julho hum molecão por nome João, official de Barbeiro [...], foi há pouco castigado no Calabouço, [...] protesta seo Sr. pelos jornaes a 320 por dia contra quem lhe der couto, e pelo contrario gratificar-se quem o denunciar, e trazer à rua e casa acima.²⁵⁰ (grifo nosso)

²⁴⁶ “O inimigo da polícia do Rio de Janeiro era a própria sociedade – não a sociedade como um todo, mas os que violavam as regras de comportamento estabelecidas pela elite política que criou a polícia e dirigia a sua ação. Pode-se ver esse exercício de concentração de força como defensivo, visando a proteger as pessoas que fizeram as regras, possuíam propriedade e controlavam instituições públicas que precisavam ser defendidas. Mas também se pode vê-lo como ofensivo visando a controlar o território social e geográfico – o espaço público da cidade -, subjugando os escravos e reprimindo as classes inferiores livres pela intimidação, exclusão ou subordinação, conforme as circunstâncias exigissem.” (grifo nosso) C.f: *Ibidem*. p. 50.

²⁴⁷ RODRIGUES, José Honório. A rebeldia negra e a abolição. *Afro-Ásia*, n. 6-7, 1968.p.104.

²⁴⁸ *Ibidem*. p. 52.

²⁴⁹ Nos anúncios, 24 escravizados fugiram logo após serem castigados.

²⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 30/08/1828, p. 3.

O temor era tanto que alguns escravizados após cometerem delitos fugiam antes mesmo de serem castigados

Anda fugido desde 15 de Julho de 1827, hum preto barbeiro, de nação Benguella, de nome João, alto, magro, cara comprida, beiços grossos, sem barba, mal feito de pés, com huma ferida no peito de hum pé, e que *ha de conservar signaes nos assentos de ter sido castigado no Calabouço*; cujo escravo como desde o mez de Novembro desapareceu da Cidade, se desconfia sahisse para os arrabaldes, ou que *se deixasse vender afim de evitar os castigos pelos debictos commetidos [...]*.²⁵¹ (grifo nosso).

O comportamento ideal de um escravo era obtido por meio da violência e o castigo constituía uma técnica disciplinar dos senhores. Deveria ser aplicado no momento certo, de forma “educativa”, sem banalizar o mando do proprietário. Por isso, a ameaça e a vigilância eram constantes para coibir antes mesmo que se cometesse alguma infração. Deste modo, as “noções de propriedade, poder, autoridade e controle eram concebidas num cotidiano de exploração, ao mesmo tempo consensual e explosivo.”²⁵²

2.2 Condições de vida

Além da violência física, que debilitava a saúde e potencializava o risco de morte, esses escravizados sofriam também com as condições materiais. As condições de vida dos cativos eram precárias e agravavam a situação de alta mortalidade. Muitas vezes, viviam em lugares úmidos, insalubres e com infestações de insetos e ratos, aglomerados em ambientes pequenos. Esse descaso tornava o ambiente propício às epidemias e escravos suscetíveis aos problemas respiratórios. Na análise dos anúncios, algumas doenças se destacaram: rotura no umbigo (22), sarna (113), marcas de bexiga (754), feridas (708), inchaços (160), erisipela²⁵³ (28), belida²⁵⁴ (63), entre outras²⁵⁵. Alguns escravos são descritos com olhos vermelhos²⁵⁶, que segundo Gilberto Freyre

²⁵¹ *Jornal do Commercio*, 14/03/1829, p. 4.

²⁵² SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Ed.). *Dicionário da escravidão e liberdade...* op. cit. p. 33.

²⁵³ “Inchação inflamada”. Pinto, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=erisipela>> Acesso: 10/10/2021.

²⁵⁴ “Nevoa branca no olho” Idem. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=erisipela>> Acesso: 10/10/2021.

²⁵⁵ Muitas outras doenças são apresentadas nos anúncios, por exemplo: impingem, sarampo, demência, doenças venéreas, tumores, etc, mas não citamos, pois o número de ocorrências era pouco expressivo.

²⁵⁶ Elaine Dias chama a atenção para a possibilidade dos olhos avermelhados serem causados por uso de bebidas alcóolicas, fumo ou maconha, comum entre os cativos. C.f. DIAS, Ellaine Cristina Jorge. As condições físicas e de saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888). *Temporalidades*, v. 3, n. 2, p. 98-112, 2011. p. 106.

poderia indicar problemas de visão como a oftalmia.²⁵⁷ A varíola, também conhecida como “bexiga”, “era endêmica na África”. Logo, africanos, transportados para o Brasil devido ao tráfico, eram vítimas e disseminadores da doença. No jornal, pessoas com “marcas de bexigas” podiam estar curadas ou ainda com a enfermidade. Alguns cativos foram descritos também como “bexigosos”²⁵⁸.

Fugio hum moleque por nome Felipe Santiago, he crioulo, baixo, cara larga e redonda, boca grande, olhos grandes, *bexigoso*, semblante carregado, tem os dedos dos pés com *feridas de bixos*, levou jaqueta e calças de riscado, e camisa branca; qualquer pessoa que o for entregar a Prainha armase de molhados n.11, receberá alviçaras de seu Sr.²⁵⁹

Para Gilberto Freyre, quase todas as outras doenças eram “causas nitidamente sociais e brasileiras”²⁶⁰. As deformações no corpo aparentavam ser comuns e a maioria que fugia apresentava algum tipo de marca: excessos de castigos, falta de dedos, pés tortos, cabeças deformadas, cicatrizes e sinais deixados por moléstias.

No dia 10 de Fevereiro p.p., fugio do porto da ponta de S. Gonçalo da casa de Francisco Joaquim da Rocha, hum moleque de idade de 17 anos [...] *nas costas alguns sinaes de chicote*, anda na praia do Peixe pois tem sido visto; pede-se a quem o tiver em casa, ou delle tiver noticias, o poderá entregar em casa de seu Sr., ou entregar no Callabouço que se pagarão as despesas, e se darão alviçaras. (grifo nosso).²⁶¹

Os adjetivos “aleijado” e “defeituoso” constam com frequência para descrever pessoas com algum tipo de deficiência. “Malfeito”, “cambaio”, “zambo”, “torto”, “torto dos membros”, “coxo”, “corcunda” e “vesgo” também aparecem com regularidade. Lembrando que um escravizado podia ter mais de uma característica citada. Nos anúncios publicados no *Jornal do Commercio* nos anos de 1827 até 1840 foram identificados 155 escravos como aleijados/ defeituosos, 354 como cambaios/zambos/manco/coxo, 52 cegos, 15 surdos, 730 com cicatrizes²⁶², 191 com falta de membros²⁶³, 137 “malfeitos”, 2 com membros quebrados, 428 com membros tortos²⁶⁴, 166 com sinais de castigos,²⁶⁵ 76 vesgos e 6 corcundas.

²⁵⁷ FREYRE, 2010. p. 114-115.

²⁵⁸ “Doente de bexigas. Que tem sinais de bexigas”. Pinto, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?page_number=147#dic-viewer> Acesso em: 10/10/2021.

²⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 02/11/1830, p. 3.

²⁶⁰ FREYRE, 2010. p. 16.

²⁶¹ *Jornal do Commercio*, 08/03/1830, p. 4.

²⁶² Não sabemos a procedência. Aqui não contabilizamos as cicatrizes decorrentes de escarificações.

²⁶³ Dedos cortados, pés em falta, etc.

²⁶⁴ Sobre essas deformações Gilberto Freyre salienta: “[...] na interpretação do número excessivo de joelhos saídos e pernas tortas ou cambaias, entre os negros dos anúncios de jornal, talvez devam ser tomados em conta possíveis efeitos de raquitismo.” FREYRE, 2010. p. 104.

²⁶⁵ Os castigos podiam ser surra/ açoite/ calabouço/ chicote. 20 escravizados foram encontrados com falta de um pedaço da orelha, não sabemos se é algum tipo de castigo, deformação ou acidente sofrido

As condições de trabalho em geral eram estafantes e diminuía drasticamente a expectativa de vida desses trabalhadores. Pudemos acompanhar na categoria sobre características físicas algumas marcas e deformidades oriundas do ofício executado pelos cativos. Por exemplo, 49 escravizados apresentaram falta de cabelos e/ou cabeça deformada devido ao peso carregado, 14 tinham mãos calejadas do trabalho desempenhado e 1 tinha seus dedos esmagados. Além disso, cativos com falta ou deformação de membros, podiam também ter sido ocasionados por acidentes no trabalho, mas não foram especificados pelos senhores nas publicações.

Quando doentes, os senhores, geralmente, só prestavam atendimento médico quando o escravizado já estava perto da morte²⁶⁶. Além disso, ao descrever o vestuário para auxiliar na busca do escravo fugido, podemos perceber a pouca proteção e higiene, com roupas sujas e descalços. Em geral, senhores informavam roupas muito parecidas, detalhe que pouco ajudaria na captura, e afirmavam que escravizados haviam se trocado e colocado calçados – 28 anúncios -, uma relevante forma de distinção entre escravos e livres, ajudando a despistar seus raptos.

Fugio a D. Floriana Maria Rosa e Silva, em outubro do anno passado, hum escravo pardo, por nome Epifanio, official de lavrante, e consta andar com o nome mudado intitulado-se forro; *anda calçado*, he alto, magro e barbado, tem o rosto comprido, olhos grandes, e 22 annos de idade pouco mais ou menos. Quem o apprehender e levar á sua senhora, na rua do Nuncio n.17, será generosamente gratificado.²⁶⁷ (grifo nosso)

Cincoenta mil réis de gratificação

Fugio, no dia 2 de abril passado, hum pardo de nome Gonçalo [...] *costuma ás vezes andar calçado*, assim como poderá ter mudado do traje acima dito, e também intitula-se forro. Quem o levar á casa de seu senhor, na rua do Cattete n.28, receberá a gratificação acima; assim como se protesta, na força da lei, contra quem o tiver acoutado.²⁶⁸ (grifo nosso)

Fugio, no dia 23 do corrente, da casa de Cieutat, pintor, rua da Ajuda n.73, um rapaz pardo, de idade de 18 a 19 annos, official de pintor, vestido com jaqueta de pano côr de chocolate, hum colete preto, calças brancas, bastante sujas de tinta, e *calçado*; costuma intitular-se forro. Quem o pegar á dita casa receberá alviçaras. Da mesma casa desapareceu, no dia 22 do corrente, hum Colono por nome Narciso Bento Alves, natural de Valença, em Portugal, de idade de 15 annos, estatura regular, trigueiro, olhos azues, cabellos castanhos, nariz pequeno e rosto comprido, vestido com uma jaqueta de brim escuro, collete preto e calças brancas sujas. Esta he a terceira vez que desaparece.²⁶⁹ (grifo nosso)

O que esses três anúncios têm em comum? Nessa cultura, portar sapatos remetia imediatamente os brasileiros – fossem livres ou escravos – a pensar que estavam diante

²⁶⁶ C.f.: KARASCH, 2000. p. 184-195.

²⁶⁷ *Jornal do Commercio*, 18/06/1838, p. 5.

²⁶⁸ *Jornal do Commercio*, 04/07/1838. p. 6.

²⁶⁹ *Jornal do Commercio*, 30/11/1838. p. 4.

de pessoas livres. Para um estrangeiro, isso não seria possível. A visão da antropologia nos permite olhar para a nossa própria cultura como “Outro”. Nesse caso, o significado de “estar calçado” ou “descalço” é construído dentro dessa cultura escravista e não é necessariamente compartilhada por membros de outras culturas. Epifanio ainda mudou de nome, Gonçalo pode ter mudado de roupa. No último anúncio, apenas foi possível perceber que o rapaz pardo era escravizado porque o senhor afirma que ele costumava se intitular forro. Na mesma publicação, ao lado do escravizado, o senhor publicou o desaparecimento de um colono. Os dois eram jovens e tinham roupas similares, além de estarem sujas, parece que dividiam o mesmo ofício. A grande diferença é que o rapaz branco tinha seu nome completo e a origem anunciada, além das características físicas destacadas, enquanto o escravizado era apenas chamado de “rapaz pardo”, sem aprofundamento em sua descrição, o que é de se estranhar, pois pouco auxiliaria em sua captura. Vale ressaltar que era a terceira vez que o colono desaparecia. Em caso de fuga, tinha alguma ligação com o escravizado fugido?²⁷⁰ Mesmo que não fosse uma fuga e não tivesse nenhuma ligação com o escravo, é importante ressaltar que o anúncio de fuga também era usado para “achar” livres, o que vai ao encontro das denúncias de jornais europeus que, ao longo do século XIX, tentaram impedir a emigração para o Brasil em razão da força da cultura escravista que transformava os colonos em escravos.²⁷¹

Além dos trajés sujos e gastos, a alimentação deixava a desejar. Suely Robles, ao tratar a questão da nutrição deficiente, chamou atenção para o hábito que existia no Brasil do senhor conceder um pedaço de terra ao cativo para suplementar a alimentação ou até mesmo para alimentar-se por conta própria. Ciro Flamarion Cardoso denomina essa concessão de “brecha camponesa”²⁷²: lotes de terras destinados aos escravizados para produzirem para seu consumo e até mesmo vender seus excedentes em feiras nos dias “livres”.²⁷³ Esses costumes tornaram-se “direitos”, que caso fossem violados, eram contestados prontamente pelos cativos. Apesar dos escravos criarem mais autonomia no seu modo de viver a partir desses lotes, é importante considerar também a possibilidade de se tornarem dependentes da terra e por isso a ela ficarem presos, desconsiderando a

²⁷⁰ Uma nova historiografia do trabalho tem se debruçado sobre as experiências comuns entre trabalhadores livres e escravizados. Ver: MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Bom Texto, 2008.

²⁷¹ SANTOS, 2013.

²⁷² GOMES, Flávio, 2015. p. 30; MACHADO, Maria Helena PT. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. *Revista Brasileira de história*, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

²⁷³ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Ed.). *Liberdade por um fio...* op. cit. p. 282.

fuga e diminuindo o risco de revolta. De qualquer forma, tanto senhores quanto escravizados jogavam com seus interesses e com as expectativas uns dos outros.

Poucas horas de descanso, alimentação insuficiente, comidas estragadas e de pouco valor nutricional, podiam resultar em diversas doenças e subnutrição. Era obrigação dos senhores fornecerem o alimento, moradia, vestimentas e saúde dos escravizados. Entretanto, nem sempre esse papel era cumprido, sendo corriqueira a fuga de cativos alegando a falta de compromisso de seu senhor ou até para solicitar a troca de proprietário.²⁷⁴ Segundo João José Reis: “De acordo com algumas leis coloniais, escravos maltratados podiam legalmente solicitar a troca de senhor ou mover ações de liberdade”²⁷⁵.

Nos anúncios mapeados, diversas características físicas são apresentadas com o intuito de facilitar a identificação do fugitivo, mas acabava deixando explícito as péssimas condições de vida dessas pessoas. Deformações, sinais de castigo, marcas deixadas por doenças, roupas sujas, magreza extrema, falta de membros eram frequentes nas publicações. Os anúncios, mesmo que de forma não-intencional, são registros da crueldade da escravidão. Como a cultura escravista moldava a percepção da sociedade, não havia nenhum constrangimento para o senhor em anunciar um escravizado com marcas de castigos. Nenhuma intenção em esconder nem culpa aparente. Já na segunda metade do século XIX, essa cultura vai se transformando, pois as críticas aos maus-tratos começaram a pesar sobre os proprietários.

2.3 Capitão-do-mato

Para manter sob controle o número de fugas de escravos e a possibilidade de formação de quilombos, a figura do capitão-do-mato era peça chave. No entanto, a caça aos escravos fugidos não era exclusividade desses homens, pois qualquer pessoa podia capturar um fugitivo e reivindicar sua gratificação. A tarefa de capturar escravos em troca de gratificação era comum no Brasil escravista. Assim, a população livre pobre era atraída por essa tarefa. Machado de Assis, em seu conto *Pai Contra Mãe*, ilustra bem essa situação muito comum no século XIX, como mais um aspecto dessa cultura escravista²⁷⁶. Assis descreve a história de Cândido Neves ou Candinho – como era chamado – que descobre que sua esposa está grávida e como não têm condições para

²⁷⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. Unesp, 1998. p. 285.

²⁷⁵ REIS; GOMES. p. 356.

²⁷⁶ ASSIS, Machado de. “Pae contra mãe”. In: *Relíquias de Casa Velha*. Rio de Janeiro, H. Garnier Livreiro Editor, 1906.

sustentar sua família, vê como solução colocar a criança na Roda dos Expostos. Em meio ao desespero, Candinho lia os anúncios de escravos fugidos para tentar capturar algum e buscar a tão sonhada gratificação para salvar seu filho. Em suas pesquisas, Candinho encontra o anúncio de Arminda, uma mulata, que prometia boa gratificação. Sua caça começa e, ao se deparar com a escravizada, ela suplica para que não a entregue ao senhor, pois estava grávida e ele vivia a maltratá-la. Em sua desesperança, Arminda até mesmo promete ser escrava de Cândido. Porém, tudo em vão, por sua situação acabou entregando-a ao senhor e salvando seu filho, enquanto Arminda abortou devido à luta ao resistir. Apesar do seu caráter ficcional - com uma ironia própria de Machado de Assis - esse conto ilustra bem a cultura escravista que possibilitava a vulgarização da função exercida pelo capitão-do-mato, ao mesmo tempo que exprime a crítica a essa cultura. Machado de Assis nos conta detalhes

Ora, pegar escravos fugidos era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicatórias. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem. (...) Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. (...) lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. (...) Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-lo e levá-lo.²⁷⁷

Os periódicos auxiliavam muito bem esse trabalho. As pessoas que procuravam recompensa além de irem de fazenda em fazenda para saber das fugas, ainda tinham os jornais com anúncios bem detalhados facilitando a apreensão dos cativos. Salientamos que o anúncio era parte da cultura escravista, pois era um código compartilhado pela sociedade. O historiador Eduardo Silva chamou de *paradigma ideológico colonial* da sociedade como o maior obstáculo para as fugas

Sua forma de ser e de estar, sua percepção da realidade, seus valores [...]. o fenômeno pode ser verificado, de forma implícita, quando examinamos a verdadeira multidão de escravos soltos, sem qualquer vigilância, pelas ruas das cidades e, de forma explícita, na sutilíssima percepção dos trabalhadores rurais, através de seus cantos. (...) A sociedade se identifica enquanto “gaiola”, tornando supérfluo o uso de correntes ao pé de cada passarinho.²⁷⁸

Mary Karasch aponta até mesmo a prática de alguns capitães-do-mato de sequestrarem escravizados em período de pouca quantidade de fugas para, em seguida, devolvê-los aos donos em troca de recompensa. Alguns vendiam os escravizados para

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ REIS; SILVA, 1989. p.66-67.

traficantes como se fossem seus²⁷⁹ como no caso dessa publicação no *Jornal do Commercio* em 1830. Vale a pena a leitura completa desse aviso perplexo de um senhor de escravos

Sr. Redactor, não se persuada que nesta terra de prodígios morra hum individuo por falta de meios de subsistência; novos gêneros de industria se nos appresentão por todos os lados. No dia 17 do corrente pelas 11 horas da manhã desapareceo de minha casa hum moleque ainda novo, estando à porta; como não tinha motivo para fugir, assentei que tinha sido furtado, ou ao menos desencaminhado; e com efeito ao anoitecer do mesmo dia 17, veio a minha casa o moleque conduzido (de baixo de toda a segurança) por hum Illustrissimo Sr. Capitão do Matto, o qual declarou que encontrou o moleque na praia de Botafogo, em fugida; pago os devidos emolumentos ao Illustrissimo Sr. Capitão do Matto, declarou o moleque com toda a sua inocência, que achando-se na porta de caza, hum soldado o chamara, e o fora conduzindo até a residência do Illustrissimo Sr. Capitão, o qual o reconduzira ao lugar de onde sahira... e que tal! E o mais é que o Illustrissimo Sr. Capitão, cometeu um anacronismo dizendo que achara o moleque no dia 15, quando só desaparareceo no 17! Assim vão as cousas neste mundo, Sr. Redactor, e por tanto lhe peço a publicação desta no seu Jornal à fim de que os Srs. de escravos novos advirtão os seus pretos para estarem sempre em guarda contra os fasedores de passeio, e os Illustrissimos Srs. Capitães do Matto, Seu Assignante,

O Cavaleiro de Industria.²⁸⁰

O interessante dessa publicação é o fato de indicar que nem todos os escravos desaparecidos eram fugitivos. Era corriqueiro que capitães do mato e soldados responsáveis pela captura, devolução e manutenção da ordem fizessem exatamente o oposto. O “Cavaleiro da Industria” começa seu texto com uma ácida ironia ao dizer que novos ofícios são criados e que ninguém nesta terra morreria de fome. É possível que existisse um esquema para lucrar com a “fuga” de cativos. Dessa forma, o senhor avisa aos outros novos proprietários de escravos, menos acostumados com as artimanhas dos capitães-do-mato, a terem cuidado para também não terem prejuízo. Percebemos as inúmeras possibilidades de lucrar com a escravidão, sendo um dos motivos de sua adesão pela sociedade.

Mesmo com a relação conturbada, ainda assim, os capitães-do-campo eram a alternativa mais viável e fácil utilizada pelos senhores para o resgate de cativos. Ao analisar as fontes, no universo de 10.361 publicações detalhados, identificamos 327 em que os anunciantes²⁸¹ se dirigiam diretamente aos capitães-do-mato.

Fugio no dia 26 de dezembro próximo passado de bordo da Sumaca S. Vicente de Paula hum escravo de nome Domingos, nação Cabinda, de idade pouco mais ou menos 30 anos, estatura regular, bonito de cara, bem azevixado, levou vestido calças de baetão escuro, camisa de brim, e chapeo

²⁷⁹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro...* op. cit. p. 414.

²⁸⁰ *Jornal do Commercio*, 22/06/1830. p. 1.

²⁸¹ É possível pensar no desprestígio dessa categoria sobretudo a partir da segunda metade do século XIX com o movimento abolicionista.

de palha copa alta alcatroado; roga-se por tanto a qualquer Sr. Capitão do Matto que delle saihá o favor de levar a rua de S. Pedro n.23, que receberá alviçaras.²⁸² (grifo nosso).

Os capitães-do-mato estavam a serviço da manutenção de uma lógica social escravista, em que o mais importante era manter o controle sobre os cativos e que estes servissem de exemplo aos outros, antes mesmo que vislumbrassem a fuga como possibilidade.

2.4 Análise do discurso dos anúncios

O filósofo Michel Foucault é referência fundamental na análise do discurso. O autor enfatiza questões essenciais sobre os múltiplos discursos na sociedade que exercem inúmeras funções, uma delas será privilegiada aqui: o controle. Dessa maneira, os discursos existem para conformar lugares e construir uma coerência no seio de uma sociedade. Para o autor, a produção do discurso é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”²⁸³. Quem fala algo, tem alguma intenção na mensagem a ser transmitida. Portanto, o discurso é aquilo “por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.²⁸⁴ Nesse sentido, tentamos compreender a historicidade desse discurso *sobre* os escravos, de onde partiam e qual sua intenção.

O discurso é o encadeamento de significantes em si mesmo e de outros discursos externos. Não possui foco no significado e sim no significante e, portanto, no *imaginário dos receptores*. Reproduz “de” e “para” esse imaginário consolidando a função de perpetuar as leis, regras, normas, valores implícitos “no verdadeiro” socialmente aceito. [...] A estrutura social de manutenção desses valores dispõe de rituais específicos de validação e disseminação dos discursos que toma um pronunciamento aceito oficialmente.²⁸⁵ (grifo nosso)

O escravo era considerado uma mercadoria, portanto, sem personalidade jurídica. Essa coisificação jurídica extrapolava para o discurso²⁸⁶. Descritos como objetos, escravos e outras mercadorias enchiam as páginas de anúncios. Os aspectos físicos eram destacados para mostrar a “qualidade da peça”, sem contar que alguns senhores já apresentavam as possibilidades de uso da mão de obra do escravo²⁸⁷. Vejamos um anúncio de venda

²⁸² *Jornal do Commercio*, 04/01/1830. p. 4.

²⁸³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Edições Loyola, 1996. p. 9.

²⁸⁴ *Ibidem*. p. 10.

²⁸⁵ STOLZ, Sheila. A ordem do discurso e suas relações com o poder: vertigem e quebra de certezas. *JURIS-Revista da Faculdade de Direito*, v. 13, p. 159-176, 2008. p. 168-169.

²⁸⁶ Por muito tempo, essa ideia do escravo coisa também foi defendida por pesquisadores da escravidão que acreditavam que os cativos introjetavam a visão do senhor sobre sua inferioridade.

²⁸⁷ SCHWARZ, Lilia M. *Retrato em Branco e Negro...* op. cit. p. 135.

Vende-se huma preta Mina, que lava e engomma, faz todo o serviço de huma casa, he muito fiel, livre de bebidas, e não he fujona. Na rua do Sabão, n.61.²⁸⁸

A questão central aqui é a forma como o senhor exaltava sua peça, além de fazer todo o serviço de uma casa, não tinha vícios, não era fujona e muito fiel, todos os atributos valorizados em uma escrava. O objetivo era vender a mercadoria, assim, tentava afastar o estigma da escravidão para atrair possíveis compradores.

Esses homens, mulheres e crianças eram desvalorizados constantemente. É possível perceber a relação de poder a partir do ato de quem profere a descrição do outro. O senhor se apodera do discurso, em uma tentativa de recuperar seu direito de propriedade que foi afetado a partir da fuga. As características físicas, como escarificações, marcas de castigo e roupas utilizadas eram expostas com o objetivo de auxiliar a quem se aventurasse na captura. O vocabulário utilizado nas publicações relacionadas aos escravizados e aos animais tem pouca diferença. Vejamos

Vende-se huma cabra (bicho) com duas crias, e muito bom leite, por preço razoável; na rua do Sacco do Alferes n.2.²⁸⁹

Desencaminhou-se no dia 19 do corrente mez da casa da rua da Alfandega n.109, huma cabra (bicho) barriguda e de cor preta, roga-se a quem tiver achado, queira ter a bondade manda la á dita casa, que receberá alviçaras.²⁹⁰

Fugirão, no dia 31 de outubro do anno de 1838, da rua do Conde, casa n.53, hum preto por nome Miguel Congo, com os senaes seguintes: olhos grandes, beijudo, cambaio dos pés, de estatura baixa, e falla grossa; e huma preta, por nome Florencia, Moçambique, baixa, grossa da cintura, com hum dente quebrado na frente, sonsa, com huma *cria cabrinha*, por nome Constança, de 1 anno de idade, quando fugio a mãe: estes escravos pertencem ao casal de D. Helena Gomes de Moraes, viúva de Luiz José Raimundo, e julga-se que os ditos escravos estejam occultos nesta cidade, servindo a casa onde se desconfia estarem. A anunciante protesta pelos jornaes, desde o dia que fugirão, contra os tiver; e pessoa alguma os compre, pois que se vai proceder ao inventario, e se hão de ir busca-los onde estiverem, á custa de quem os possuir.²⁹¹ (grifo nosso)

Nos anúncios referentes aos animais vemos que traz especificado “(bicho)” pois a denominação é a mesma para alguns cativos: cabra, cabrinha, etc²⁹². Além disso, é utilizada a palavra “cria” à filha, tal qual no primeiro anúncio para se referir aos filhotes de cabra. Percebemos, dessa forma, as semelhanças entre pessoas e animais na hora de

²⁸⁸ *Jornal do Commercio*, 29/08/1837, p. 4.

²⁸⁹ *Jornal do Commercio*, 22/02/1838, p. 4.

²⁹⁰ *Jornal do Commercio*, 20/07/1830, p. 4.

²⁹¹ *Jornal do Commercio*, 09/04/1839, p. 4.

²⁹² Essa observação foi também reiterada por Gilberto Freyre: “Alguns anúncios de escravos fugidos parecem colocar fujões na categoria de simples animais de trabalho: ‘Desapareceo das vistas de uma cabra já velha que andava pastorando uma vaca cor de raposa’ (*D.P.*, 8/8/1841), diz um anuncio não de escravo, mas de vaca desaparecida, que, entretanto, em três linhas refere-se a três animais, um deles sob a forma de mulher: de mulher-cabra – sem distinguir a cabra-mulher nem da cabra-bicho nem da “vaca cor de raposa”. FREYRE, 2010. p. 128.

anunciar. Entretanto, as características essencialmente humanas logo aparecem: Miguel possui a fala grossa e Florencia é denominada como sonsa, algo completamente particular da personalidade reconhecida pela senhora. Ademais, esse três escravizados não estavam apenas perdidos ou à venda, provavelmente constituíam uma família, que decidiu fugir e que segundo o proprietário tinha uma rede de apoio, pois estavam acoitados trabalhando em outro lugar. Por fim, aparece o esforço da anunciante em ameaçar a quem extraía sua propriedade e seus ganhos com os jornais, numa aparente tentativa de retomada de poder do senhor sobre o escravo.

Ao contrário do anúncio de venda, o anúncio de fuga possuía características negativas que saltavam aos olhos. O poder do discurso estava concentrado na mão dos anunciantes. A partir das exaustivas e repetitivas descrições, reforçavam no imaginário da sociedade as características negativas. Os escravos passavam a ser reconhecidos dessa maneira, mesmo que não concordassem e se reconhecessem de forma diferente. Não importava se era real ou não a descrição, a partir do momento em que era dito, o discurso era aceito.

Ainda assim, a humanidade dos escravos se manteve preservada. O comportamento dos proprietários era ambíguo. Por vezes, tentavam objetificar os escravos, mas em outros momentos se beneficiavam ao mobilizar sentimentos essencialmente humanos para manter o controle: terror, preocupação com a família, necessidade de autonomia, depressão, amor, entre outros. A humanidade escravizada é evidente também em momentos que seus traços de “personalidade” extrapolavam nos anúncios.

Nas publicações, os traços de “personalidade” eram destacados pelo senhor para descrever os cativos nos anúncios de fuga. Alguns podiam contribuir para a identificação, outros nem tanto, sendo extremamente subjetivos e relacionados à ótica dos proprietários. Além disso, algumas descrições eram mais um alerta de como esses sujeitos podiam ser perigosos e enganadores.

Na categoria personalidade, inúmeros adjetivos foram abordados, começamos pelos negativos²⁹³: 14 tristonhos/ tristes, 74 bebiam ou eram chamados de bêbados, 103 fumantes ou que mascavam fumo, 24 carrancudos; 15 eram espantados, 30 capadócios²⁹⁴, 21 fingidos, 20 pernósticos, 14 com olhar espantado, 17 com semblante

²⁹³ Total 467.

²⁹⁴ “enganador, mentiroso, embusteiro”. Rubim, Braz da Costa. Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro de

carregado, 25 mal encarados. Em menor número alguns foram considerados com andar de capoeira (1), ardilosos (2), assustado (2), banzativo (1), bruto (2), burro/tolo (4), capoeira (7), descansado (4), descarado (1), dissimulado (1), arrogante (3), pateta (2), ignorante (1), ladrão (1), má conduta (1), mal articulado (1), maluco (8), manhoso (3), medroso (3), melancólico (2), mentiroso (3), moleirão (3), mulheril (1)²⁹⁵, olhar atravessado e dissimulado (1), olhos de beberrão (1), pernicioso na fala (1)²⁹⁶, perverso (1), pouco esperto (1), poucas palavras (1), preguiçoso (3), rude (2), semblante desagradável (3), semblante fechado (2), semblante triste (3), sonso (9), vadios (5), valentões (4), velhaco (3)²⁹⁷, astuto (9) e muito sagaz (3). Os dois últimos apesar de terem significados positivos, eram empregados sempre como se os escravos fossem capazes de enganar e ludibriar.

Vale comentar sobre alguns termos: escravizados que tinham a aparência de espantados, “banzativo”, medrosos, melancólicos, semblantes tristes, tristonhos e que bebiam com frequência, situações provavelmente relacionadas com a rotina estafante da escravidão, adicionada à tentativa dos senhores de impor a submissão a esses indivíduos. Vinte e um (21) escravizados foram acusados de fingimento, por isso acreditamos ser interessante abordar alguns casos

No dia 9 do corrente desapareceu hum preto ladino, não falla muito bem e com os sinaes seguintes, meio velho, *finge que tem corcunda* [...] ²⁹⁸ (grifo nosso)

Fugio, no dia 20 do mez passado, hum preto de nome Antonio, nação Calabar, de 50 annos de idade, que *finge de ser cego*; já tem sido encontrado a pedir esmola: quem o encontrar e levar á rua dos Ourives n.23, será gratificado. ²⁹⁹ (grifo nosso)

Desencaminhou-se no dia 12 do corrente, huma preta por nome Guilhermina, de nação Moçambique [...] a qual *finge-se pateta e muda*; quem dela der noticia na rua Nova de S. Bento n.61, receberá alviçaras. ³⁰⁰ (grifo nosso)

Fugio, no dia sábado á noite, 19 do corrente, hum preto com ponta de barba, rude, *fingindo-se de maluco*, de nome Domingos, com signaes na fonte, de nação Cabinda, e também falla congo, muito tabaquista [...]. ³⁰¹ (grifo nosso)

Paula Brito, 1853. 80 p. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-brasileiro-para-servir-de-complemento-aos-dicionarios-da-lingua-portugueza/?q=capadocio>> Acesso: 10/10/2021.

²⁹⁵ “Como mulher”. Pinto, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=mulheril>>

²⁹⁶ “Ruinoso, mortífero”. Idem. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=pernicioso>> Acesso: 10/10/2021.

²⁹⁷ “Quem engana com dolo. Impudico.” Idem. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=velhaco#dic-viewer>> Acesso: 10/10/2021.

²⁹⁸ *Jornal do Commercio*, 17/11/1830, p. 3.

²⁹⁹ *Jornal do Commercio*, 18/10/1839, p. 4.

³⁰⁰ *Jornal do Commercio*, 19/09/1834, p. 4.

³⁰¹ *Jornal do Commercio*, 23/12/1840, p. 3.

Desapareceu, no dia 15 de junho, hum africano de nação Rebollo, idade 19 annos [...] chama-se Joaquim, porém costuma mudar de nome, e *fingir-se novo*. Roga-se a quem souber delle, de participar em o quartel de permanentes, ao mesmo tenente, que se gratificará.³⁰² (grifo nosso)

Nos quatro primeiros casos, os cativos são acusados de fingir problemas físicos ou psicológicos, talvez para se mostrarem vulneráveis, serem menos cobrados em suas tarefas pelos senhores ou vistos com mais compaixão por pessoas, como foi o caso de Antonio que fingia ser cego para pedir esmola. Além disso, podiam utilizar essa estratégia de dissimulação para serem menos suspeitos de fuga. Por outro lado, é preciso levar em consideração que talvez não fosse encenação dos escravizados, poderia também ser que os senhores fossem tão insensíveis aos problemas de saúde dos cativos que acabassem interpretando como fingimento.

No último anúncio, o africano livre se fingia de novo - mudando de nome.- talvez para que seu futuro dono não perguntasse sobre seu antigo dono, podendo recomeçar sua trajetória. Dessa maneira, os escravizados se municiavam de diversas táticas para guiar suas vidas de forma que melhor lhes interessasse, inclusive utilizando de artimanhas para manipular as pessoas.

Da-se 100\$000 rs. de alviçaras a quem agarrar hum molato, que anda fugido da casa da rua da Misericórdia n.22, desde o dia 3 de Maio a noite do anno passado, evadindo-se ao castigo que seu Sr. lhe queria dar em recompensa de seus crimes, os signaes são os seguintes: por nome Luiz, tem o cabello quase de branco, estatura muito pequena, os beijos, principalmente o inferior, muito grossos, bastantemente marcado das bexigas, os olhos proprios de Cigano, tem ambas as mãos quase paralíticas, não podendo sustentar nellas nenhum pezo, em consequencia de ataques de estupor que sofre, *talvez por se embreagar quase todos os dias*, consta que costuma a dormir muitas noites pelos corredores do Paço por cima da Uxaria, e também se tem encontrado pela Praia Grande, quase sempre acompanhado d'outro, que parece também fugido, de estatura igualmente baixa, e só com a differença de ser cambaio das pernas; elle como he muito capadocio, tem a *habilidade de fingir-se forro, dizendo até que he filho da provincia Detraz dos Montes, em Portugal, cuja impostura, e ajuda muito a circumstancia de fallar a lingua Portugueza com aquelles sutaques proprios da gente rustica d'aquelle paiz, como por exemplo, querendo dizer, veio - diz - bêo - não quero - num quero - vinho - binho - por acaso - por acauso etc.*³⁰³ (grifo nosso)

Luiz, um escravizado que aparentava ter mais idade por seus cabelos brancos, tinha o costume de se embriagar diariamente, fugiu para não ser castigado por seus delitos, como desconfia o anunciante. Esse caso tem uma questão muito particular, o senhor o chama de capadocio devido a habilidade do mulato fingir-se de forro, dizendo ser de Portugal e fingindo sotaque exposto acima. Luiz podia ser muito engenhoso em forjar uma identidade para despistar quem tentasse captura-lo, mas também podia ser

³⁰² *Jornal do Commercio*, 09/08/1839, p. 4.

³⁰³ *Jornal do Commercio*, 19/01/1828, p. 3.

realmente de Portugal, uma vez que o anunciante não dizia qual era a origem do fugitivo. Luiz era um escravo velho, com problemas físicos e alcoólatra, por que o senhor tentava recuperá-lo? De toda forma, a perspicácia dos escravizados era reconhecida pelos senhores que sem nenhum constrangimento os expunha nos jornais de forma negativa, como capadócios, velhacos e capazes de enganar qualquer um para alcançar seus interesses.

Outra questão a ser destacada é o grande número de cativos chamados de bêbados ou que tinham costume de se embriagar. Os escravizados podiam beber para aguentar o frio, o excesso de trabalho ou disfarçar a fome.³⁰⁴ Os vícios são apresentados com frequência e a imagem de escravos sem controle era reforçada, pois viviam embriagados e entorpecidos, podendo assim representar um perigo iminente não só para os outros, mas também para si sem a tutela dos senhores, uma vez que seriam incapazes de sobreviver.

Fugio, no dia 13 do corrente, ao romper do dia, huma preta de nome Maria, nação Moçambique, idade 30 a 40 annos, magra, alta, com rosto comprido, pernas tortas, a qual *costuma beber e cahir*; levou hum barril de água, huma manta encarnada com hum vestido de riscadinho amarelo, e hum chale ordinário azul claro. Quem della souber e a levar á casa n.3, rua detraz do Hospicio, defronte da travessa da Candelaria, será gratificado.³⁰⁵ (grifo nosso)

Os adjetivos positivos também marcaram presença nos anúncios³⁰⁶: aparência alegre (77), ágil (5), bastante político (1), boa presença (4), bom gênio (1), civilizado (6), cortês (1), espevitado³⁰⁷ (11), espirituoso (3), hábil (11), ligeiro (5), muito cumprimenteiro (1), muito fiel (3), muito humilde (24), inteligente (3), prosa (1)³⁰⁸, prendado (1), risonho (9), sisudo (2)³⁰⁹, vistoso (1)³¹⁰, vivo (20), desembaraçado (37), espertos ou muito espertos (72), muito vivo (31).

Os aspectos negativos são mais ressaltados e diversificados que os positivos. Além disso, as ofensas proferidas pelos proprietários são mais taxativas do que os elogios. Ser capadócio, bêbado, mal encarado, dissimulado, velhaco, vadio, astuto e

³⁰⁴ DIAS, Ellaine Cristina Jorge. As condições físicas e de saúde... op. cit. p. 109.

³⁰⁵ *Jornal do Commercio*, 16/07/1836, p. 3.

³⁰⁶ Total: 330.

³⁰⁷ “Que falla com clareza, e desembaraçado”. Pinto, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=espivitado>

³⁰⁸ “Facilidade em falar”. Idem. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=prosa>.

³⁰⁹ “Que tem juízo”. Idem. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=sisudo>.

³¹⁰ “Agradável á vista”. Idem. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=vistoso>.

sonso demonstra um certo grau de periculosidade dos cativos. Esse discurso negativo acabava adquirindo uma conotação política na medida em que reforçava a imagem do negro como “o inimigo social”.

Os elogios como cortês, civilizado, prendado e hábil são poucos em relação aos termos depreciativos. Ademais, ser muito fiel e humilde estava relacionado à forma como esses escravos agiam com os senhores, com deferência e respeito. Assim, é possível compreender a surpresa dos proprietários ao notarem a fuga desses sujeitos, pois não tinham motivos para fugir.

Quem souber de hum moleque de nome Agostinho, que tem de idade 18 a 20 annos, com pernas algum tanto inchados, com calças de ganga azul riscada, camisa também de riscado, jaqueta de chita amarela já rota; o qual indo no dia 3 do corrente fazer compras na praia do Peixe, logo depois das AveMarias desapareceu, e julga-se ser furtado, pois que nunca fugio, *nem teve motivo para isso, sendo muito humilde e de excelente conducta*; queira fazer o obsequio de participar na rua de S. José n.25, que será gratificado, e não aparecendo, protesta-se contra quem o tiver em seu poder.³¹¹ (grifo nosso)

Nesse sentido, o trabalho de James Scott pode nos ajudar a aprofundar essa reflexão, pois ao analisar as resistências cotidianas, trata das representações dos grupos subalternos e dos dominantes. Em uma crítica às análises teóricas que enfatizam o conceito de hegemonia dos grupos dominantes e as revoltas violentas, o autor destaca que essas são menos comuns em comparação com as resistências silenciosas do cotidiano. A visão de Scott corrobora nossa análise: numa sociedade escravista, as formas de resistências mais comuns eram as dissimuladas e não os embates diretos como as rebeliões.³¹²

Essas resistências silenciosas não desafiavam a ordem pública, mas manipulavam as relações com o objetivo de melhorar sua condição. Essa era uma forma dos cativos se preservarem, uma vez que estavam em desvantagem nas relações de poder. Diante da força de coerção dos dominadores, essa era uma decisão estratégica dos grupos subalternos.³¹³

O autor chama de “infrapolítica”³¹⁴ essa luta secreta e cotidiana dos grupos subalternos através da qual os “de baixo” colocam à prova os limites da dominação. Porém, o interesse era evitar qualquer manifestação explícita de insubordinação, pois

³¹¹ *Jornal do Commercio*, 07/08/1837, p. 2.

³¹² SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, v. 1, 2013. p. 15-20.

³¹³ *Ibidem*. p. 132.

³¹⁴ SCOTT, 2013. p. 8.

seu discurso deveria permanecer oculto, evitando assim o desmoronamento do teatro entre dominadores e dominantes, além de evitar castigos e sanções.³¹⁵

Dessa forma, a relação do discurso e poder também é essencial nesse caso. Como os escravos nunca dizem o que pensam para os senhores, a interdição do discurso torna os sujeitos “humildes” e submissos, o que não significa que nesse silêncio uma fuga não pudesse estar sendo planejada. O jogo da dissimulação se torna fundamental, justamente para que o senhor acreditasse que o escravo tinha sido “seduzido” ou furtado. Em 581 publicações, os anunciantes utilizavam os seguintes termos: “julga-se ter sido furtado”, “desencaminhado”, “seduzido”, “se perdeu”. Outros 34 afirmavam a falta de motivo para fuga. Vinte e cinco (25) ponderavam que nunca tinham fugido e 4 diziam que não tinham o costume de fugir. Pela “dissimulação”, o escravo, caso fosse recuperado, teria a “compaixão” do senhor restaurada, pois não teria sido “traído”. De qualquer forma, não descartamos a possibilidade do escravo ser realmente humilde e fiel, porém, queremos expandir as alternativas de compreensão sobre as inúmeras referências, por parte do senhor, de impossibilidade da fuga, através da concepção do discurso oculto³¹⁶. Outra possibilidade é a do senhor se referir ao “escravo que havia sido seduzido” para não mostrar a fragilidade de sua autoridade.

30\$000 RS. DE GRATIFICAÇÃO

Fugio, a José Rafael Ribeiro Chaves, em junho do anno próximo passado, hum escravo official de pedreiro, de nome Antonio, nação Angola [...] he muito ladino, anda muito acciado, costuma andar calçado, intitulado-se forro; quando falla *finje-se muito humilde e com muito respeito*; morou dentro do convento do Carmo, por ter sido escravo do Rev. Fr. José de Santa Eufrazia Peres, e por isso muito conhecido dos escravos do dito convento, de quem se pode tirar muitas informações: consta que appareceu na Ponta do Caju, dizendo que andava com licença de seu senhor, e he provável que esteja trabalhando pelo officio na cidade ou fora. Roga-se aos pedestres, ou a qualquer pessoa que se queira encarregar de o apanhar, de se dirigir á casa do anunciante, na rua do Fogo n.57, na certeza que será bem recompensado, se o descobrir; ou quem o levar á dita casa, receberá 30\$000 rs. de gratificação.³¹⁷ (grifo nosso)

Da-se muito boas alviçaras a quem der noticia de hum preto que fugio no dia 12 do corrente mez de Agosto, tem os signaes seguintes: he de nação Congo, chama-se João, [...] e desconfia-se terem o seduzido para fugir, pois á mais de seus annos que serve que serbe a seu Sr. sem que lhe desse disgosto, e protesta com as penas da ley a quem o tiver occultado; seu Sr. mora na rua de S. Pedro n.333.³¹⁸

³¹⁵ Ibidem. p. 132.

³¹⁶ Para James Scott, a falta de revoltas abertas e declaradas de oprimidos contra opressores não significa uma ausência de resistência. Nessa suposta passividade dos explorados, é que se encontra o discurso oculto, como resistência pouco visível através de furtos, trabalhos não executados corretamente, entre outras manifestações. Ibidem.

³¹⁷ *Jornal do Commercio*, 11/09/1838, p. 4.

³¹⁸ *Jornal do Commercio*, 30/08/1828, p. 3.

Por vezes, o discurso não estava tão oculto. No primeiro anúncio, o senhor sabia da dissimulação do escravizado ao se mostrar respeitoso e humilde, mas parecia não se importar, desde que não causasse problemas. Os proprietários também precisavam escolher os momentos certos para impor sua vontade.

Nesse sentido, enfatizamos a importância das resistências cotidianas nas relações de poder e seu valor nas mudanças através da manipulação dos cativos a partir de seus interesses. Reis e Silva enfatizam sobre outras formas de resistência que não tinham a força como seu principal meio

Os escravos também não enfrentaram os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas, a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal conviveram com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência. Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. A própria acomodação escrava tinha um teor sempre ambíguo.³¹⁹

As relações entre senhor e escravo giravam em torno de muitas “convenções” e expectativas, entre elas, a alforria. Na esperança de uma carta de libertação, muitos cativos viviam em alerta, como fiéis e humildes trabalhadores que tinham apreço por seus senhores. Assim, a trajetória que cada escravizado tinha que trilhar para ser reconhecido por seu senhor importava bastante. Sobre a alforria, Keila Grinberg e Sue Peabody destacaram

No caso da alforria – a libertação de escravos pela via institucional, por meios previstos por lei –, em todo o período de vigência do regime de trabalho escravo nas Américas, cativos foram libertados por gratidão de seus senhores, por serem seus filhos, por lhes terem prestado bons serviços ou por terem conseguido meios suficientes para comprar suas liberdades.³²⁰

Segundo Mattoso, nas cartas de alforria apareciam com frequência algumas palavras-chave como: “Por me haver bem servido” e “Pelo bem que lhe quero por tê-lo criado”, assim mostrando a importância da fidelidade e proximidade desses cativos com os proprietários.³²¹ Porém, mesmo que se comportassem da forma mais exemplar possível, poucos foram os beneficiados por essa brecha, pois o número de alforrias não passou de 2% em cidades com a população do Rio de Janeiro.³²² No século XIX, houve uma retração do número de alforrias em relação ao século anterior, principalmente na

³¹⁹ REIS; SILVA, 2009. p.

³²⁰ GRINBERG, Keila; PEABODY, 2014. p. 13.

³²¹ MATTOSO, 1982. p. 187.

³²² Ibidem. p. 169. De acordo com o trabalho de Keila Grinberg e Sue Peabody, na América espanhola e no Brasil mais escravizados recebiam alforria do que no Caribe e na América do Norte. Cf. GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. 2014. p. 14.

Corte e no Vale do Paraíba, em decorrência da alta do preço dos escravos a partir do fim do tráfico em 1850.³²³

A alforria pode ser vista como uma prática de controle, que passava pela concepção de um “escravo ideal”, aquele que era submisso, fiel e dócil. Já mostrou Sidney Chalhoub que “a concentração do poder de alforriar exclusivamente nas mãos dos senhores fazia parte de uma ampla estratégia de produção de dependentes”.³²⁴ Apesar disso, esse ideal era muitas vezes cobrado pelo próprio escravizado, ressignificando sua condição em diversas ocasiões. Ao representar esse cativo fiel, podia manipular as expectativas dos senhores, tornando mais fácil o seu acesso à liberdade. Mas, caso o senhor não cumprisse esse contrato informal tecido nessa complexa relação, a fuga estava sempre à espreita.

A alusão ao domínio da língua portuguesa e de outros idiomas, além da forma de falar dos escravizados, também é um aspecto que chama muita atenção nos anúncios: entende a língua (1), entende inglês/fala (31), fala espanhol (23), fala italiano (1), fala francês (29), fala rápido (14), sotaque paulista (6), sotaque (5), fala espevitada (1), fala fanhoso (2), fala à baiana (1), fala acaboclado (1), fala descansada (45) e fala periquitado (4). Alguns parecem mais submissos e acanhados: fala pouco (31), fala baixo (28), fala devagar (21), fala e não encara (1), fala mansa (17), fala fina (43) e outros mais desafiadores e desinibidos: fala grosso (52), fala muito (7), fala só e alto (1), falantes (94). Também nos chamou atenção a quantidade de escravizados gagos: 180 podiam gaguejar sempre ou apenas quando assustados. Márcia Amantino, ao estudar as condições físicas ou de saúde dos escravos também no *Jornal do Commercio* sugeriu que a gagueira poderia ser um sintoma de problemas emocionais ocasionados pela escravidão.³²⁵ Além disso, a partir da fala podemos perceber como os africanos habituavam-se a nova realidade, geralmente eram descritos com fala embaraçado (16), fala desembaraçado (73), fala bem português (205), fala mal (41), fala pouco português (55), fala português (10), fala pouco clara (1), fala atrapalhada (106), fala sofrivelmente (3), não sabe falar português/ não sabe falar (104). A questão da humanização e desumanização do escravo no interior dessa cultura escravista pode ser também percebida. Por um lado, diversas descrições poderiam ser lidas como a de animais. Por

³²³ GRINBERG, Keila. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2.ª metade do século XIX). *Revista de Indias*, v. 71, n. 251, p. 137-158, 2011. p. 148.

³²⁴ CHALHOUB, Sidney. 1990. p.100.

³²⁵ AMANTINO, Márcia, 2007. p. 1387.

outro, o aspecto da fala é muito importante e chama a atenção o conhecimento de outros idiomas como o inglês ou francês, o que dava, certamente, a eles possibilidades maiores em relação não só à conquista de novos postos, mas também do acesso a informações.

Dentro dessa análise ainda encontramos escravizados com talentos artísticos destacados nos anúncios: dança (2), bastante poeta (7), toca clarinete (1), toca flauta (1), toca machete (4), toca rabeca (1), toca viola (3). Ao fazer uso de suas habilidades e criatividade, percebemos que a cultura escravista também comportava a humanização dos escravos ocorrida também através da arte.

É importante ressaltar novamente que as características apresentadas são apenas as impressões dos anunciantes sobre os escravizados, são reflexos de uma relação desigual e marcada por tensões. Por isso, é mais fácil entender o porquê de tantos adjetivos negativos, demonstrando a frustração e impotência do senhor. Dessa forma, o discurso veiculado pelo jornal era o do senhor, mas que refletia a visão de grande parte da sociedade sobre os escravizados, uma vez que não só senhores de escravos abastados publicavam em busca da captura de sua propriedade, mas também proprietários pobres que muitas vezes dependiam do trabalho desse cativo para sobreviver. De todo modo, o recurso ao anúncio, a linguagem empregada e a narrativa subjacente sobre o escravo podia ser decodificada por todos os leitores, pressupondo uma cultura comum, no sentido antropológico do termo.

Robert Darnton, ao analisar o porquê de alguns artesãos parisienses acharem engraçado um massacre de gatos, decodifica o pensamento de uma sociedade que entendia o mundo de um modo muito diferente. Para o autor, “a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura”³²⁶. Partimos dessa premissa ao analisar o discurso veiculado na imprensa oitocentista. A partir dessas palavras e adjetivos usados, temos acesso a esse mundo permeado e sustentado pela escravidão.

Dessa maneira, é preciso prestar atenção às formas de nomeação e às mensagens subjacentes. Tendo isso em vista, é mais nítido o objetivo dos senhores ao escolherem os adjetivos para caracterizar os escravos. Nos anúncios de fuga, os adjetivos negativos são mais marcantes, inclusive servindo para significar a circulação desses indivíduos no espaço público como um problema social. Ainda quando elogios são dispensados em

³²⁶ DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Graal, 1986. p. XVII.

anúncios de fugas, servem para apresentar surpresa pelo desaparecimento do cativo, uma vez que eram “bons” criados e não teriam motivos para qualquer escapadela. Por outro lado, em anúncios de venda, os aspectos positivos são destacados para atrair a atenção de possíveis compradores. Desde que submetidos à propriedade de compradores e vendedores, o escravo podia ser descrito pelos adjetivos positivos, mas em fuga e circulando pelas ruas da cidade, os adjetivos negativos eram evocados para sinalizar o perigo.

Apesar das inúmeras diferenças apresentadas nos anúncios, existia uma regularidade na forma de descrever que até mesmo facilita o trabalho de agrupamento sistemático. Portanto, existem muitas semelhanças na forma dos anunciantes formarem seu discurso mesmo tendo sujeitos tão variados.³²⁷

Infelizmente, não temos como saber se esses escravos concordavam com as definições de sua aparência e personalidade ditas pelos anunciantes. Porém, mesmo com a tentativa constante de destruição de identidade e desumanização, esses sujeitos conseguiam ser agentes de suas histórias, arquitetando diversas estratégias para barganhar uma melhor vida.

2.5 Estratégias

Neste trabalho, entendemos os escravizados como agentes³²⁸ históricos, mas sabemos que o sistema escravista condicionava suas ações. Corroboramos a análise de Maria Helena Machado quando afirma que

[...] agência histórica não significa protagonismo, mas sim a ideia de que qualquer um de nós, mesmo quando desprovidos de protagonismo e massacrados por circunstâncias históricas deletérias, ainda assim mantemos nossa reflexão e fazemos opções dentro de um leque que pode ser extremamente limitado [...]³²⁹

As estratégias arquitetadas pelos escravizados eram múltiplas e dependiam das condições materiais, seu grau de insatisfação e da autonomia de que dispunham. Ao

³²⁷ SCHWARZ, Lilia M. *Retrato em Branco e Negro...* op. cit. p. 119-120.

³²⁸ Ao criticar o uso indiscriminado do termo, o autor traz importantes contribuições. JOHNSON, Walter. On agency. *Journal of Social History*, v. 37, n. 1, p. 113-124, 2003. p.115.

³²⁹ Sobre tratar esses escravizados sempre como heróis da história: “Significaria dizer que os agentes históricos, os escravos/as, homens e mulheres em situação de opressão, teriam sempre consciência coletiva das consequências de seus atos. Essa interpretação idealizada é bastante perigosa pois pode nos levar a interpretar de maneira muito pouco realista a vida extremamente limitada em termos de escolhas a que foram submetidas estas pessoas.” C.f. CARDOSO, A. A. I. “SOBRE OS MUNDOS DO TRABALHO E DA ESCRAVIDÃO”: INTERVIEW WITH MARIA HELENA P. T. MACHADO. *Canoa do Tempo*, v. 9, n. 1, p. 155-165, 18 dez. 2017. p.162. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/4062/3468>. Acesso: 07/10/2021.

entrar em contato com milhares de anúncios³³⁰ percebemos que algumas táticas de fuga apareciam com mais frequência do que outras.

Por outro lado, certas estratégias não ocorriam com tanta assiduidade se levarmos em consideração todo o universo de publicações analisado, mas, ainda assim, acreditamos que seja importante analisar a excepcionalidade para entender a regularidade. Seguimos a premissa de Thompson

Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranquilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas.³³¹

Fugir era um passo que demandava coragem, mas manter-se escondido em uma sociedade que concordava e contribuía com a manutenção do sistema tornava-se uma tarefa muito difícil. Para tal, o escravizado mudava o nome, se disfarçava, trocava de roupa, tentava passar por recém-chegado, enfim, as estratégias eram variadas³³².

Em geral, a primeira fuga era tratada com menos rigor, considerada parte do processo de aclimatação³³³, mas com o uso de certa violência, uma vez que o cativo devia entender que fugir seria um motivo para castigos e punições mais severas. A captura podia ocorrer após alguns dias ou demorar anos, tudo dependia das circunstâncias: da proteção do escravo, da facilidade de incorporação ao mundo dos livres, se era conhecido, da quantia oferecida como recompensa, do comportamento discreto, dos objetivos dos escravizados com a fuga, entre outros fatores.

Alguns pesquisadores classificam esse fenômeno em dois tipos: *petit marronage*, também conhecidas como *fugas reivindicatórias*, que eram fugas temporárias, as quais os escravizados retornavam aos seus donos - apenas “escapadelas”. Eram tentativas de alargar sua autonomia sem um rompimento radical. Eduardo Silva trata como uma espécie de “greve” para barganhar alguma questão específica³³⁴. As *grand marronage ou fugas rompimento* eram duradouras, em que o cativo realmente queria romper com o senhor³³⁵

As fugas reivindicatórias já eram “previstas” pelos proprietários e podiam funcionar como uma válvula de escape, tendo duração de um ou dois dias. Esse é o caso

³³⁰ Todos os números apresentados neste capítulo foram retirados do universo de 10.361 anúncios de fuga detalhados no banco de dados.

³³¹ THOMPSON, 2001. p. 235.

³³² DE QUEIROZ, Suely Robles Reis. *Escravidão negra no Brasil*. Editora Atica, 1987.p. 43.

³³³ KARASCH, 2000. p. 398.

³³⁴ REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito...*op. cit. p. 63.

³³⁵ GOMES, Flávio, 2005. p. 12.

de um anúncio de venda de um cativo chamado João, de nação Congo que, segundo o seu senhor, era muito bom e ágil no serviço, mas seu único problema era gostar de passear às vezes e quando não tinha licença para tal, fugia, mas para *dentro da cidade*.³³⁶

Nos anúncios de fugas, muitas vezes os senhores esperavam esses dias, em outras ocasiões aguardavam até uma semana para a publicação. Caso o cativo não aparecesse, publicavam seus avisos e começavam o processo de busca. Sobre essa previsibilidade das fugas, Silvia Lara comenta

As fugas faziam parte da escravidão (eram inerentes a ela) não só porque os escravos resistiam à dominação, mas também porque eram previstas e reconhecidas pelos senhores e pela legislação metropolitana como algo permanente, um “dado da realidade” que não era possível ignorar, algo inscrito na própria visão que tinham do escravo e da escravidão.³³⁷

Como já apontado acima, os gastos eram muitos para a captura de um fugitivo: anúncios, os dias de trabalho perdidos, pagamento pela prisão, a manutenção do escravizado preso e a dificuldade de encontrar os senhores, já que era uma estratégia dos cativos “esquecerem” os nomes de seus proprietários. Portanto, alguns senhores nem buscavam seus cativos apanhados.³³⁸

Apesar da maioria das fugas ocorrerem de maneira individual³³⁹, a quantidade de escravizados fugindo acompanhados não é desprezível. Em 78 publicações, os anunciantes apontaram que os fugitivos estavam acompanhados por pessoas de cor. Em determinados episódios, eram pessoas livres acusadas de aliciamento para venda, em outros, eram escravizados que se juntavam para fugirem juntos.

Domingo 16 de Novembro, fugio de huma casa da ladeira do sacco do Alferes, hum preto por nome Philippe, alto, jovem, reforçado, de bonitas feições, elle *fugio na companhia de huma preta d'hum visinho, tambem fugida*. Elles forão vistos a andarem na Cidade, e a ganharem no largo da Sé, quem os pegar ou tiver noticia delles dirija-se a praia Formosa n.67, na casa de distilação, e receberá alviçaras.³⁴⁰ (grifo nosso)

Fugio hum escravo de nome Justo, nação Cabinda, idade 20 a a22 annos, estatura mediana, bem feito de corpo, cara redonda, sem barba, beiços delgados e pretos, hum orelha furada, cabelo crecido, e rendido das duas verilhas, he muito ladino capaz de mudar o nome, e dizer que he forro, *fugio no dia 17 de Setembro, acompanhado de hum pardo de nome João da Silva natural de S. Paulo, talvez com distino de vende-lo*; seu Sr. gratifica com 20\$000 rs. a quem souber do dito escravo e delle der parte na rua de S. Pedro

³³⁶ *Jornal do Commercio*, 09/11/1827, p. 4.

³³⁷ LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência...* op. cit. p. 295.

³³⁸ MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil...* op. cit. p.155; MAESTRI, Mário José. *A servidão negra*. Mercado Aberto, 1988. p. 117.

³³⁹ Principalmente nesse período em que ainda não havia um movimento abolicionista organizado para respaldar suas ações.

³⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 02/12/1828, p. 3.

n.404, e aos Srs. Commandantes de districtos pede por mercê de o apreender caso o encontre.³⁴¹ (grifo nosso)

No último anúncio, algumas questões podem ser levantadas: Justo podia “ter-se deixado seduzir ou furtar” caso estivesse insatisfeito com o senhor ou quisesse ir para outra província. Nessa transação, podia fingir ser escravo do pardo que foi citado. Dessa maneira, ambos se beneficiariam com a venda, isso se a hipótese do senhor estivesse correta.

Esses escravizados socializavam e podiam ser auxiliados e motivados por outros escravizados a fugirem e mudarem de vida. Ao circular pela cidade, esses indivíduos aumentavam suas redes de sociabilidade. Por exemplo, 154 escravizados ao buscarem água, fugiram, a maioria depois de irem ao chafariz da Carioca, espaço comum aos cativos que podiam estreitar laços de amizade e usavam esse momento para confabular. Outros escravos aproveitavam a ocasião em que iam fazer alguma tarefa para o senhor pela cidade, quando estariam menos submetidos a controle e escapuliam sem pestanejar, como no caso de 106 escravizados.

No dia 6 do corrente mez de Maio, desapareceo hum negro por nome Felipe, *hindo buscar agoa carioca*, julga-se ter sido seduzido por outro parente que mora ao mesmo largo da Carioca, segundo diz o parceiro que o acompanhou, *que elle ficara conversando com aquella*. Tem os seinais seguintes: he hum tanto boçal por ter dous annos de terra, nação Moçambique Macua, estatura baixa, cabeça hum tanto grande, meio fulo, tem huma cicatriz no pescoço, outra no peito, e quase em todo o corpo, tem huma branca no joelho esquerdo, quando pega em peso, he tremulo do corpo por causa de molestias que tem tido, desapareceu com o barril, e esta vestido de ceroulas, e camisa de algodão groço, he meio arcado das pernas; quem delle souber e o levar a rua nova de S. Bento no estanque de tabaco n.19, será gratificado, ao mesmo tempo que se protesta contra quem o tenha ocula segundo a Lei.³⁴²

O tempo com o senhor e na Corte parecia também influenciar na decisão sobre a fuga. Em 87 anúncios, os escravizados haviam sido comprados há pouco tempo. Tendo isso em vista, os motivos podem ser variados: não adaptação ao novo ritmo de trabalho ou com os novos companheiros de labuta; castigos excessivos; pouca possibilidade de negociação; tentativa de retornar para a família que podia ter sido separada pela venda ou simplesmente negação de sua escravidão. Em 41 anúncios, os fugitivos estavam há pouco tempo na corte, o que era uma tentativa arriscada, pois não conhecer bem o lugar podia atrapalhar no empreendimento, além da falta de apoio. Em contrapartida, não ser conhecido facilitava o não reconhecimento e captura. Em 39 publicações em que os senhores afirmavam que os cativos eram muito conhecidos pelas redondezas, esses

³⁴¹ *Jornal do Commercio*, 18/10/1831, p. 4.

³⁴² *Jornal do Commercio*, 11/05/1830, p. 4.

fugitivos podiam ter uma rede de apoio grande, mas também se colocavam mais em evidência, pois o reconhecimento era mais fácil. De qualquer forma, ser um fugitivo era uma questão complicada que demandava muita estratégia e sorte.

Alguns proprietários já tinham conhecimento sobre a pretensão do escravo em sair da província e outros recebiam informações de pessoas que tiveram contato com os cativos após a fuga³⁴³. Em 113 anúncios, os senhores avisavam que os fugitivos “pretendiam fugir para outra província”; em 8 anúncios o senhor tinha a “suspeita de que foram para outra província” e em 68 publicações, senhores de outra província afirmavam ou suspeitavam que os escravizados viriam para a província do Rio de Janeiro. Isso demonstra o intercâmbio de informações e o controle sobre os fugitivos. Inclusive, senhores de outras localidades davam o endereço de pessoas na cidade para a entrega dos cativos capturados até que pudessem levá-los de volta.

Em 6 anúncios, os senhores diziam que os escravos queriam se vender e em 8 anúncios os escravizados seriam vendidos e acabaram fugindo. Dessa maneira, fica clara a agência e a tentativa de influenciar o seu processo de venda. Para Sidney Chalhoub, os escravizados tentavam negociar e influenciar seus senhores nessa transação e quando não conseguiam ser vendidos para o proprietário que os agradava ou interditar sua venda, a fuga era o último recurso.³⁴⁴ Os próximos anúncios trazem interessantes questões sobre o assunto

No dia 2 de Fevereiro, fugio huma parda de estatura pequena, cara redonda, cabelo cortado á moda, *a qual veio de Macahé para ser vendida*, cuja parda roubou 300\$ a tantos mil rs: quem della souber, haja de dirigir se á rua do Conde n. 153, aonde receberão grande recompensa.³⁴⁵ (grifo nosso)

No dia 8 de fevereiro de 1832, a fuga de uma parda oriunda de Macaé foi anunciada. Ela tinha vindo para a corte, onde seria vendida. Essa mulher também roubou uma quantia em dinheiro de seu senhor. A escrava podia ter roubado o valor e fugido para não ser castigada, ou não concordando com a sua venda e após tentativas de barganha insuficientes, recorreu à fuga e o dinheiro seria um importante meio para seu

³⁴³ Alguns senhores oferecem recompensa não apenas para a captura do fugitivo, mas também por qualquer tipo de informação sobre seu paradeiro.

³⁴⁴ “[...] era comum que os escravos exercessem alguma forma de pressão sobre seus senhores no momento crucial de sua venda. Essas pressões ou negociações poderiam ter formas e intensidades diferentes dependendo de cada situação específica. É provável, contudo, que tal espaço de manobra fosse reduzido quase à nulidade quando o senhor encarregava um comerciante de realizar a venda.” CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* op. cit. p. 32.

³⁴⁵ *Jornal do Commercio*, 08/02/1832, p. 4.

deslocamento. Esse seria um caso comum até que no dia 10 de fevereiro o anunciante publica de novo³⁴⁶ o anúncio com mais informações.

No dia 2 do corrente fugio huma parda de nome Justina, altura pequena, magra, pisa a perequita, cara pequena, cabelo cortado, a qual he filha de Macahé, donde *veio vendida para esta Corte, a qual depois de varias tentativas de querer assassinar ao Sr., abalou roubando a quantia de prata de 400\$000 rs.*, toda e qualquer pessoa que souber onde ella exista dirija se á rua do Conde n.153, onde terá grande recompensa, assim como se protesta contra todo aquelle que a der couto com as penas da lei, e prejuízos que tem havido.³⁴⁷ (grifo nosso)

A parda é agora identificada como Justina, após ter tentado assassinar seu senhor diversas vezes, roubou uma quantia alta. No primeiro anúncio, a tentativa de homicídio não tinha sido exposta, mas após dois dias a situação muda. Talvez o anunciante quisesse alertar quem acoitasse, indicando que se tratava de uma escrava violenta e ladra. Por outro lado, seria difícil para o proprietário, caso capturasse a fugitiva, vendê-la, uma vez que os anúncios de fuga e de venda estavam misturados no jornal. Portanto, quem quisesse comprar um escravo teria lido essa publicação e sem dúvida lembraria desse caso excepcional. Portanto, mais uma vez o jornal aparece como difusor dessa cultura escravista.

Como já mencionado, os fugitivos tinham o costume de mudar de roupa e calçar sapatos para se afastarem do estigma da escravidão. Aliado a essa estratégia, podiam alterar seu nome. Em 115 publicações os senhores alertaram sobre essa possibilidade e 2 escravizados negavam o nome de seu senhor quando lhe perguntavam. Assim, percebemos uma real tentativa de mudança de identidade dos cativos para fugirem de suas condições anteriores. Nesse último caso, a Polícia tentava remediar a situação. Em 1828, o *Jornal do Comércio* afirmava:

Porque muitas vezes acontece que os escravos presos por fugidos ou para a correção não declaram os verdadeiros nomes de seus Srs., e indo as portarias de soltura passadas debaixo de nome diverso, mesmo assim são cumpridas; a fim de evitar os inconvenientes óbvios que o dito comandante da prisão do calabouço informe primeiro se existe neste o escravo que se pede, com o nome, por que se designa, se reconhece o Suplicante por seu Sr., e se está preso por fugido, ou correção.³⁴⁸

Em 41 anúncios, a acusação de andar com carta de alforria falsa ou cartas de padrinhos (falsa ou não) apareceu. Não temos informações sobre a procedência desses documentos, mas é interessante pensar que pessoas letradas produziam esses papéis para os fugitivos. A carta de um padrinho era um meio importante para a mediação de um

³⁴⁶ Acreditamos ser o mesmo anúncio pela descrição muito semelhante das características físicas, local de origem, o furto e o local para a entrega da escravizada. Além da data da fuga.

³⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 10/02/1832, p. 3.

³⁴⁸ *Jornal do Commercio*, 07/02/1828, p. 1.

escravo que fugia e pedia para voltar para a casa de seu senhor, pois podia assegurar a segurança e o fim de retaliações para o escravizado que retornasse. Além disso, a carta de um padrinho servia como indicação de boa conduta, pois proveniente de uma pessoa livre, e, em tese mais respeitada por isso, auxiliaria o cativo a conseguir alguma ocupação em outro lugar.

Em 85 publicações os senhores afirmaram: “consta andar com o título de forro”, essa frase não é carregada de certeza, mas sim uma possibilidade e provavelmente ao buscarem informações do paradeiro dos cativos receberam essas informações. Por outro lado, em 231 anúncios, afirmaram que os fugitivos diziam ser forros. Essa portanto, era uma estratégia recorrente dos cativos, fingir ser liberto para ter mais autonomia sobre sua vida e poder assim trabalhar para quem quisesse.

Vale ressaltar que alguns desses fugitivos podiam ser realmente forros e estarem sendo escravizados injustamente, por isso sentiam-se no direito de fugir, ou até mesmo podiam viver como libertos, sem intromissão do proprietário e assim não reconheciam mais o poder do senhor sobre suas vidas³⁴⁹. Em 55 anúncios, os senhores diziam que os escravos fingiam ser forros, mas a dúvida ainda fica. Será que eram mesmo escravos? Quem será que estava mentindo? O senhor ou o fugitivo? A escravidão ilegal e a reescravização eram muito comuns, portanto, a precariedade da liberdade era a realidade.³⁵⁰ A sociedade escravista era vista pelo binarismo senhor-escravo. Dessa maneira, até os negros que viviam em liberdade sofriam restrições ou eram tratados de forma diferenciada pautada pelo costume de reconhecer pessoas de cor como escravizadas. Em vista disso, a liberdade era marcada por grande instabilidade. Essa tensão e medo se refletiram numa revolta popular de 1852 devido a um decreto que estabelecia a obrigatoriedade do recenseamento, pois essas pessoas acreditavam que seriam reescravizadas.³⁵¹ Essa desconfiança não era infundada: pessoas eram reduzidas à escravidão com frequência e o fim do tráfico estava causando discussão sobre a falta de mão de obra³⁵², fazendo com que pessoas de cor livres e libertas ficassem sobressaltadas. Isso era uma realidade, apesar da legislação que considerava crime

³⁴⁹ Sidney Chalhoub ao analisar o caso de duas escravizadas afirma que “não bastaria ao senhor ter sua propriedade legalizada; ele precisava mostrar que tinha a escrava sob seu controle, e que esta o reconhecia como seu senhor.” CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* op. cit. p. 50.

³⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, p. 33-62, 2010.

³⁵¹ A Guerra dos Marimbondos foi uma revolta contra o registro civil e censo geral do Império em províncias do Nordeste. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão*. Editora Companhia das Letras, 2012.

³⁵² Idem.

reduzir uma pessoa livre à escravidão. A pena estipulada pelo Código Criminal de 1830 era de três a nove anos. Além disso, o tempo de prisão do escravizador não podia ser menor do que o tempo em que ele manteve a pessoa em cativeiro injusto.³⁵³ Para reverter essa situação as pessoas lesadas podiam entrar com ações de liberdade³⁵⁴ ou fugirem, o que pode ter ocorrido com alguns desses homens e mulheres que se diziam forros.

No século XIX, ao se referir sobre o fim da escravidão e liberdade dos negros, uma “preocupação” era constante: que esses homens e mulheres não teriam “amor pelo trabalho” e seriam vadios e desocupados. Muitos defendiam que esses indivíduos deveriam ser educados antes do acesso à liberdade.³⁵⁵ Nesse sentido, é interessante refletir sobre a referência dos anúncios a fugitivos que já estariam trabalhando. Em 241 anúncios, esses indivíduos aparecem trabalhando para outras pessoas. Podiam estar trabalhando em casas de outras famílias, no ganho ou em lojas de acordo com seu ofício.

Fugio, há 3 dias, a José Manoel Fernandes Pereira, morador na praia da Gambôa, n.24, hum preto crioulo, official de sapateiro e bolieiro, de nome Romão, de estatura alta; levou jaqueta preta com gola de veludo, e consta estar *trabalhando pelo seu officio*, dizendo ser mandado por seu senhor. Roga-se a quem o tiver em sua casa o favor de o fazer conduzir a seu senhor, ou entrega-lo á justiça de paz para proceder-se como preto fugido e *vadio*, sob pena de se proceder contra aquelle em cujo poder fôr encontrado.³⁵⁶ (grifo nosso)

Desappareceu ha quatro para cinco mezes, hum preto de nome Francisco, official de sapateiro, de quarenta e tantos annos de idade, pouco mais ou menos, de estatura baixa, algum tanto potroso, grosso de corpo e barrigudo, o qual he muito conhecido nesta Cidade, por ter sido escravo do Mestre Luiz Jorge, que teve loja do mesmo officio na rua do Cano. E como *he natural que este preto esteja trabalhando em alguma loja ou casa, inculcando-se forro*, roga-se á quem delle souber, ou o tiver em casa, de noticiar na rua Direita n.20, que será bem recompensado.³⁵⁷ (grifo nosso)

Em contrapartida, apenas em 4 publicações os escravos foram acusados de estarem vadiando pela cidade, mas os senhores não entraram em detalhes sobre o que essas pessoas faziam e nem o que consideravam “vadiagem”.

Fugio no dia 20 de Março p.p., hum moleque por nome Augusto, nação Moçambique, terá idade 14 annos, dos sinaes seguintes: levou vestido calças e camisa de brim branco porem já muito sujas, rosto redondo, boca pequena, gordo, pés grandes, he muito vivo, julga-se andar por esta cidade em

³⁵³ PEDROZA, Antônia Márcia Nogueira; FUNES. Eurípedes Antônio. A escravidão ilegal noticiada e interpretada na imprensa do Ceará oitocentista. *Revista Encontros Universitários da UFC*, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2016. (Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação, 9). p. 12.

³⁵⁴ GRINBERG, Keila. Reescravidão, direitos e justiça no Brasil do Século XIX” in LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Direitos e Justiça no Brasil*, p. 101-128.

³⁵⁵ AZEVEDO, 1987.

³⁵⁶ *Jornal do Commercio*, 16/02/1838, p. 3.

³⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 23/01/1837, p. 3.

vadiação, quem o pegar dirija se a rua do Sabão 347, que se gratificará.³⁵⁸
(grifo nosso)

Ha quinze dias pouco mais ou menos fugio hum moleque de nação Cabinda, por nome Felipe, alto, magro, rosto comprido e agudo, de idade de 20 annos pouco mais ou menos, qualquer Sr. capitão do matto que o levar no Largo do Paço casa n.8, receberá gratificação do seu trabalho ou outra qualquer pessoa que faça esse obsequio, ele anda pelas ruas da Cidade *só vadiando* e não fora.³⁵⁹

Fugio Quarta feira 7 de Outubro de 1835, hum preto crioulo de nome Simão, côr fula, alto, rosto comprido, com bons dentes e mui claros, olhos regulares e boca grande; foi escravo de Joaquim José Telles, comprado ainda ha 3 mezes; he *muito vadio e pronostico*. Quem o apprehender leve-o a seu senhor, na rua da praia do Peixe n.25, na certeza de ser bem gratificado.³⁶⁰
(grifo nosso)

Fugio, no dia 25 de maio ultimo, hum preto de nome Crispim, de nação Mina, *consta que anda vadiando* pelos arredores das Laranjeiras. Quem o levar á rua do Ouvidor n.60, receberá alviças.³⁶¹ (grifo nosso)

Dessa forma, a contradição entre a ideia de vadiagem que se queria associar ao negro e a experiência de trabalho da maioria dos libertos se reflete mesmo nos pequeninos anúncios de fuga. Pela frase “*he natural que este preto esteja trabalhando em alguma loja ou casa*” se expõe uma realidade que os projetos de imigração e branqueamento queriam esconder: a maioria desses homens e mulheres negras não identificavam a liberdade ao não trabalho, mas a um trabalho que significasse melhores condições de vida. Porém, o estigma continuava, Romão, mesmo trabalhando em seu ofício, era chamado de vadio pelo senhor.³⁶² Desse modo, em razão dessa grande mobilização para identificar o negro à vadiagem, até os quatro anúncios em que os anunciantes afirmavam que os escravos eram “vadios” precisam ser olhados com desconfiança, principalmente, porque, à revelia da imagem pejorativa do fugitivo que o senhor procurava divulgar, 241 anúncios julgavam natural a inserção do negro no mundo do trabalho.

Nos anúncios analisados tivemos o cuidado de não afirmar sobre as reais motivações dos comportamentos dos escravizados, alargando os horizontes de possibilidades. Dessa forma, a “ambivalência dialética”³⁶³ foi essencial em nosso modo de interpretar as fontes. Por isso, quando tratamos de uma carta de alforria, ela pode ser

³⁵⁸ *Jornal do Commercio*, 07/04/1830, p. 4.

³⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 16/10/1830, p. 3-4.

³⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 10/10/1835, p. 3.

³⁶¹ *Jornal do Commercio*, 06/06/1840, p. 4.

³⁶² “Que não tem officio, vagabundo.” Pinto, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/diccionario-da-lingua-brasileira/?q=vadio> Acesso: 10/10/2021.

³⁶³ THOMPSON, 2001. p. 252.

interpretada como uma concessão dos senhores ou como uma conquista, resultado de esforços dos escravizados. Por outro lado, a fuga pode ser uma negação do sistema por parte de um cativo, mas também pode ser uma tentativa de ter mais autonomia, sem que se negue a escravidão.³⁶⁴ Ao apresentar as diferentes formas de fuga desses escravizados, adotamos a mesma premissa de Chalhoub

[...] esses negros agiram de acordo com lógicas ou racionalidades próprias, e que seus movimentos estão firmemente vinculados a experiência e tradições particulares e originais – no sentido de que não são simples reflexo ou espelho de representações de “outros sociais”.³⁶⁵

A partir de uma análise quantitativa tivemos acesso a repetições de estratégias entre os fugitivos, enquanto que por uma análise qualitativa exploramos as tensões entre a condição jurídica do escravo - que permitia, inclusive, a existência dos anúncios – e a realidade da sua agência que, pela fuga, procurava transformar a sua existência. Apesar de nem todos lutarem diretamente contra a ordem escravista, lutavam por alguma autonomia, vida familiar, melhor tratamento como maneiras de tornar suas vidas suportáveis.

No quadro de uma cultura escravista na qual a imprensa, os anunciantes e os seus leitores compartilhavam os códigos indicativos da mercantilização de pessoas, o fugitivo deixava os traços de sua humanidade mesmo nos adjetivos negativos, tais como, “dissimulado”, “bêbado”, “humilde” ou “fiel”. Além disso, esse sujeito impunha a esses anúncios, as referências aos seus amigos, família e conhecidos, às suas atividades profissionais e às suas várias estratégias para alcançar os seus objetivos. Sem negar a concepção de propriedade como algo constituidor da escravidão, tentamos complexificar as relações e entender algumas dinâmicas da cultura escravista através do discurso em torno do cativo. Assim, o discurso desses anúncios – parte importante da engrenagem escravista – exprime as tensões entre o anseio dos senhores em transformar os negros em mercadoria e a resistência dos escravos que procuravam mudar a sua condição.

No próximo capítulo, o objetivo é apresentar os contextos de maior ocorrência dos anúncios de fuga e analisar as possíveis conexões entre esse aumento e as crises políticas.

³⁶⁴ O trabalho de Sidney Chalhoub foi essencial para essa análise. CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade...* op. cit. p. 23.

³⁶⁵ *Ibidem.* p. 42.

3 Números de anúncios de fugas e os debates sobre o “perigo negro” nas páginas do *Jornal do Commercio*

José Joaquim Pereira, morador na sua fazenda dos Pinheiros, Curato do Rio Claro, da Villa de S. João do Príncipe, desta província, tendo já feito alguns annuncios por esta Folha, sobre três escravos que lhe fugirão em 12 de Setembro do anno próximo passado, por se terem levantado contra seu Sr., novamente faz saber que ainda lhe faltão os mesmos escravos, rogando aos Srs. fazendeiros, autoridades competentes e pedestres, fação as diligencias, a fim de serem presos os taes escravos, *como cabeças de revolução e perigosos entre a mais escravatura*, onde eles se acharem acoutados. E renova a promessa de 100\$ rs. por cada hum [...].³⁶⁶ (grifo nosso)

Em 1836, José Joaquim Pereira, senhor dos escravos fugidos, afirmava que os cativos eram cabeças de revolução e perigosos, alertando que se “levantaram” contra ele. Não sabemos se é ou não verdadeira essa informação, mas como foi publicada num período em que a elite estava sobressaltada pela Revolta dos Malês, ocorrida um ano antes, provavelmente esses escravos não tiveram o benefício da dúvida. O que importa neste caso é que o senhor fez questão de mostrar a periculosidade dos cativos, alarmando as autoridades e qualquer pessoa que os tivesse encontrado, além dos leitores e eventuais proprietários, difundindo os pressupostos dessa cultura que interpretava o escravo como inimigo social. Os proprietários reafirmavam os cativos como perigosos que não podiam ser acolhidos por pessoas livres. *Mas que revolução era essa a que o senhor aludia?*

Neste capítulo, voltamos o nosso olhar para o levantamento quantitativo dos anúncios de fuga publicados no *Jornal do Commercio* entre os anos de 1827 até 1850, no sentido de identificar os períodos de maior incidência de publicações. Além disso, nos debruçamos sobre os artigos e editoriais do jornal em alguns desses períodos, no sentido de sugerir uma reflexão sobre as possíveis conexões entre esses dados e os seus respectivos contextos políticos e sociais. Vale ressaltar que foi a abordagem quantitativa dos anúncios que nos levou à escolha dos contextos analisados e não o inverso. Além disso, é importante reiterar que estamos analisando o número de anúncios de fuga e não a quantidade de fugas em si.

Para Reis e Silva, as fugas e revoltas ocorriam com mais frequência em momentos que pareciam que os homens brancos estavam divididos.³⁶⁷ Desse modo, é plausível considerar que os escravizados tivessem percepção de momentos de crise e ruptura que poderiam beneficiá-los, uma vez que não seriam o foco de atenção. Para os

³⁶⁶ *Jornal do Commercio*, 28/04/1836. p. 4.

³⁶⁷ REIS, J.J.; SILVA, E. Op. cit, p. 10.

autores, as rebeliões aconteciam em momentos de relaxamento no controle, que ocorriam, por exemplo, durante feriados religiosos, com destaque para o Natal.³⁶⁸ Das 25 revoltas e conspirações da Bahia, no século XIX, 8 foram planejadas em períodos de festas, entre dezembro e fevereiro.³⁶⁹

Além disso, as ideias liberais, movimentos de independência e revoltas regionais, formaram um ambiente propício para fuga e até para a constituição de quilombos. Esses agrupamentos também podiam aumentar nos períodos de crise, tornando-se uma alternativa para os escravizados que fugiam.

Conscientes dos momentos de crise política, podiam aproveitar da relativa frouxidão na vigilância para apostarem na fuga³⁷⁰ Para o historiador Marcus Carvalho “não é possível entender a existência de negros rebeldes atacando os arredores do Recife, sem a referência às divisões políticas das elites em 1817, 1821-1822, 1824, 1831 ou ainda à Cabanada (1832-1835).”³⁷¹

Muitos estudiosos do tema afirmaram os maus-tratos como principal justificativa para um escravizado fugir. José Alípio Goulart, por exemplo, apresentou os castigos e trabalhos excessivos como os primordiais motivos de evasão. Para ele, os fugitivos não tinham um ideal de liberdade, muito menos ambição de ter uma vida como livres, pois a fuga significava tornar-se um marginal nas matas. Segundo o autor: “o escravo foragido transmutava-se de elemento produtor e ordeiro em consumidor e desordeiro: peso morto no cômputo da produção global”.³⁷²

Vimos anteriormente que esses não eram os únicos motivos. A mudança na rotina de trabalho; o tratamento do senhor ou feitor; os conflitos com outros escravizados; quebras de costumes e “direitos” anteriormente reconhecidos; proibição dos batuques; a separação de sua família por uma venda são algumas das inúmeras causas alegadas para as fugas. O cativo era mais “aceitável” quando existia a possibilidade de negociação. Diante da impotência dos escravizados, a fuga se tornava uma opção para alguns. Além disso, nem todos os cativos viviam isolados nas matas, como afirma o autor. Em sua maioria, tinham relações de compadrio, proteção de

³⁶⁸ Ibidem; p. 121.

³⁶⁹ Reis, J. J. (1996). Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, (28), 14-39. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28>. p. 14-39. p. 31.

³⁷⁰ Ibidem. p. 8.

³⁷¹ Idem.

³⁷² GOULART, 1972. passim.

pessoas livres e continuavam trabalhando,³⁷³ porém em outras condições que consideravam “justas”.

Apesar das revoltas e insurreições serem menos comuns, os senhores, ainda assim, viviam amedrontados com a sua simples possibilidade, projetando para qualquer ação dos escravos um plano de rebelião. Esse temor era alimentado pela constante referência à Revolução do Haiti, no início da década de 1790, única revolução de escravos bem-sucedida, no sentido em que resultou na criação de um Estado Negro nas Américas. O chamado “haitianismo” foi mencionado inúmeras vezes pela elite senhorial para alertar sobre a influência política desse movimento sobre os escravos no Brasil.³⁷⁴

No período da Independência, era comum o discurso patriótico sobre a necessidade de que o Brasil se libertasse da escravidão imposta por Portugal aos brasileiros, mas o risco desse discurso dos brancos era de que ele fosse traduzido pelos escravos em causa própria³⁷⁵. Se os brasileiros se libertavam da escravidão portuguesa, por que eles não poderiam se libertar de seu cativeiro? Assim, esses assuntos sobre direitos do homem e liberdade, “além de desmascarar a hipocrisia dos brancos, que conciliavam esses princípios com a escravidão, revelaram aos cativos que eles estavam em crise.”³⁷⁶

Além disso, como os momentos de crise política eram também momentos que colocavam maiores dificuldades para o controle sobre a circulação das pessoas no espaço urbano, acreditamos na importância de nos determos nos contextos políticos e sociais em que ocorreram o aumento da publicação de anúncios de fuga.

Consideramos como períodos que evidenciam o aumento das publicações de fuga, aqueles em que um ano de maior incidência de anúncios é precedido de um número menor e seguido pelo decréscimo no ano seguinte. Desse modo, conforme o gráfico abaixo, esses anos com maiores picos de anúncios, seriam 1830, 1833, 1837, 1842 e a partir de 1846.³⁷⁷

³⁷³ GOMES, 2015. p. 20.

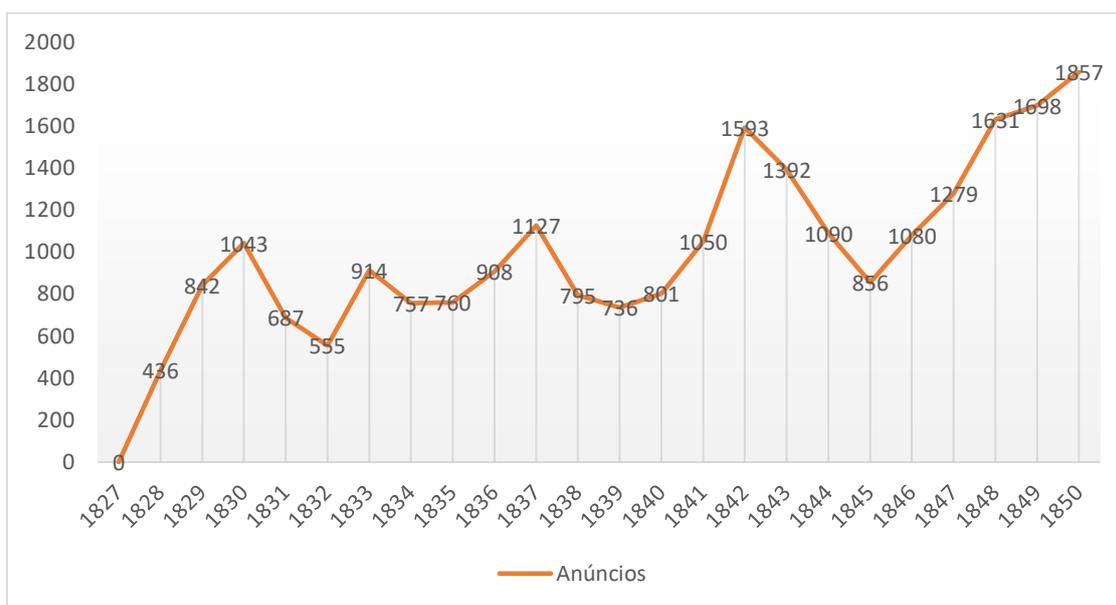
³⁷⁴ REIS, 2000. p. 5.

³⁷⁵ Ibidem. p. 7.

³⁷⁶ REIS, 1996. p. 27.

³⁷⁷ Com exceção dos anos a partir de 1847 que projetam uma curva ascendente. Mesmo que em alguns anos o número de publicações tenha crescido mais do que os que selecionamos para analisar (por exemplo: no ano de 1828 para 1829, a diferença é de 406 anúncios, em comparação com 1829 para 1830, que é de 201 anúncios) para essa pesquisa, a queda posterior se torna mais relevante.

Gráfico 2 - Anúncios de escravos fugidos



Fonte: construído a partir dos anúncios retirados do *Jornal do Commercio*, 1827-1850.

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.

Antes de aprofundar a análise de cada uma dessas conjunturas, convém caracterizar todo esse período, entre 1827 a 1850, pela referência a fatores de instabilidade social e política tais como Abdicação, as revoltas regenciais, as disputas em torno da maioria, além das polêmicas discussões e disputas em torno da proibição do tráfico negro.

O período entre a renúncia de D. Pedro I e o final das regências (1831-1840) foi um momento de ampla participação popular e ampliação da esfera pública. Normalmente visto como um período de desordem, atualmente sabemos o quão significou na história brasileira, reconhecido como um “grande laboratório” para a construção da nação. Segundo Marco Morel, diversos assuntos foram colocados em discussão neste período

[...] monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberalismos em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes fórmulas de organização de Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias), conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes [...]³⁷⁸

Desse modo, o enfraquecimento da centralização e da própria monarquia, em razão da minoridade do monarca, gerou uma “explosão da palavra pública” que

³⁷⁸ MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Zahar, 2003. p. 9.

explicitava a pluralidade de pensamentos e de projetos políticos para a jovem nação. Em um inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro produzido por Marcello Basile e Marco Morel, constatou-se que a Regência foi o período com a maior publicação de jornais, contabilizando 215, 46,64% do total de periódicos, seguida pelo Segundo Reinado com 155 jornais (33,62%) e o Primeiro Reinado com 68 (14,75%)³⁷⁹

Somente no ano de 1823, 30 jornais estavam em circulação no Rio de Janeiro, diminuindo para 23 no ano seguinte, 13 em 1825, aumentando para 31 em 1826, 26 em 1827 (sendo *Jornal do Commercio* um deles), dando um salto em 1828, 1829 e 1830, com 48, 49 e 52 jornais respectivamente.³⁸⁰ Apesar disso, durante o período regencial, apenas 6% dos jornais tiveram mais de 300 edições e apenas 2% ultrapassaram o número 1.000 edições.

O que caracterizava a imprensa brasileira neste período era a publicação de pasquins, jornais de curta duração, muitas vezes publicados apenas para se posicionar em determinadas conjunturas, não tinham periodicidade certa, com linguagem simples, direta e muitas vezes ofensiva.

Esse momento relativamente curto, foi permeado por conflitos e revoltas de todos os tipos, com a participação das mais diversas classes sociais, inclusive, os escravos. Essa participação dos cativos, fez com que o medo da elite se instaurasse e as medidas de repressão fossem mais duras.

Vale ressaltar que no nosso levantamento, os anúncios de quilombos foram publicados justamente na década de 1830, no período regencial. É possível estabelecer uma relação entre esse contexto político e o aumento de anúncios de fuga? Apesar da dificuldade em se estabelecer relações de causa e efeito, é possível conjecturar que certos contextos pareciam mais propícios, pois esses escravos - que fugiam individualmente - escolhiam certos anos em detrimento de outros. Talvez tivessem a mesma percepção e leitura sobre os momentos propícios.

O fim da regência foi marcado pelo plano articulado para a maioria de Pedro de Alcântara que se tornou D. Pedro II, instaurando o longo Segundo Reinado, dando lugar a disputa entre liberais e conservadores pelo poder.

A discussão sobre o tráfico de escravos perpassou todo o período, tanto na Regência como no Segundo Reinado. Nas discussões sobre proibição ou não do

³⁷⁹ BASILE, 2014. p. 41.

³⁸⁰ BASILE, Marcello. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 1. 152p. p. 21-22.

comércio negreiro, percebemos os ânimos exaltados, pois qualquer tipo de intervenção no poder dos senhores era malvista. A presença de africanos era reconhecida como um perigo, o fantasma do Haiti rondava. Entretanto, os senhores optaram por continuar a exploração de sua mão de obra.

Dentro desse quadro caracterizado pela instabilidade política e de tensões sociais, o primeiro período de aumento de anúncios de fuga identificado foi o ano de 1830, ano que antecede a Abdicação de Pedro I, mas já marcado pela disputa política entre o Legislativo e o poder do Imperador. Todas as tensões, conflitos e divisões no mundo dos proprietários de escravos já estavam presentes no ano de 1830.

Em meio à forte rejeição ao seu governo, o imperador D. Pedro I abriu a Assembleia Geral no dia 3 de maio de 1830 com o seguinte discurso, publicado pelo *Jornal do Commercio* no dia seguinte:

[...] Eu me congratulo com vosco pelo socêgo, que reina em todas as Provincias do Imperio.

[...] Vigilante e Empenhado em Manter a boa ordem, he do Meu mais rigoroso Dever Lembrar-vos a *necessidade de reprimir, por meios legaes, o abuso, o que continua a fazer-se Liberdade da Imprensa em todo o Imperio*. Semelhante abuso ameaça grandes males; á Assembléa cumpre evita-los. [...]

O Trafico da escravatura cessou, e o Governo está decidido a empregar todas as medidas, que a Bôa Fé, e a Humanidade reclamão para evitar sua continuação debaixo de qualquer fórmula, ou pretexto que seja: por tanto Julgo de indispensável necessidade Indicar-vos que he conveniente facilitar a entrada de braços uteis. Leis que authorisem a distribuição de terras incultas, e que afiancem a execução dos ajustes feitos com os Colonos, serão de manifesta utilidade, e de grande vantagem para a nossa indústria em geral. [...]

Augustos o Dignissimos Senhores Representantes da Nação, conto com a Vossa cooperação. Mostrai que sois Brasileiros, que só tendes em vista o interesse geral do Brasil, a consolidação do Systema Monarchico Constitucional Representativo, e o Explendor do Meu Imperial Throno.³⁸¹ (grifos nossos).

Nessa Fala do Trono, o imperador toca na questão do fim do tráfico de escravos, tema muito sensível e que causava discordâncias. Além disso, pedia medidas repressivas contra a imprensa, contribuindo ainda mais para sua fama de autoritário, tornando seu apoio escasso. O fato de D. Pedro I ser português causava incômodo e servia como justificativa aos seus opositores.³⁸² A rivalidade entre portugueses e brasileiros se acirrava a cada dia, inclusive, pelo temor de uma recolonização. Para piorar a situação, a economia não andava bem: inflação, carestia, falsificação de moedas, dívida externa, pressão inglesa para o fim do tráfico de africanos e a derrota na

³⁸¹ *Jornal do Commercio*, 04/05/1830. p. 1-2.

³⁸² MOREL, 2003. p. 12.

Guerra da Cisplatina³⁸³ aumentaram a impopularidade de D. Pedro I. Logo, os movimentos de rua se fundiram à dinâmica do Parlamento.³⁸⁴

Toda essa tensão aumentou durante o ano de 1830, até que, no início de 1831, diversos conflitos eclodiram no Rio de Janeiro. O antilusitanismo³⁸⁵ exacerbado tornou-se motivo da conhecida Noite das Garrafadas, estopim para a Abdicação. Apesar de tentar amenizar a situação com um novo ministério, o imperador não tinha mais força política para tal. O 7 de abril, renúncia de D. Pedro I em favor de seu filho, foi utilizado em diversos momentos, com inúmeras interpretações, para ressaltar a “verdadeira” independência do Brasil, o poder e a liberdade dos brasileiros. Assim ocorreu na nomeação da Regência provisória, na Revolução Farroupilha e em outras ocasiões em que o “novo tempo” era mencionado.³⁸⁶

Nesse momento, os jornais inflamavam a animosidade contra D. Pedro I. Até mesmo Pierre Plancher, fundador do *Jornal do Commercio*, “não vacilou diante da queda de seu protetor”³⁸⁷ e mudou o nome de sua tipografia para Tipografia Constitucional de Seignot-Plancher, retirando o título de Imperial. Assim, fica explícito que o Jornal acompanhou as tendências da conjuntura, mas sem deixar seus interesses de lado.

Se por um lado, a instabilidade política que precede a Abdicação pode ter propiciado um aumento das fugas no ano de 1830, é preciso tentar compreender porque no ano de 1831 ocorreu uma queda brusca dos anúncios, queda de mais de 350 publicações. O que pode ter influenciado esse decréscimo?

³⁸³ Conflito envolvendo Brasil e Argentina em uma disputa pelo território que hoje corresponde ao Uruguai. “Logo após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade com Portugal, em 29 de agosto de 1825, o Brasil meteu-se em um conflito com as Repúblicas Unidas do Rio da Prata pelo controle da região da Cisplatina com o objetivo claro de firmar sua soberania como nação. [...] O Brasil, porém, subestimou a capacidade dos portenhos, e o conflito arrastou-se por mais de três anos, o que trouxe grande desgaste para o governo. Diante dos impasses e das sucessivas derrotas e reverses do exército imperial, o governo foi obrigado a assinar um tratado com Buenos Aires e admitir a criação de um novo país na região, o Uruguai.” RIBEIRO, Gladys S.; e PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *Coleção Brasil Imperial*, 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 157.

³⁸⁴ Ibidem. p. 154.

³⁸⁵ Para Marcello Basile: “o antilusitanismo era elemento importante da cultura política brasileira, largamente explorado pelos exaltados. Associados ao absolutismo, à alta do custo de vida e à disputa no mercado de trabalho, os portugueses sofreram forte perseguição, retribuindo na mesma moeda aos brasileiros, a quem chamavam, na metáfora racial da época, de *cabras* ou *pés-de-cabra*”, em troca da alcunha de *chumbos* ou *pés-de-chumbo*.” BASILE, 2001. p. 75.

³⁸⁶ GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo H. (Org.). *O Brasil Imperial*, vol. 2: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 19.

³⁸⁷ MOREL, 2003. p. 49.

Em 7 de abril de 1831 aconteceu a renúncia e, para evitar o vazio de poder, logo foi constituída a Regência Trina Provisória composta por Francisco de Lima e Silva³⁸⁸, Nicolau Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos. Esse triunvirato durou pouco mais de 60 dias³⁸⁹ e significou a chegada do grupo dos *moderados*³⁹⁰ ao poder, tendo como oposição os *liberais exaltados* e o novo grupo dos *caramurus*, o último formado por defensores do modelo político e autoritário do Primeiro Reinado.³⁹¹ Em 17 de junho, formou-se a Regência Trina Permanente, composta pelo general Lima e Silva novamente, e os deputados José da Costa Carvalho e José Bráulio Muniz. Destarte, o general Lima e Silva teve centralidade no período das regências, ou seja, representou uma militarização do poder.³⁹² O padre Diogo Feijó, então ministro da Justiça, criou a Guarda Nacional, conhecida como milícia cidadã³⁹³ que “fundamentava-se no princípio liberal de confiar a segurança pública da nação aos seus cidadãos proprietários”³⁹⁴, voltada “para o fortalecimento dos proprietários e senhores locais e do poder central”³⁹⁵. Tomou outras medidas como: a proibição de ajuntamentos, “suspendeu a fiança para crimes contra a ordem pública e reforçou a autoridade dos juízes de paz”.³⁹⁶

Essas questões são importantes, pois podem nos ajudar a entender o decréscimo dos anúncios publicados no ano de 1831, apesar dos abalos na Corte³⁹⁷ e em outras

³⁸⁸ Pai do futuro Duque de Caxias.

³⁸⁹ MOREL, 2003. p. 26.

³⁹⁰ Existiram três grupos no período regencial: *Exaltado*, *Moderado* e *Restaurador*. Os primeiros também chamados de *jurujubas* e *farroupilhas* defendiam a participação popular, o federalismo e descentralização, além de condenarem a escravidão (abolição de forma gradual). Os *Moderados*, chamados de chimangos pelos adversários, ansiavam por um Estado forte e centralizador, liberdade limitada e a recusa do absolutismo, seu lema era a moderação. Esse grupo foi o que se manteve no poder político nas regências. A última facção chamada de *Restauradora* ou *Caramuru*, era antiliberal, que valorizava a supremacia monárquica, sendo associada ao retorno de D. Pedro I. MOREL, 2003. p. 32-38.

³⁹¹ De acordo com a interessante biografia do liberal exaltado Ezequiel Corrêa dos Santos, “seu grupo sentiu-se traído na recomposição do poder por seus antigos aliados moderados, passando a ser por estes perseguido e percebendo que as principais reformas políticas e sociais que pleiteava não seriam assim implementadas, passou a ver na Regência moderada uma continuidade do famigerado governo absoluto”. BASILE, 2001. p. 22 e 29.

³⁹² MOREL, 2003. p. 27.

³⁹³ “O serviço era obrigatório a todo cidadão brasileiro maior de 18 anos e menor de 60 anos, com renda para ser eleitor (Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís) ou votante (demais municípios); estavam isentas apenas autoridades administrativas, judiciárias, policiais, militares e religiosas. Até 1837, os oficiais eram eleitos por quatro anos pela própria tropa, sem qualquer critério distintivo, e, se não reeleitos, voltavam às fileiras. O serviço não era remunerado, e os milicianos ainda custeavam seus uniformes e a manutenção de suas armas e equipamentos, prestando também eventuais contribuições pecuniárias.” BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). O Brasil imperial, v. 2 (1831-1870). 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, p. 53-119. p. 74.

³⁹⁴ BASILE, 2001. p. 40.

³⁹⁵ MOREL, 2003. p. 29.

³⁹⁶ BASILE, 2001. p. 91.

³⁹⁷ No Rio de Janeiro, ocorreram 5 levantes em 1831. BASILE, 2001.

províncias. Com a justificativa de convulsão social e anarquia, medidas repressivas eram acionadas pelos regentes e senhores de escravos.

Outro fator relevante que pode ter influenciado nesta queda foi a lei de 1831, uma das primeiras leis da Regência, fruto da pressão inglesa. Nesse ponto vale a pena aprofundar a discussão sobre a lei e o seu possível impacto no número de fugas de africanos livres nos anos subsequentes. Nos anúncios mapeados, encontramos 93 pessoas descritas como “africanos livres”³⁹⁸

A lei de 1831, além de proibir o tráfico de escravos criava comissões mistas para o julgamento das embarcações apreendidas, quando, então, os africanos recebiam o status de africanos livres. Apesar do comércio não ser considerado pirataria, os traficantes, tripulantes e senhores que comprassem os escravos tinham penas rigorosas.

Os africanos que entravam no Brasil ilegalmente não ficavam livres, pois a elite acreditava que se entregariam à ociosidade. Assim como os indígenas, eram reconhecidos como incapazes de se autogovernar, ficando então sob a tutela do Estado, responsável por sua educação para a liberdade por um período determinado. Ou seja, esses homens, mulheres e crianças foram submetidos a regimes de trabalho compulsório, em tese por 14 anos, mas muitos ficaram por mais tempo.³⁹⁹

De acordo com Beatriz Mamigonian, 11 mil pessoas viveram como “africanos livres” no período de 1819 e 1865 no Brasil inteiro, “enquanto o tráfico ilegal trouxe, só entre 1830 e 1856, 800 mil pessoas.”⁴⁰⁰ Dessa maneira, poucas pessoas viveram sob essa “proteção” do Estado. Nos anúncios mapeados encontramos 93 pessoas descritas como “africanos livres”⁴⁰¹. Portanto, o número que encontramos em apenas 5 anos nos anúncios de escravos fugidos em um jornal no Rio de Janeiro é bem relevante.

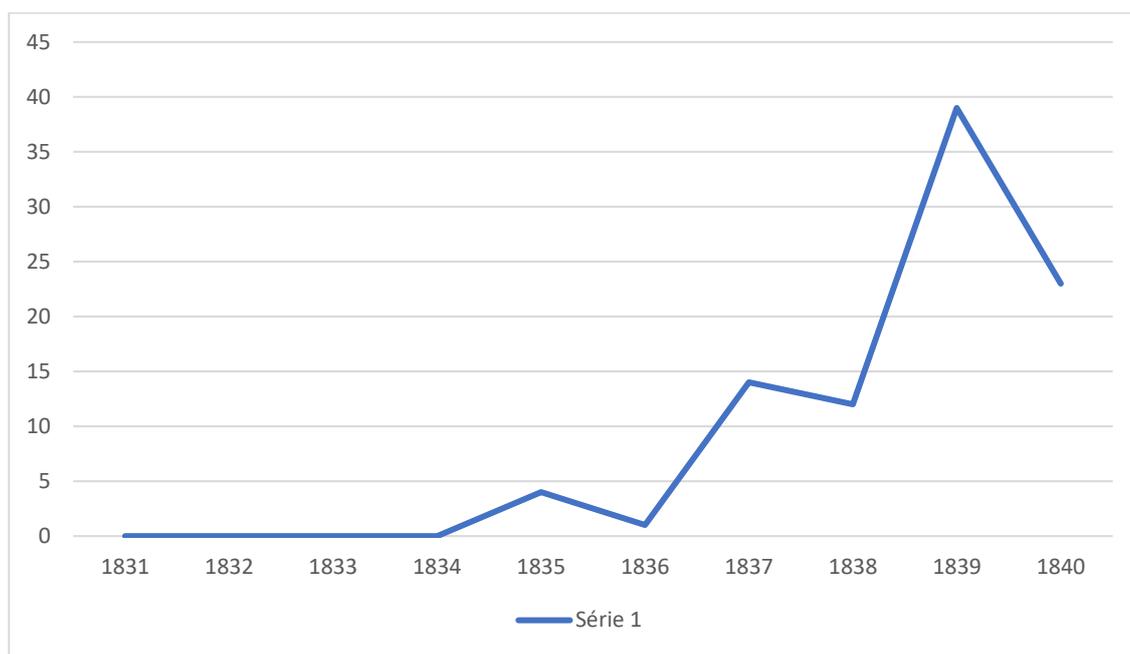
³⁹⁸ Contém repetição de anúncios neste total.

³⁹⁹ MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 1. 600p.

⁴⁰⁰ MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos livres - Dicionário da Escravidão e Liberdade*, Org. Lilia Schwarcz e Flavio Gomes. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Verbete). p. 71.

⁴⁰¹ Contém repetição de anúncios neste total.

Gráfico 3 - Africanos livres nos anúncios



Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Último acesso: 03/03/2022.

Vejam os alguns anúncios:

FUGIO, no dia 5 do corrente, o Africano livre por nome João, de nação Congo, que estava entregue em confiança ao capitão de municipais permanentes, Marcolino Joaquim Ferreira e Castro, na conformidade das instruções do governo, de 29 de outubro de 1834 [...].⁴⁰²

DESAPARECEU, no dia 18 de novembro do corrente, a Africana livre de nome Paula, pertencente ao carregamento do brigue escuna Feliz, cujos serviços foram concedidos á D. Anna Matildes de Sá, residente no cosme Velho n.12. [...] a anunciante protesta com todo o rigor da lei contra quem a tiver acoitada, e gratificar-se-há a quem a apprehender e levar á casa do n. acima.⁴⁰³

ROUBARÃO ou fugio da casa de José Alves Pinto Campello, rua dos Invalidos n. 80, hum moleque de nome Fulgino, nação Angola, ainda buçal, de idade de 10 annos [...] he livre, e seus serviços foram dados em confiança, no dia 16 de Março do corrente anno, segundo as instruções do Governo, de 29 de Outubro, e Portaria do 1º de Dezembro de 1834: quem delle souber e o entregar, receberá alviçaras, e pelo contrario se protesta com todo o rigor das Leis, pois já se derão as necessárias providencias: adverte-se que faltou das 8 as 9 horas da noite do dia 28 do corrente.⁴⁰⁴

DESAPARECEU no dia 11 do corrente, a huma hora da tarde, pouco mais ou menos, huma negrinha de nome Apolinaria, de nação Angola, idade dez annos. Adverte-se que esta negrinha he dos Africanos libertos. [...].⁴⁰⁵

No anúncio era comum o proprietário afirmar que estava se referindo a um africano liberto e que estava agindo em conformidade com as instruções do governo ao utilizar seu serviço. A instrução de 29 de outubro de 1834 era a que autorizava o uso de

⁴⁰² *Jornal do Commercio*, 09/10/1839/ 00239. p. 4.

⁴⁰³ *Jornal do Commercio*, 29/11/1839/ 00289. p. 4.

⁴⁰⁴ *Jornal do Commercio*, 07/05/1835/ 00100. p. 4.

⁴⁰⁵ *Jornal do Commercio*, 18/12/1835/ 00280. p. 4.

africanos livres por particulares.⁴⁰⁶ O número elevado de anúncios de fuga desses trabalhadores talvez fosse para resguardar os senhores que eram responsáveis pela tutela, tendo prova do desaparecimento. Diversos africanos livres fugiam quando o prazo estipulado de serviço havia expirado. Não é o caso das publicações apresentadas, pois as evasões ocorreram poucos anos após a promulgação da lei. Ou seja, esses africanos descontentes com seu status, podiam ter resolvido fugir após um período de reconhecimento do lugar.

Além disso, os escravizados tinham uma leitura própria das leis. João José Reis enfatiza como esse regimento foi interpretado pelos escravos de Campinas em 1832. Vale reproduzir o depoimento do escravo crioulo Francisco

“Disse que no domingo, indo de recolhida para o Sítio encontrando-se na sahida da villa, com Joaquim Ferreiro escravo do capitam Joaquim Teixeira, entrando com elle em conversa, elle Reo dicera ‘ora Joaquim [...] os negros já não vem para o Brazil, não seria justo que nos dessem tão bem a liberdade?’ ao que lhe respondera o Joaquim, que alguma coisa disso há de acontecer.”⁴⁰⁷

Essa reação se repetiu também com a lei de 1850, no Espírito Santo.⁴⁰⁸ Destarte, os escravos interpretavam as leis e as notícias que chegavam a seu conhecimento de acordo com os seus interesses, “faziam política, embora não naquele sentido convencional que estamos acostumados a imaginar o que deva ser política.”⁴⁰⁹ Percebemos que nos períodos anteriores à promulgação das leis antitráfico, as publicações sobre fugas saltaram, como no caso de 1830, 1848-1849.

A partir da década de 1830, a produção de café se expandiu, tomando o lugar do açúcar na produção nacional. O vale do Rio Paraíba do Sul, se transformou no Vale do Café, e, em decorrência disso, a importação de africanos escravizados aumentou drasticamente. Apesar disso, a posse dos escravos se “distribuiu por diferentes faixas de riqueza”⁴¹⁰, não apenas nas mãos dos proprietários de grandes fazendas⁴¹¹.

⁴⁰⁶ DE ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. “As vantagens e doçuras inapreciáveis da liberdade”. Africanos livres, arrematantes particulares e o trabalho compulsório, século XIX. *Revista Maracanan*, n. 28, p. 192-210, 2021. p. 195.

⁴⁰⁷ REIS, 2000. p. 10.

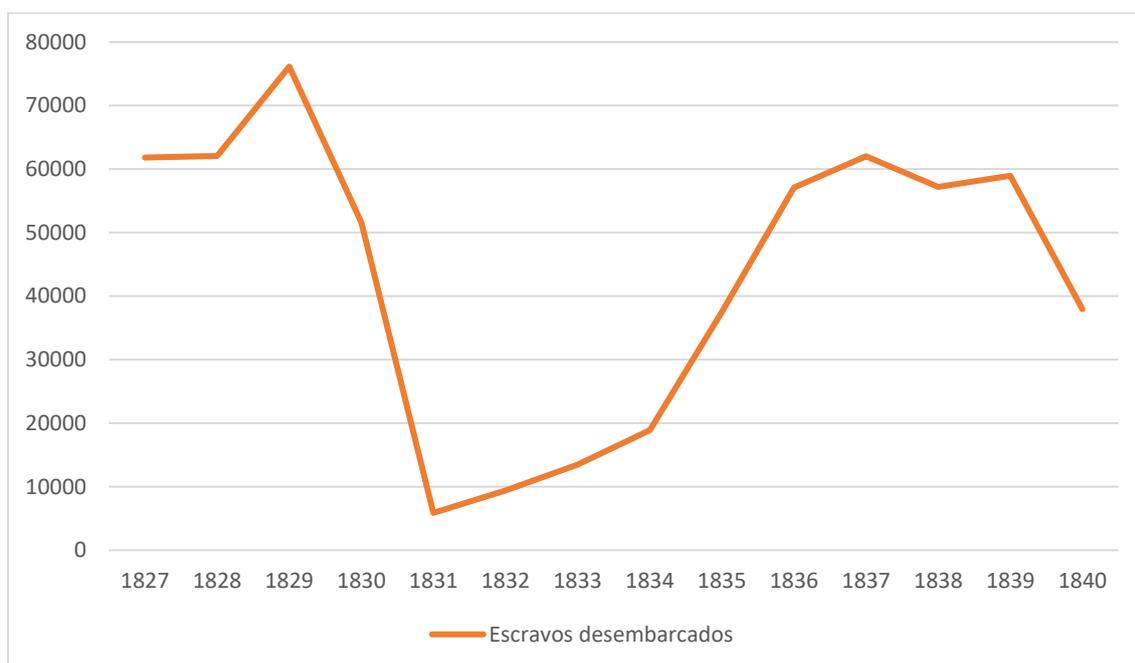
⁴⁰⁸ Idem.

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ MARQUESE, 2006. p. 119.

⁴¹¹ Percebemos isso na leitura dos anúncios, grande parte das publicações são de escravos urbanos.

Gráfico 4 - Tráfico negreiro no Brasil



Fonte: <https://www.slavevoyages.org> Acesso: 25/01/2022.

A partir do gráfico acima, temos acesso ao número de africanos desembarcados em todo o Brasil. Antes da promulgação da lei, vemos um número expressivo de desembarques, pois devido ao temor do fim desse comércio, os senhores, fizeram um verdadeiro “estoque humano”. Em 1831, fica clara a tentativa do governo de fazer cessar o desembarque de novos africanos no país. Portanto, segundo as mais recentes pesquisas sobre o assunto, a interpretação de que a lei tenha sido feita para “inglês ver” não se sustenta.⁴¹²

Desse modo, é plausível que o grande número de africanos desembarcados em 1829 e 1830 tenha se refletido no aumento dos anúncios de fugas e também na diminuição nos anos seguintes, com a menor quantidade de africanos novos. Apesar de alguns escravizados terem interpretado a lei de fim do tráfico como a extinção da escravidão -o que poderia ter aumentado a disposição para a evasão, com reflexos sobre o número de anúncios - é o inverso que se reflete no gráfico. A queda de anúncios de fuga parece ser proporcional à queda na entrada de africanos no país, corroborando o fato de que os africanos eram os mais presentes nos anúncios.

Quanto ao debate sobre o final do tráfico, a posição do *Jornal do Commercio* fica clara quando seus redatores publicaram em 1831 na primeira e segunda páginas um trecho de *Representação á Assembléa Geral, Constituinte e Legislativa do Brasil, sobre*

⁴¹² MAMIGONIAN, 2017. p. 58-59. PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. I. 373 p. p. 84-90.

a *Escravidura, de 1825* por José Bonifácio de Andrada. Com base no trecho, os redatores defenderam a posição de que o tráfico devia ser combatido, sustentando assim a decisão regulamentada pela regência. O texto era uma tentativa de convencer os lavradores de que com o uso de máquinas, o braço africano não era mais necessário. Portanto, não precisariam se preocupar com o fim do tráfico. Após a explanação, avisaram que publicariam outras partes do texto, esperando que surtisse algum efeito. Vale reproduzir:

Na época em que, pela extincção do trafico de escravatura, parecem desanimados os nossos lavradores, essa laboriosa, e importante porção da grande família Brasileira, não fará a nossa folha hum relevante serviço á Nação, mostrando á esses homens menos instruídos, e á quem huma política oppressôra por systema, mesquinha por ignorância, havia denegado pelo longo espaço de três séculos fornecer os meios conducentes não á levar rapidamente ao mais subido auge, porém melhorar ao menos, como competia, o mais importante ramo da prosperidade das Nações? Não será justo, que lhes mostremos, que bem longe de ficarem arruinadas as suas lavouras pela falta de braços africanos, huma nova vereda se lhes abre para em poucos annos levarem nas á maior aperfeiçoamento, á aquelle grau de prosperidade, que nunca tocario, se os nossos mattos continuassem á ser irreflectidamente derribados, e os campos mal trabalhados por esses desgraçados escravos? A lavoura do Brasil, feita por escravos boçaes e preguiçosos, não dá os lucros, com que os homens ignorantes, e os fantásticos se iludem. Se calcularmos o custo actual da aquisição do terreno, os imensos capitães empregados nos escravos, que o devem cultivar, o valor dos instrumentos ruraes, com que deve trabalhar cada hum d'esses escravos, sustento, vestuário, moléstias reaes, e affectadas, e seu curativo, as mortes numerosas filhas do máo tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos mattos, e quilombos e claro fica, que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno, ainda apesar da prodigiosa fertilidade das terras, como mostra a experiencia.⁴¹³

Percebemos então que, nessa conjuntura específica, o *Jornal do Commercio*, sempre governamental, se posicionava a favor do fim do tráfico, reconhecendo nos escravos um atraso e causa de inúmeros prejuízos⁴¹⁴. Os argumentos apresentados no trecho acima costumavam se repetir no discurso dos que defendiam a mesma posição. Já os senhores que defendiam a manutenção do tráfico, indicavam a falta de braços para o trabalho devido à incapacidade e preguiça dos negros libertos, imprestáveis para o uso nas fazendas. Outro fator era o preço elevado cobrado pelos traficantes por um cativo, tudo isso faria com que a lavoura entrasse em ruína.

⁴¹³ *Jornal do Commercio*, 05/02/1831. p. 1-2.

⁴¹⁴ Em 1832, a folha foi acusada de se “congrajar com os homens da administração existente” pelo *Aurora Fluminense* de Evaristo Veiga. Em sua defesa, o *Jornal do Commercio* afirmou: “O *Jornal do Commercio* respeita a Administração existente, mas sendo por sua qualidade huma folha independente, não tem rasão alguma para a cortejar. Em política geral, o *Jornal do Commercio* tem se pronunciado a favor do Ministerio passado, porque nelle julgava ser a força do Governo; porem nunca lhe tem adulado, e não faltavão as ocasiões [...] *União com o Governo legítimo foi, e sempre será a sua máxima*. Por este trecho parece confirmar a acusação, mas adiante afirma: “O *Jornal do Commercio* nunca foi, e nunca será um jornal de partido.” C.f: *Jornal do Commercio*, 21/08/1832. p. 2.

DOS ESCRAVOS.

A chaga do Brazil, a calamidade que pesa sobre este bello paiz é a escravatura; e comtudo, no actual estado de cousas, a *emancipação dos escravos seria uma desgraça para o paiz e para os proprios negros*. Este receio não resulta de um juizo premeditado, os factos o confirmão plenamente. *O pequeno numero de ladrões que se achão no Brazil são em geral escravos que obtiverão sua alforria*. Não é raro encontrarem-se negros que, na condição de escravos, mostravão-se bons, activos e trabalhadores, e que, uma vez *postos em liberdade, tornavão-se viciosos, beberroes, devassos e ratoneiros*. Não peçais a previdencia ao negro: elle vive do que ganha cada dia, e ninguem lhe póde fazer comprehender que, livre de seus ferros, deve trabalhar para viver; aborrece instinctivamente toda especie de trabalho, e *não apreccia a liberdade* senão porque esta lhe offerece a perspectiva do ocio. Para dizermos todo o nosso pensamento, *a raça negra nos parece pouco susceptivel de civilisação*. [...]

Temos a intima convicção de que, no estado actual das cousas, a emancipação dos escravos seria uma calamidade para o Brazil e para os proprios negros. Demais, não ha exemplos do que vem a ser as populações escravas quando são restituídas á liberdade? ahi está S. Domingos para attestar os tristes resultados de uma emancipação anticipada, e as possessões inglezas onde se restituiu a liberdade aos escravos tem perdido sua antiga prosperidade.⁴¹⁵ (grifos nossos)

Muitos leitores do *Jornal do Commercio* utilizavam esse espaço para denunciar a entrada de africanos ilegais nos portos; vários reclamavam da falta de humanidade deste negócio e outros apenas estavam preocupados com a presença de possíveis desordeiros.

Os Srs. Senadores recommendarão todo o cuidado em estabelecer huma policia costeira para evitar o trafico de carne humana, e hum d'estes Srs. disse, que sabia, que a dias certo Capitão não tendo aonde descarregar huma carregação de escravos, fez-se ao mar, *onde lançou todos!!!* Para poder demandar este porto....He tão inhumano este facto, que o deixamos sem reflexão alguma, bastando dizer, que desgraçadamente *he facto*, e que alguns outros Senadores e *confirmarão*.⁴¹⁶

- Segundo se depreende do *Recopilador* de Segunda feira, o trafico de escravatura tem continuado á despeito dos Tratados e rigor das Leis. Diz-se mesmo que os navios negreiros tem vindo descarregar na Praia Grande, e nos arredores desta Cidade. O certo he que de tempos á esta parte temos observado grande numero de pretos novos transitarem pelas ruas, e chegarem dos portos d'Africa – em lastro – e com 40 a 50 dias de viagem, bastantes navios com a nossa já com a bandeira Portugueza, e todavia todas estas provas, de que o commercio continua, não tem sido sufficiente para dispertarem as suspeitas dos nossos Guardas da Lei! Se isto acontece ás barbas do Governo, o que não irá por essas costas longiquas!!...⁴¹⁷

* * *

O segundo período de aumento do número de anúncios é o ano de 1833. Nesse ano ocorreram vários conflitos fora da Corte⁴¹⁸, entre eles, uma revolta de escravos em

⁴¹⁵ *Jornal do Commercio*, 27/10/1848. p. 2.

⁴¹⁶ *Jornal do Commercio*, 11/07/1832. p. 1.

⁴¹⁷ *Jornal do Commercio*, 21/01/1832. p. 1.

⁴¹⁸ Por exemplo, a Revolta da Fumaça, em Minas Gerais (1833), a Cabanada, em Pernambuco (1832-1835) e a revolta de Pinto Madeira no Ceará.

Minas Gerais, a Revolta das Carrancas que, segundo Morel, aconteceu quando os brancos estavam divididos no conflito denominado Revolta da Fumaça, “uma sedição civil-militar que destituiu o presidente da província e prendeu várias autoridades provinciais partidárias do liberalismo moderado”⁴¹⁹. Mas não foi somente nas províncias. Também nas ruas da cidade do Rio de Janeiro eclodiram movimentos contra a “possível” volta de D. Pedro I⁴²⁰ com o acirramento dos conflitos políticos entre as principais facções políticas: *liberais exaltados*, *liberais moderados* e *caramurus*, que se traduziu na ampliação do número de jornais circulando no Rio de Janeiro⁴²¹.

O outro ano em que registramos o aumento do número de anúncios de fugas foi o de 1837. Apesar dos anos anteriores terem sido conturbados em outras províncias⁴²², esses acontecimentos não parecem ter impactado na Corte, no que diz respeito aos anúncios de fugas que não apresentaram grande crescimento.

Em relação a esse período anterior a 1837, é importante ressaltar a Revolta dos Malês, em 1835, na Bahia, pelo impacto gerado em todo Brasil. Apesar do ano de 1835 não ter sido de ampliação do número de anúncios de escravos fugidos, ela teve bastante destaque no *Jornal do Commercio* que dedicou suas primeiras páginas ao tema, além de ter feito ressurgir os debates sobre o tráfico. Vale a pena nos aprofundarmos na questão.

A primeira notícia sobre a revolta foi esta, ainda sem detalhes

Dizem o Mestre e os passageiros da Sumaca Nossa Senhora do Carmo, entrada antes de hontem da Bahia, que no dia 25 do passado de madrugada houvera na Bahia hum levante de pretos, os quaes principiarão por atacar os quarteis, mas que forão batidos completamente ficando mais de 60 mortos; parece que a revolta tinha ramificações extensas e era dirigida por pessoa hábil á vista das proclamações que espalharão. No dia 1º do corrente em que esta embarcação sahio da Bahia reinava tranquilidade.⁴²³

O tom da notícia não é sensacionalista, nem alarmista, na tentativa de tranquilizar a população afirmaram que o problema estava resolvido. No mês seguinte, no dia 21 de março de 1835, o *Jornal* publicou uma mensagem da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro dirigida ao governo central por intermédio do presidente da província. Na mensagem, percebemos a preocupação de que a Corte fosse afetada pelos acontecimentos da Bahia devido à proximidade geográfica e “pelo número

⁴¹⁹ MOREL, 2003. p. 56-57.

⁴²⁰ MOREL, 2003. p. 77.

⁴²¹ MOREL, Marco; DE BARROS, 2003. p. 23.

⁴²² Em 1835, tivemos a Cabanagem, no Pará que dura até 1836 e no Rio Grande do Sul a Revolta Farroupilha até 1845. O padre Diogo Feijó foi eleito Regente Uno.

⁴²³ *Jornal do Commercio*, 09/02/ 1835. p. 2. Mensagem escrita no dia 17 de março de 1835 e assinada por M. J. de Souza França, José Clemente Pereira e Joaquim José da Silva.

desproporcional de escravos que emprega em sua extensa e opulenta lavoura, e já pela impolítica mistura de Africanos livres que entre nós se conservão”. O fantasma do Haiti então aparece:

A todos consta que as doutrinas Haitianas são aqui pregadas com impunidade; que todos os escravos são alliciados com o engodo da liberdade, e concitados por espíritos vertiginosos, nacionaes e estrangeiros, dentro e fora da Provincia para romper nas mesmas commoções, de que estão os da Bahia dando funestíssimo exemplo: que há na Côte sociedades secretas que trabalham systematicamente nesse sentido; que têm cofres para os quaes contribue grande numero de sócios de côr, livres e captivos; que desses cofres sahem os subsídios com que se entretêm e mantêm emissários, encarregados de propagar doutrinas subversivas pelos escravos das fazendas de lavoura, onde se introduzem a titulo de mascates ou pombeiros!! Os membros dessas sociedades, e seus fautores nacionaes e estrangeiros, são indigitados pela voz publica... e todavia parece que a administração policial da Côte ou tudo ignora, ou estranhamente descuidada dorme sobre a cratera do volcão!! E entretanto o incêndio já lavra perto da porta! [...]

[...] medidas oportunas e indispensáveis: 1º Que sem demora seja enviada para Campos a força policial pedida pelos juizes de Paz daquela Villa; 2º Que se prohiba desde já o impolítico desembarque de escravos ladinos vindos da Bahia, e mais portos do Norte para serem aqui vendidos; 3º Que seja vedada a entrada de Africanos libertos, de qualquer parte que eles venhão; 4º Que sejam exportados para fora da Provincia todos os Africanos apprehendidos pelas embarcações de guerra nacionaes ou estrangeiras, que forão julgados boa preza, cessando de huma vez a prejudicial e impolítica pratica de os arrematar, e distribuir pelos inautos morados da mesma Provincia.

<<Senhor, o crime não dorme; e este he de tal natureza que cumpre mais que nunca que o Governo o esmague, e não se deixe prender por acanhadas considerações de despeza, ou de politica. O Brazil ameaçado reclama justiça e energia. [...]⁴²⁴ (grifos nossos)

O ministro da Justiça, Manoel Alves Branco, acompanhou a mensagem da Assembleia Legislativa sobre os “sustos e receios” do levante dos escravos na Bahia. Sua resposta foi publicada na seção Artigo de Officio, também na segunda página. Respondeu ter chegado às autoridades policiais diversos boatos, não apenas sobre escravos, mas também sobre homens de cor que passaram a ser suspeitos. Entretanto, afirmava que esses rumores não tinham consistência, “nem outro character, senão o de conjecturas e possibilidades que apesar de não deverem ser desprezados pelo Governo”, não podiam ser logo considerados fatos incontestáveis. Dessa maneira, o Governo afirmava ter desempenhado seu papel desde o dia que as notícias chegaram, mas desmentia que tivesse no município “*sociedades secretas que trabalham systematicamente na sublevação dos escravos; que tem cofres para que contribui grande numero de sócios; que desses cofres saem os dinheiros, com que se entretem nessa Provincia os Emissarios da propaganda, que pregam doutrinas Haitianas, etc.,*

⁴²⁴ *Jornal do Commercio*, 21/03/1835. p. 2.

etc.”. Assim, discordava diretamente das palavras da publicação anterior. Ao que parece, essa mensagem alarmou a população, tendo então os regentes que se posicionar e acalmar os ânimos. Sobre as medidas sugeridas pela Assembleia, reiterou que aumentou o policiamento, mas que não estava disposto a colocar em prática a 2ª medida (*Que se prohiba desde já o impolítico desembarque de escravos ladinos vindos da Bahia, e mais portos do Norte para serem aqui vendidos*), pois era ilegal. Com relação aos africanos livres, tema da terceira sugestão, afirmava que o governo estava fazendo mais do que a Assembleia solicitava, uma vez que estava vetando a entrada não apenas de africanos libertos no país, de acordo com a Lei de 1831, mas também de todo liberto que não fosse cidadão brasileiro. Quanto a 4ª: apesar dos esforços do governo, não era possível a reexportação dos africanos. Recorreu então a letra da lei de 26 de janeiro de 1818:

[...] e todos os mais libertos pela maneira acima decretada por não ser justo que fiquem abandonados, serão entregues no Juizo da Ouvidoria da Comarca; e onde o não houver, naquele que estiver encarregado da Conservatoria dos Indios...para ahi serem destinados a servir como libertos por tempo de 14 annos, ou em algum serviço publico de mar, fortalezas, agricultura e de officios, como melhor convier, sendo para isso alistados nas respectivas estações; ou alugados a particulares de estabelecimento e probidade conhecida assignando estes, termo de os alimentar, vestir, doutrinar, ensinar-lhes officio, ou trabalho que se convencionar, e pelo tempo que fôr estipulado, etc, etc.

Sendo esta a prática, qualquer outra seria arbitrária. Reafirmava que o governo sempre procuraria cumprir seus deveres e as autoridades seguiriam o exemplo. Concluiu: “o Brazil há de ser salvo, e crescerá a despeito de todos os obstáculos que lhe queira oppôr o espirito de partido e de anarchia.”⁴²⁵

No dia 4 de abril de 1835, foi publicada uma resposta longa, que ocupou a segunda página inteira, para o ministro com o título: “Parecer da comissão especial sobre o aviso do Ministro da Justiça a respeito da mensagem”. A Assembleia voltou a se posicionar, dizendo que o aviso era uma forma de repreensão, além de “argui-la de imprudente, terrorista e facciosa; de ter tido fins sinistros na sua conducta, e exigido do Governo Geral medidas anti-legaes”. Dessa maneira, a publicação rebateu tópico por tópico. Porém, vamos apenas reproduzir o trecho em que rechaçam a posição do ministro sobre não ser possível tornar efetiva a reexportação dos africanos, utilizando o alvará que mandava arrematar os serviços dos africanos livres.

[...] Cumpre notar que o Ministro da Justiça adulterou os termos porque se exprimio a Mensagem, e são os seguintes: *cessando de huma vez a prejudicial e impolítica pratica de os arrematar*: impolítico não he synonymo

⁴²⁵ *Jornal do Commercio*, 01/04/1835. p. 2.

de arbitrário; e não póde deixar de admirar que o Ministro se mostrasse offendido de que a Assembléa qualificasse de impolítica huma pratica, contra a qual se declarou a citada lei de Novembro de 1831, e que o próprio Ministro confessa que deseja ver cessar, quando manifesta seus ardentos votos de poder executar a mesma Lei.

Mas a impolítica de facto não vem da Lei; pois que se a de 6 de Novembro de 1831 manda reexportar os Africanos Libertos, evidente he que não quer que continue a pratica impolítica e prejudicial de se arrematarem os seus serviços, que tende a fazer o que os mesmos africanos fiquem dentro do Imperio contra a disposição da Lei. [...] ⁴²⁶

A Revolta dos Malês trazia à tona o debate sobre africanos circulando pela cidade e a necessidade de cessar o tráfico. Nesse contexto, os africanos livres passaram a ser vistos como inimigos que precisavam ser eliminados com a reexportação.

As argumentações sobre o tema eram inúmeras. Os proprietários tinham medo da influência dos africanos na cultura, muitas vezes recorrendo ao discurso sobre a corrupção dos costumes das famílias. Inclusive, alguns mais intimidados e exagerados, defendiam a expulsão dos negros, principalmente após a Revolta dos Malês em 1835. ⁴²⁷

Ao lermos no Jornal do Commercio os detalhes do ultimo acontecimento occorrido na Bahia, a primeira consideração que nos veio ao espirito, toca á imprudente seguridade com que tantos, *mesmo depois da época da inteira prohição do trafico, estão entulhando o paiz de Africanos barbaros, barris de polvora todos os dias ajuntados á mina.* Não ignoramos que a Bahia he mais exposta do que outra qualquer provincia, a insurreições semelhantes, porque os negros que recebe de huma parte da Costa d'Africa, *são mais inteligentes, mais audazes, mais unidos entre si, que os outros Africanos.* Tinhão elles, nesta ultima occorrença, chegado a conservar relações estreitas e correspondencia, por meio de caracteres desconhecidos; *souberão por largo espaço de tempo guardar o segredo de huma empreza que necessariamente devera ter sido confiada a muitos; e esta não seria presentida, a não haverem as denuncias da vespera.* Porém, qualquer que seja o gráo de capacidade desses pretos nas demais Provincias, *impossivel he que o bom cidadão, o amigo da civilização e da humanidade, deixe de sentir o coração opprimido, quando os vê amontoados aos centos por todas essas fazendas e engenhos, tendo para guarda-los tão pouca gente livre e de diversa côr.* [...] ⁴²⁸ (grifos nossos)

O autor desta publicação parecia preocupado com a entrada de africanos no Brasil, pois a relação de causa e efeito entre escravos e rebelião parecia estabelecida. Além disso, como explicação para a revolta, indicava a superioridade dos escravizados da Costa d'Africa por serem mais inteligentes e unidos. O fato de os malês saberem se comunicar através da escrita e guardarem segredo sobre a conspiração, deixou a população abalada, quer dizer, a população branca, uma vez que até os livres de cor passaram a ser suspeitos. Mesmo sendo rapidamente reprimida, essa revolta pairou por muito tempo no imaginário coletivo.

⁴²⁶ *Jornal do Commercio*, 04/04/1835. p. 2.

⁴²⁷ *Ibidem*. p. 313.

⁴²⁸ *Jornal do Commercio*, 17/02/1835. p. 3.

O debate sobre a revolta continuou sendo assunto nos dias seguintes no *Jornal do Commercio*

NOTÍCIAS DIVERSAS

Os nossos correspondentes do Brazil nos falão de huma insurreição de negros na Bahia, e a reputão como de nenhuma consequencia para o paiz; estes acontecimentos já são ordinários naquella cidade. *Nas outras Provincias do Brazil os negros importados da Costa d'Africa são de diversas nações, de diferentes línguas, divididos por ódios figadais, e muito mais inimigos uns dos outros, do que dos próprios brancos. Na Bahia pelo contrário quasi a totalidade da escravatura consta de negros minas, raça mais bellicosa do que as outras, e superior em intelligência, fallando todos a mesma língua, mais fácil lhes he tranar huma revolta.* Isto já tem succedido, e sempre são derrotados. A cidade tem em si mesma muitos recursos, e demais pela sua proximidade pode contar com promptos socorros do Rio, que além de suas forças militares, tem em toda a Provincia 26 mil Guardas Nacionaes, milicia, que em todo o Imperio se acha no mesmo pé. *Cumprê acrescentar, que os homens de côr livres, têm interesse na defeza da ordem existente, porque a Constituição do Imperio não põe differença alguma entre estes e os brancos, gozando todos dos mesmos direitos civis e políticos, e podendo subir ás primeiras dignidades do Estado. Huma revolução de negros no Brazil he portanto improvável. [...]. Este mesmo mal contribue também para esclarecer o povo sobre a conveniência da extincção do trafico. [...] O Governo procede do mesmo modo, e se ainda se importão africanos por contrabando, não he por falta sua, porém hum mal tão antigo se não pôde remediar tão prontamente.*

(*Jornal da Commerce de Paris*)⁴²⁹(grifos nossos)

Essa é uma notícia do *Jornal do Commercio* de Paris afirmando que os correspondentes do Brasil haviam falado de uma revolta na Bahia, mas que era impossível uma insurreição na Corte e que o medo era imaginário. A questão dos homens de cor também está presente, mas no sentido oposto, de que a ordem também era interesse deles, pois tinham os mesmos direitos civis e políticos. Ao afirmar que era impossível acontecer uma rebelião de escravos no Rio de Janeiro, o autor afirmava que a diversidade étnica no Rio era maior que na Bahia. Essa diversidade era um fator de desagregação, refletindo na pouca incidência de revoltas.

De fato, a taxa de africanidade na Corte era alta, de acordo com Mary Karasch. Percebemos como essas rivalidades entre os grupos era uma questão valorizada pelos senhores.⁴³⁰ Apesar do medo “infundado”, o autor aproveitou a situação para afirmar a necessidade de extinção do tráfico.

Se o ano de 1835 não foi um período de aumento do número de anúncios de fuga, a Revolta dos Malês reacendeu as discussões sobre o tráfico e se desdobrou em publicações sobre o medo e em clamores de medidas mais repressivas, reforçando o estereótipo do negro, e, em especial do africano, como delinquente e perigoso. Essas

⁴²⁹ *Jornal do Commercio*, 17/06/1835. p. 1.

⁴³⁰ KARASCH, 2000. p. 325.

medidas repressivas, que dificultavam a circulação dos escravos, podem ter tido algum impacto sobre o número de fugas e indiretamente sobre o número dos anúncios de fugas nos anos seguintes.

Mas o que teria acontecido para que os anúncios de fugas voltassem a ter um grande salto em 1837?

A questão do tráfico continuava em cena, agora com diversos projetos visando revogar as leis antitráfico. O próprio autor da lei de 1831, elaborou, em 1837, um projeto para a revogação da lei de sua autoria. Segundo Jaime Rodrigues,

Nesse projeto, os africanos livres que tivessem sido comprados como escravos ficavam impossibilitados de reverter sua situação e de reivindicar a condição de livres, porque os senhores que os tivessem comprado ficavam a salvo de qualquer ação penal. Todo o ônus do tráfico ficava com o traficante, mantendo-se como passíveis de processo os tripulantes das embarcações e os que auxiliassem nos desembarques.⁴³¹

Nesse mesmo ano, se acirraram as divisões políticas que acabaram levando à renúncia do padre Diogo Feijó, sendo substituído por Pedro de Araújo Lima. Desde o início de seu governo, Feijó passou por diversas crises, tendo em Bernardo Pereira de Vasconcelos, antes aliado na campanha liberal, o seu principal opositor. Cumpre ressaltar que Bernardo Pereira de Vasconcelos foi um dos maiores defensores da revogação da Lei de 1831. No entanto, a sua oposição a Feijó se estruturou em torno de denúncias da sua postura indisciplinada em relação ao Clero⁴³², além da acusação⁴³³ da sua condescendência para com os movimentos de contestação do Rio Grande, em razão da concessão de anistia.⁴³⁴ Como a Câmara acolheu as acusações, Feijó passou a entrar em conflito também com ela. No fim de 1836, já tinha “experimentado três diferentes Gabinetes, jogando apenas com oito nomes que se substituíam e revezavam.”⁴³⁵ Para piorar a situação, até os liberais que Feijó tinha como base política, passaram a incompatibilizar-se com suas decisões. Não podiam mais compactuar com a incoerência do regente e seus ideais e, nesse sentido, o decreto de 1837 contra a liberdade de imprensa foi um grande golpe. A sua fama de autoritário se fortalecia pela pouca

⁴³¹ GRINBERG; SALLES (Org) v. 2. p. 327.

⁴³² CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana” 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (direção). História Geral da Civilização Brasileira- Dispersão e Unidade. 6° ed. Tomo II, vol. 04, SP: DIFEL, 1984. p. 43- 55.

⁴³³ PARRON, 2011.

⁴³⁴ SANTOS, Tatiane Rocha de Queiroz dos Santos. *A conformação da identidade política dos regressistas pelas páginas do O Cronista e o Brasil (1836-1841)*. 2020). Tese (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. p. 47.

⁴³⁵ CASTRO, 1984. p. 47.

atenção que concedia ao Parlamento. Todos esses aspectos ajudaram a agravar a situação, até que no dia 19 de setembro de 1837, Feijó se demitiu do cargo:

"[...] Illm. e Exm. Sr. - Estando convencido de que a minha continuação na regencia não pode remover os males publicos, que cada dia se aggravão pela falta de leis appropriadas; e não querendo de maneira alguma servir de estorvo a que algum cidadão mais feliz seja encarregado pela nação de reger seus destinos, pelo presente me declaro demittido do lugar de Regente do imperio, para que V. Ex. encarregando-se interinamente do mesmo lugar, como determina a constituição politica, faça proceder á eleição de novo Regente, na forma por ella estabelecida. Rogo a V. Ex. queira dar publicidade a este officio, e ao manifesto incluso.

Deos guarde a V. Ex. muitos annos, 19 de setembro de 1837. - Illm. e Ex. Sr. Pedro de Araujo Lima. - Diogo Antonio Feijó.

P. S. Accresce achar-me actualmente gravemente enfermo.⁴³⁶

O episódio foi retratado sucintamente na segunda página do *Jornal do Commercio*:

O Sr. Diogo Antonio Feijó, regente do Imperio em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, demittio-se hontem do alto cargo que occupava, e deixou a capital. Na sessão da camara dos deputados, acharão os nossos leitores o manifesto que S. Exc. ao retirar-se dos negocios publicos, dirigio aos brasileiros.

Na forma da constituição, o Sr. Pedro de Araujo Lima, nomeado por decreto de ante-hontem ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, passou a tomar conta da regencia interinamente.⁴³⁷

Sem pretender estabelecer relações de causa e efeito, é preciso constatar que o ano de 1837, no qual registramos um aumento do número de anúncios de fuga, também é um momento de grande instabilidade política e de divisão entre as classes dirigentes.

Logo após o ano de 1837, houve uma diminuição dos anúncios de fugas, justamente no início do Regresso, momento em que parte das classes dirigentes se uniu para desfazer as medidas descentralizadoras das regências, com a promulgação de leis mais conservadoras⁴³⁸. Esse movimento foi liderado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, chamado para o ministério de Araújo Lima. Os antigos restauradores se uniram ao novo governo, pois também compactuavam com a centralização política e administrativa.

Após 1838, o número de anúncios sofre grande redução. No ano de 1838, iniciou-se a quarta legislatura (1838-1841), quando as distinções políticas se tornaram mais nítidas com a polarização entre *regressistas* e *progressistas*. A chegada ao poder dos *Regressistas*, antigos moderados e parte dos caramurus, sob a bandeira da centralização e da ordem, deixou implícito que os seus opositores eram os *exaltados*,

⁴³⁶ *Jornal do Commercio*, 20/09/1837. p. 2.

⁴³⁷ *Jornal do Commercio*, 20/09/1837. p. 2.

⁴³⁸ *Ibidem*. p. 31.

então chamados de *Progressistas*, que eram responsabilizados pela experiência republicana vivida sob as regências. De acordo com Marcello Basile,

[...] o que também veio a ter papel decisivo na relativa homogeneização ideológica da elite política imperial no Segundo Reinado ou, de outra forma, no estabelecimento do tempo saquarema – foi o consenso, que começou a se construir com o regresso conservador [...], em torno da necessidade de reduzir a margem de conflitos no interior dessa mesma elite política, cada vez mais alarmada com a experiência *anárquica* regencial.⁴³⁹

O temor da instabilidade e do suposto caos instaurado pelas medidas descentralizadoras das regências fez com que no imaginário dessa elite fosse preciso acabar com o “radicalismo” e o “excesso de liberdade”, em nome da ordem e unidade. A partir dessa reconfiguração, o espaço público e debates importantes foram esvaziados. Vale ressaltar que esse temor foi utilizado politicamente, aumentando o controle sobre os escravos e pessoas de cor.

Os *progressistas*, insatisfeitos com a Regência de Araújo Lima, começaram a articular um plano para antecipar a maioria do imperador, fundando em 1840 o Clube da Maioridade. Ao saber da questão, D. Pedro, com seus quatorze anos, teria respondido: “quero já”.

Em 1840, transcorreu a antecipação da maioria de D. Pedro II e início do Segundo Reinado. Se antes a ideia de que uma revolução estava acontecendo -, reconhecida por alguns como algo positivo e por outros como algo negativo o carro da revolução, iniciado em 7 de abril, foi freado com a coroação de Pedro II⁴⁴⁰, uma vez que todo o poder estaria, em tese, centralizado em sua figura. Isso inclusive refletiu no decréscimo de jornais publicados em toda a Corte. As forças políticas foram reconfiguradas a partir do Regresso, ocasionando a retração da esfera pública.⁴⁴¹ A figura do imperador serviu a essa necessidade de centralização do poder, mediador de conflitos, adotando a alternância entre *liberais* e *conservadores*.⁴⁴² Sobre a nova configuração política, Basile afirma

Os *caramurus*, com sua idolatria aos princípios originais da Constituição de 1824 e à monarquia representativa centralizada, forneceram as bases do

⁴³⁹ BASILE, 2014. p. 115.

⁴⁴⁰ Segundo Ilmar Mattos, Bernardo Pereira de Vasconcelos teria dito ser necessário “parar o carro da revolução”. GRINBERG; SALLES (Org) v. 2. p. 31.

⁴⁴¹ BASILE, 2014. p. 42.

⁴⁴² Ibidem. p. 115-116. O grupo liderado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, junto com os restauradores formou o Partido Conservador que era ligado às classes formadas por proprietários de terra e escravizados, com base central no Rio de Janeiro. O restante dos moderados formou o Partido Liberal, grupo a favor da descentralização, com mais tendência a abolição do tráfico. Esses dois grupos dominaram o cenário político até o fim da monarquia. C.f: CARVALHO, J. M. A vida política. In: José Murilo de Carvalho. (Org.). *A construção nacional, 1830-1899*. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 1, p. 83-129.

modelo político abraçado pelos *conservadores*. Os *moderados*, com suas medidas para reduzir os poderes concentrados nas mãos do governo central, inspiraram os liberais. E os *exaltados* tiveram várias de suas bandeiras resgatadas, após quase quatro décadas, pelo novo Partido Liberal, pelo Clube Radical e pelo Partido Republicano.⁴⁴³

Outro ano de pico nos anúncios, foi o ano de 1842. Neste ano, as publicações tiveram um salto muito grande, com 1593 publicações, ficando atrás apenas de 1850. O que aconteceu de extraordinário? Nesse período, vemos o “sucesso” dos regressistas, “que com as reformas de 1841-1842, criaram mecanismos para que sucessivos gabinetes pudessem ganhar as eleições com mais tranquilidade”⁴⁴⁴. Por sua vez, essa concentração de poder nas mãos dos conservadores deu início à reação dos liberais. É plausível pensar que as Revoltas Liberais nas províncias de Minas Gerais e São Paulo, ambas no ano de 1842, tenham gerado apreensões na Corte, pelos debates que provocavam, assim como pela própria proximidade das regiões. Além disso, é sempre importante nos lembramos que a cidade do Rio de Janeiro era a sede do governo.

Os liberais optaram por pegar em armas, liderados pelos chefes do Partido, inclusive o padre Feijó. O objetivo era garantir a participação dessa facção no governo. Porém, foram derrotados em pouco tempo.⁴⁴⁵ Apesar disso, as Revoltas Liberais ocuparam durante todo o período as primeiras páginas do *Jornal do Commercio*.

Diversos municípios do Rio de Janeiro fizeram questão de mostrar solidariedade ao Imperador, como os representantes de Vassouras e de Pirai. Uma das primeiras notícias sobre as revoltas foram desses municípios assegurando que se precisasse pegariam em armas contra esse “partido adverso” e contra a anarquia, afirmando sua “indignação patriótica”.⁴⁴⁶

No dia 20 de junho, logo na primeira página, encontramos uma proclamação do Imperador contra a revolta:

PARTE OFFICIAL.

PROCLAMAÇÃO.

Brazileiros! O grito de rebelião que soou em Sorocaba, na província de S. Paulo, acaba de achar echo em Barbacena, na província de Minas Geraes. Homens cujos princípios forão repellidos pelos poderes políticos nacionaes entendem que os devem fazer prevalecer tentando revolucionar o império.

Não satisfeitos com as rebeliões que tanto afligirão a nossa pátria durante a minha minoridade, querem ainda abysma-la nos horrores da guerra civil.

⁴⁴³ BASILE, 2009. p. 99.

⁴⁴⁴ GRINBERG; SALLES (Org) v. 2. p. 130.

⁴⁴⁵ CARVALHO, J. M. 2012, v. 1, p. 97-98.

⁴⁴⁶ *Jornal do Commercio*, 11/06/1842. p. 2.

Fiel ao juramento que prestei de guardar a constituição, e cõscio dos deveres que ella me impõe, jamais deixarei de fazer executar as leis emanadas da representação nacional, de manter illesas as prerrogativas da minha corõa, de promover a felicidade geral e de salvar o estado. Conto para isso com a efficaz cooperação dos meus leaes súbditos de *todas* as províncias.

Brazileiros que fostes illudidos! Abandonai os homens que vos tem conduzido ao crime: como pai vos aconselho que desprezeis suas pérfidias sugestões; poupai-me a dura necessidade de punir-vos.

Viva a nossa santa religião! Viva a constituição do império! Viva a nação brasileira!

Palacio do Rio de Janeiro, 19 de junho de 1842, vigésimo primeiro da independência e do império. – (Assignado) IMPERADOR.⁴⁴⁷ (grifos nossos).

Nessa declaração, D. Pedro II evocava o sentimento de desordem pela referência à instabilidade da regência. Assim, pedia a colaboração de todas as províncias para a unificação do país, para que o “eco” da revolução não chegasse em mais nenhum lugar. Por fim, de forma velada, ameaçava punir os revoltosos, mesmo que contra sua vontade.

Apesar das revoltas serem em Minas e São Paulo, a cidade do Rio de Janeiro foi bastante afetada pelas medidas tomadas para sufocá-las. Esses desdobramentos das Revoltas na Corte ficam claros nas seguintes publicações:

Illm. e Exm. Sr. – Achando-se muito sobrecarregada de serviço a guarda nacional desta corte, em consequencia de haver sahido *della a maior parte da força de primeira linha*, ha Sua Magestade o Imperador por bem que V. Ex. faça chamar ao serviço todos os empregados públicos que, em virtude de requisição dos chefes das repartições a que pertencem, tem sido dispensados; exceptuando somente os do arsenal de guerra. Outrosim, ha o mesmo Augusto Senhor por bem que faça chamar igualmente ao serviço a reserva, e todos aquelles que tiveram obtido licenças, exceptuados os que as obtiverão para sahir do município da corte, ou por motivo de moléstia, provando perando V. Ex. que esta ainda continúa. [...]⁴⁴⁸ (grifo nosso)

MINISTERIO DA JUSTIÇA

Havendo o S. M. o Imperador determinado que todos os commerciantes desta corte, que tiverem expostas à venda armas de fogo, sejam obrigados a entrega las immediatamente no arsenal de guerra, onde serão guardadas em deposito, por conta delles, até que cessem os motivos que obrigão a esta providencia, [...].⁴⁴⁹

A Guarda Nacional teve seu serviço sobrecarregado, sendo necessário novos homens para o serviço. Em outras publicações, afirmavam que muitos se voluntariaram devido ao seu sentimento patriótico e lealdade ao Imperador. Por outro lado, o comércio de armas foi interrompido, pois muitas estavam indo para as províncias vizinhas.

Nesse sentido, o medo de que as revoltas chegassem à Corte era grande, tanto que o *Jornal do Commercio* destinou grande parte de suas páginas para dar os

⁴⁴⁷ *Jornal do Commercio*, 20/06/1842. p. 2.

⁴⁴⁸ *Idem*.

⁴⁴⁹ *Jornal do Commercio*, 22/06/1842. p. 1.

pormenores da situação. O *Jornal* foi instrumentalizado pelo governo, anunciando as derrotas dos rebeldes e avisos sobre a segurança pública.

MINISTÉRIO DA GUERRA
MINAS GERAES

Illm. E Exm. Sr. – Hontem mandei por um preto velho que foi aprisionado alguns exemplares da proclamação de S. M. o Imperador e Jornaes do Commercio que tratão da pacificação de S. Paulo, para que elle os espalhasse no meio dos rebeldes, entre os quaes sei que se achão alguns illudidos, e outros constringidos, e hoje voltou o mesmo preto, trazendo-me o officio incluso, e vários exemplares da proclamação, manifesto e Echo, que envio a V. Ex. Não respondi porque não quiz entabolar correspondência com rebeldes; quando fôr opportuno e conveniente, elles terão a resposta que soldados fieis devem dar a perturbadores e rebellados. [...]⁴⁵⁰

PARTE OFFICIAL.

MINISTERIO DA GUERRA.

Illm. e Exm. Sr. -Foi summamente agradável a S. M. o Imperador a leitura do officio que V. Ex. me dirige com data de 20 do corrente, participando o renhido combate que no mesmo dia teve lugar entre as forças imperiaes e os rebeldes reunidos em numero muito superior no Arrayal de Santa Luzia, de que resultou a completa derrota destes e sua dispersão, deixando no campo muitos mortos, e 300 prisioneiros, entre os quaes se contão alguns dos mais notáveis chefes da rebellião [...].⁴⁵¹

A derrota na Batalha de Santa Luzia, deu fim ao conflito, com a vitória dos conservadores. Em 1844, os liberais revoltosos foram anistiados. Logo em seguida, participaram ativamente da direção política do governo no Segundo Reinado. A desordem ocasionada pelas revoltas pode ter influenciado a percepção dos escravos em relação à maior facilidade de fuga. Tanto que no ano seguinte, temos uma queda brusca nos anúncios, passando a apenas 856 no ano de 1845, voltando a aumentar gradativamente no ano seguinte, e sem interrupções, até 1850.⁴⁵²

Do ponto de vista da história política, a derrota dos liberais representou a submissão dos liberais ao projeto dos “saquaremas”.

Os liberais passaram a ser conhecido como “luzias”, denominação que os estigmatizava ao lembrar a localidade de Santa Luzia, na província de Minas Gerais, onde ocorrera sua maior derrota militar, em 1842. Incapazes de fazer prevalecer seu projeto político, no qual ocupava lugar de destaque o governo da casa, os liberais ou luzias seguiriam, desde então, atrelados às propostas e ações políticas dos conservadores – em especial dos saquaremas -, fato que se expressaria em ditado de ampla divulgação durante o Segundo Reinado:

⁴⁵⁰ *Jornal do Commercio*, 06/07/1842. p. 1.

⁴⁵¹ *Jornal do Commercio*, 01/09/1842. p. 1.

⁴⁵² Em interessante artigo sobre fugas de escravos, Flávio Gomes afirma que os anúncios no *Jornal do Commercio*, “no ano de 1850 a média de anúncios diários sobre escravos fugidos chegava a oito, o que totalizava cerca de 2560 anúncios publicados por ano num só jornal”. Porém, ao analisar dia após dia o periódico percebemos que não é tão simples essa média, uma vez que no ano de 1850, foram publicados 1857 anúncios, número expressivamente inferior ao apresentado pelo autor. Nesse sentido, ao analisar os jornais precisamos ter em mente sua complexidade e imprevisibilidade, as repetições de determinados anúncios, momentos de recuo nas publicações para dar espaço a outras notícias, preço dos anúncios, quantidade de jornais competindo, entre outras questões.

“nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no governo”. [...] a denominação “saquarema” servia para identificar tanto os conservadores fluminenses no conjunto dos demais membros do Partido Conservador quanto a direção política intelectual e moral dada ao partido e à política imperial.⁴⁵³

A consolidação da ‘ordem imperial’ aconteceu sob a direção saquarema⁴⁵⁴. A “boa sociedade” acreditava ser necessário estar no poder para governar a Casa. Além disso, sua ideia de civilização estava assentada na cultura escravista, logo, na continuidade da escravidão. Esse grupo deveria governar a desordem provocada pela presença da arraia miúda nas ruas. Aos escravos, ao mundo do trabalho, não cabia nada que não fosse trabalhar e servir.⁴⁵⁵

Os próximos anos de aumento progressivo e contínuo que destacamos na análise são os de 1846 até 1850. Esse período é marcado pela discussão sobre o fim definitivo do tráfico de africanos. No ano anterior, 1845, diante da impotência e hesitação brasileira com relação ao comércio ilegal, foi promulgada de forma unilateral a *bill* Aberdeen. Essa lei autorizava a Inglaterra a julgar os navios brasileiros em tribunais ingleses como piratas, em qualquer lugar que fossem capturados.⁴⁵⁶ Essa questão fez com que o debate sobre a soberania nacional aumentasse, os opositores da lei afirmavam que Brasil não poderia se submeter às ordens inglesas. A reivindicação da soberania brasileira esteve presente nas discussões das leis de 1831 e 1850. Muitos proprietários ainda se recusavam a aceitar o fim do tráfico. A fala do ministro da fazenda, Hollanda Cavalcanti, em 1848, ilustra bem o quanto a sociedade estava imbricada com a escravidão

[...] Eu sou mais fraco, não sou tão forte, tenho meus embaraços. Eu supponho que tenho algum título para dizer nesta casa, porque meu voto não é de hontem, que nunca fui amigo do trafico; todavia permitta-se me que diga que *não se póde chamar infame o traffico da escravatura*; nenhum Brasileiro póde dar lhe este nome. Sr. presidente, *eu mesmo já negocieei com escravos, e se eu desse o nome de infame a tal traffico, a mim mesmo me chamaria infame*. Nunca fui negociante. Ha trinta annos, em serviço de meu paiz, me achava eu na Africa: dalli tive de me retirar para a côrte: os meus serviços, o meu emprego não me tinha dado fortuna; alguns amigos me emprestarão algum dinheiro. A minha casa estava sequestrada; V. Ex. o sabe; *eu não tinha grandes meios: comprei alguns escravos e os trouxe para o Rio: comprei-os na melhor boa fé, como qualquer homem trata o mais licitamente que se pode fazer*.

Um Sr. deputado: - Era então conforme as leis.

⁴⁵³ GRINBERG; SALLES (Org) v. 2. p. 33.

⁴⁵⁴ Além disso, conseguiram depor as armas dos farroupilhas e reprimir a revolta Praieira, em 1848 em Pernambuco.

⁴⁵⁵ Ibidem. p. 27.

⁴⁵⁶ GRINBERG; SALLES (Org) v. 2. p. 329.

O Sr. Hollanda Cavalcanti: - Sim, conforme essas leis. Não se chame o tráfico infame!...Entretanto ninguém creia que quero fazer a côrte aos contrabandistas de escravos.

Uma voz: - São Infames.

O Sr. Ministro da Fazenda: -Se o são, são tanto estes como todos os outros. *Todo o Brasileiro compra e vende seu escravo*; e como é que hei-de dizer que é infame o tráfico de escravos? Precisarei eu de comparar o que se faz nessas nações civilisadas com seus proprios concidadãos, seus intitulados colonos?

O uso de escravos é de certo uma calamidade; mas o Brazil não tem meios razoaveis sem riscos evidentes de se dispensar já e já delles: é obra do tempo. *Nossos habitos, nossos costumes, a nossa educação, faz olhar para um semelhante estado como uma cousa muito ordinaria*: alguém diz que elles são indispensaveis no paiz. [...] ⁴⁵⁷ (grifos nossos)

A questão da cultura escravista foi discutida no capítulo anterior, mas essa fala também nos remete a ela. Ao afirmar que não era razoável chamar o tráfico de infame, pois estaria chamando todos os brasileiros de infames, uma vez que todos possuíam escravos, o ministro mostrou o quanto a sociedade estava comprometida com este negócio. Hollanda Cavalcanti, se dizia contra o tráfico, mas justificava sua continuidade, com o argumento de que o Brasil não “tinha meios razoáveis, sem riscos” para dispensá-los. Ele mesmo reconheceu a cultura escravista presente quando afirmou que seus hábitos faziam com que olhasse para a escravidão como algo ordinário. Apesar disso, toda vez que a revolta escrava se configurava, a discussão sobre o tráfico se intensificava, como foi no caso das publicações sobre os malês. Esses africanos eram vistos como perigosos e a situação como um “vulcão prestes a entrar em erupção”. A presença africana tão preponderante contribuía para o comprometimento da população livre com a escravidão ⁴⁵⁸. Até mesmo no gabinete dos luzias, que tanto criticavam o tráfico de escravos, o comércio ilegal permaneceu.

Ainda assim, em 1850, Eusébio de Queirós foi o protagonista do projeto da lei de fim efetivo do tráfico de africanos no Brasil. Embora a pressão inglesa tenha sido importante, Jaime Rodrigues afirma que não foi apenas por essa razão que esse o tráfico foi definitivamente extinto:

[...] maior coesão de parcelas da elite política, o esgotamento do projeto de construção do mercado de mão de obra baseado exclusivamente nos escravos africanos, a estreita vinculação entre a suposta "corrupção dos costumes" e a escravidão, a manutenção do direito sobre as propriedades escravas já existentes e a brandura policial e judicial para com os senhores que compravam escravos contrabandeados. A tudo isso aliava-se a separação entre os interesses senhoriais e os do traficante, do ponto de vista moral e

⁴⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 28/06/1848. p. 2.

⁴⁵⁸ GRINBERG; SALLES (Org) v. 2. p.38.

legal, propiciando o apoio relativo dos senhores de escravos das províncias à nova lei, já que eles não estavam mais ameaçados pela justiça.⁴⁵⁹

Essas motivações, aliadas ao medo das elites em relação à resistência dos escravos, contribuíram para o “sucesso” da Lei de 1850. Provavelmente, os debates sobre o fim do tráfico e a escravidão chegaram até os escravizados. Além disso, havia tensão e conflito no ar desde a apreensão dos navios pelos ingleses e a decretação do Bill Aberdeen. Como no contexto da lei de 1831, é possível que alguns cativos tenham interpretado a promulgação da lei Eusébio de Queirós como lei que os libertava do cativo. Independentemente das razões, o fato é que o ano de 1850 foi o ano com a maior quantidade de anúncios de fuga de todo o período analisado.

Durante todo o capítulo, trabalhamos como o pressuposto de que os escravos não eram indiferentes às divisões e crises políticas no mundo dos proprietários. Esse fator coletivo e conjuntural talvez desempenhasse, junto a outros aspectos associados a cada trajetória em particular, um papel na avaliação que os escravos faziam do momento oportuno para a fuga. Em razão disso, procuramos mapear as tensões sociais e políticas em cada um desses períodos de aumento das publicações de anúncios.

Algumas considerações devem ser feitas de modo a melhor contextualizar a nossa análise: o *Jornal do Commercio* ainda estava em expansão no período regencial, tendo de fato sua consolidação no Segundo Reinado. Apesar da expansão da imprensa durante as regências, o modelo mais representativo era o pasquim, completamente oposto à folha em questão. Assim, as pessoas podiam ter menos familiaridade com a prática de publicar anúncios, sendo mais rotineiro a divulgação oral do desaparecimento de um cativo ou até mesmo a distribuição de cartazes. Ou seja, o *Jornal do Commercio* no fim dos anos 20 e início dos 30, tinha um número menor de anúncios (de todos os tipos) publicados. A partir de sua consolidação, quando se tornou o mais importante do Rio de Janeiro, o número de páginas aumentou e o seu formato foi reformulado para comportar justamente mais publicações deste tipo, o que sustentava a empresa. Portanto, além do número de publicações e a conjuntura política, precisamos levar em conta a história do próprio periódico. Por exemplo, ano de 1831, mesmo com o acirramento de conflitos políticos, o número de anúncios de fugas diminuiu. Ao analisar a quantidade de jornais em circulação neste ano em particular, vemos um salto de 16

⁴⁵⁹ GRINBERG; SALLES (Org) v. 2. p. 331.

para 37 jornais⁴⁶⁰. É possível que esse fato tenha resultado na diluição destes anúncios em outras folhas. Já no ano de 1837, ocorreu um aumento significativo dos anúncios, inversamente proporcional à queda de jornais circulando no Rio de Janeiro:16. Com menos opções, os leitores podem ter procurado mais o *Jornal do Commercio* para esse fim, ou até mesmo já pelo seu papel de destaque e de maior circulação. Para avaliar esse tipo de correlação seria necessário identificar quais os outros jornais do período também publicavam esse tipo de anúncio.

Além disso, na nossa análise, sugerimos a influência da discussão sobre as leis anti tráfico no aumento das fugas e, por consequência, no aumento dos anúncios. A atuação da polícia também é um fator a ser considerado, pois a criação do sistema policial em 1831 fez com que a vigilância na Corte aumentasse⁴⁶¹ com os escravos fugidos como principais alvos das políticas de repressão⁴⁶². Sem contar as repetições de anúncios que optamos por não contabilizar.

Outra questão relevante diz respeito aos diversos tipos de fugas. Em alguns casos, talvez o escravo escapulisse temporariamente para ver a família ou até mesmo para ir a festas, por isso era comum a fuga ser anunciada até 15 dias depois. Essa questão nos leva a considerar uma outra variável: as fugas por demorarem para entrarem nos jornais, dificulta uma análise pautada nos meses. Por exemplo: neste trabalho focamos nos anos de maior número de anúncios de fuga publicados, por que não aumentamos a lente e fazemos o mesmo com os meses? A resposta é simples. Nem sempre os anúncios publicados no mês foram de fato relativos a fugas ocorridas naquele momento, podendo ter sido uma fuga ocorrida no mês anterior, o que era muito comum.

Nesse sentido, reiteramos o esforço de fazer essa conexão para tentar compreender as conjunturas ligadas à resistência escrava a partir dos dados fornecidos pelas fontes. Concordamos com Marcus Carvalho quando afirma que “havia, portanto, outros processos de politização paralelos e correlatos às grandes discussões das camadas dominantes.”⁴⁶³ Embora seja difícil mensurar, esse olhar nos permite renovar as questões sobre o tema.

⁴⁶⁰ BASILE, 2014. p. 43.

⁴⁶¹ HOLLOWAY, 1997. p. 156.

⁴⁶² Neves, Raphael. *Experiências capturadas: em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821*. 2012. [57 f.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica-RJ]. p. 18.

⁴⁶³ GRINBERG; SALLES (Org) v. 2. p. 126.

Conclusão

Neste trabalho partimos do pressuposto de que os escravos eram sujeitos capazes de agenciarem suas vidas, produzindo assim uma visão política, cultural e social interdependentes dos senhores. Portanto, o escravizado negociava sua condição constantemente.

A resistência existiu e expressou-se das formas mais variadas, tornando-se mais evidente quando “direitos” preestabelecidos dos escravos não eram respeitados, demonstrando que, por mais que o cativo fosse juridicamente considerado um objeto, seu cotidiano era repleto de negociação articulada.

A questão da resistência escrava vai além das tentativas dos escravizados de colocarem fim à ordem escravista. Matar o proprietário, fugir e trabalhar para outra pessoa, formar quilombos, protestar para se ter uma roça ou para a diminuição de castigos, sabotagens, suicídio, abortos, ações de liberdade, compra de alforria, se passar por forro, mudar de nome ou preferir ser preso a voltar para a casa do senhor, são alguns dos diferentes procedimentos que demonstram o esforço desses sujeitos de alargarem seus espaços de autonomia. Apesar de não colocarem em xeque a ordem escravista, de uma forma imediata, essas ações, ainda assim, modelavam os limites do cativo, e ao longo do tempo, foram fundamentais para desgastar e destruir a legitimidade da escravidão.⁴⁶⁴

Tentamos não cair no erro de romantizar as relações. Mesmo que pudessem negociar, esses indivíduos ainda eram escravizados, e os senhores ainda eram detentores do poder sobre suas vidas e corpos, embora pudessem tentar barganhar condições mais favoráveis, dando sentido político às suas ações. Nesse ponto, compartilhamos da afirmação de Carlos Magno Guimarães: “Esta é a expressão da contradição existente em cada escravo: ser ao mesmo tempo coisa e sujeito histórico”.⁴⁶⁵

A partir dos mais de 10.000 anúncios e editoriais analisados conseguimos explorar as informações segundo diferentes abordagens e questões. Desse modo, foi possível renovar o olhar sobre essas fontes já bastante utilizadas pelos historiadores. Observamos a atuação do *Jornal do Commercio* nesse contexto, uma vez que a

⁴⁶⁴ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Ed.). *Liberdade por um fio...* op. cit. ALVES, Maira Chinelatto. *Quando falha o controle...* op. cit.

⁴⁶⁵ GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e política (MG-século XVIII). *Revista de História*, n. 132, p. 69-81, 1995. p. 73.

imprensa passou a ser um ator político essencial na esfera pública, contribuindo no debate e na formação da opinião.

Na análise desse periódico, percebemos a sua estreita relação com os interesses dos grandes proprietários e do grande comércio, apesar de se definir como neutro e imparcial. No entanto, isso não significava que não tivesse cunho político. Além disso, tinha uma “linguagem moderada e conservadora” aumentando seu prestígio junto à elite cafeeira.⁴⁶⁶

Sendo esse jornal tão importante no período, foi bastante proveitosa a iniciativa de abordar esta fonte com novas questões.

No capítulo 1, a partir do banco de dados que elaboramos, procuramos identificar as repetições e os padrões das evasões anunciadas pelo *Jornal do Commercio*. Alguns resultados dessa análise merecem destaque. Na contramão de outros autores que apontaram o mundo rural como destino privilegiado das fugas nesse período, a nossa conclusão foi de que a cidade era o principal alvo dos fugitivos. Em segundo lugar, o banco de dados nos possibilitou entender quem eram esses cativos. Vimos que a maioria dos fugitivos era de homens, jovens e africanos. Porém, não ignoramos a presença das mulheres e procuramos entender o peso do fator “gênero” na escolha pela fuga, por exemplo, na preocupação com os filhos que pesava mais sobre as mulheres, podendo ser um fator impeditivo. Em terceiro lugar, foi possível perceber que alguns fugitivos conseguiram ocupar tarefas especializadas, como cozinheiros, pedreiros, sapateiros e vendedoras. Em razão das características desses ofícios, esses escravos tinham maior autonomia para circular na cidade e, desse modo, tinham mais chances de fugir. Esses trabalhadores especializados eram, em geral, de origem africana. Diferente do que alegava a elite do século XIX, homens e mulheres negras não identificavam a liberdade à ociosidade, apenas procuravam lugares em que pudessem trabalhar em melhores condições. Dessa forma, a cidade era vista como o mundo do trabalho.

No segundo capítulo, a noção de cultura escravista foi o ponto de partida para contextualizar a própria existência dos anúncios numa sociedade visceralmente atrelada à escravidão. Antes de tudo, procuramos identificar os diferentes tipos de fuga, suas possíveis motivações e as estratégias escolhidas pelos fugitivos, tudo isso, utilizando as informações recolhidas na base de dados. Através de uma análise qualitativa dos

⁴⁶⁶ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro*. Editora da UFF, 2014. p. 129.

anúncios, entendemos como essas publicações dos jornais – a um só tempo - exprimiam e ajudavam a condicionar comportamentos e expectativas. A violência era o fundamento da relação entre senhores e escravizados e o castigo era naturalizado pela própria descrição dos corpos. Os anúncios, tão pequenos, mas repletos de adjetivos, nos revelam a tensão, que perpassava toda essa sociedade, entre o desejo dos senhores em despersonalizar e coisificar o escravo e a existência incontornável da pessoa violentamente escravizada.

No terceiro capítulo, através de uma abordagem quantitativa que nos informou sobre os anos com o maior número de evasões, procuramos articular o universo individual das fugas à sua dimensão social e coletiva. Por que tantos indivíduos –com histórias de vida diferentes - escolheram majoritariamente alguns anos em detrimento de outros para empreenderem suas fugas? Dessa maneira, analisamos de forma dialética a relação entre o aumento de fugas e os contextos sócio-políticos. Nessa análise, foi possível identificar que os anos com um maior número de anúncios, foram repletos de conflitos e instabilidade política. Desse modo, é possível argumentar que a escolha pela fuga se construía, entre outros fatores, pela percepção dos escravizados de que a crise no mundo dos senhores significava uma maior chance de sucesso. Para a análise desses contextos de instabilidade política, a leitura dos editoriais foi muito esclarecedora, pois mostrou o medo das elites em relação às revoltas/rebeliões escravas nesses contextos de crise política.

Em todos os capítulos utilizamos os mesmos anúncios. Assim, os diferentes usos do mesmo material unificam o trabalho. A partir disso, conseguimos explorar as múltiplas possibilidades que os anúncios de fuga oferecem para pensar a resistência escrava, entrecruzando as abordagens qualitativas e quantitativas.

Ao construir o banco de dados, diversas perguntas foram levantadas, porém, este trabalho não comportou todas as respostas. No detalhamento das fontes, foi possível encontrar os lugares onde esses escravos eram entregues quando capturados, pois na maior parte do tempo os endereços eram apresentados. Assim como tivemos acesso aos nomes dos senhores. A partir desses dados, seria possível mapear esses lugares responsáveis pelo recolhimento dos fugitivos e inclusive ver quem eram esses proprietários que apareciam diversas ocasiões. Também percebemos como a cor era uma questão importante na descrição dos cativos, essa variedade de denominações pelos senhores merece uma atenção especial. Apesar de não tratarmos sobre esses temas, reconhecemos que são importantes para o entendimento do sistema escravista. Essas

questões abrem novas perspectivas de pesquisa, por isso, deixamos o caminho aberto para futuras análises.

Ao voltarmos nosso olhar para os anúncios de fugas, percebemos que o fugitivo era visto como uma constante ameaça. As fugas apontam para a complexidade de todo o sistema escravista, seus mecanismos de controle e os limites da propriedade privada. Não era necessariamente uma luta explícita contra o poder senhorial, pois muitos fugiam para as cidades e tentavam reinserir-se na sociedade, porém escolhendo a quem servir. Mesmo sendo derrotados nas revoltas e capturados nas fugas, em grande parte, os escravos demarcavam limites do poder senhorial, contribuindo para a derrota do regime escravista.

Referências Bibliográficas

Fontes:

CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL, 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>.

Diario do Rio de Janeiro, 20/11/1851, p. 1.

Jornal do Commercio: 1827-1850.

LEI Nº 4 DE JUNHO DE 1835. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim4.htm> Acesso em 12/08/2021.

O Abolicionista, 01/11/1880. p. 1.

Pinto, Luís Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. *Ouro Preto*, Typographia de Silva, 1832.

Rubim, Braz da Costa. **Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza**. Rio de Janeiro, Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito, 1853. 80 p. Disponível em: <<https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-brasileiro-para-servir-de-complemento-aos-diccionarios-da-lingua-portugueza/?q=capadocio>> Acesso: 10/10/2021.

SLAVE VOYAGES. **Trans-Atlantic Slave Trade Database**. Banco de dados. Viagens: O Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>. Acesso em janeiro de 2022.

Bibliografia:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. Editora Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Maira Chinelatto. **Quando falha o controle: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

AMANTINO, Márcia. As condições físicas e de saúde dos escravos fugitivos anunciados no *Jornal do Commercio* (RJ) em 1850. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p.1377-1399, out.-dez. 2007.

AMANTINO, Márcia. Os escravos fugitivos em Minas Gerais os anúncios do Jornal O Universal – 1825 a 1832. **Lócus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 12, nº 2, pp.59-74, 2006.

AMANTINO, Marcia. **O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais--século XVIII**. Annablume, 2008.

AMORIM, Humberto. “A carne mais barata do mercado é a carne negra”: comércio e fuga de escravos músicos nas primeiras décadas do Brasil oitocentista (1808-1830). **Opus**, v. 23, n. 2, p. 89-115, ago. 2017.

ASSIS, Machado de. “Pae contra mãe”. In: **Relíquias de Casa Velha**. Rio de Janeiro, H. Garnier Livreiro Editor, 1906.

AZEVEDO, Célia Maria de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites do século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas, Unicamp, 1999.

BARROS, José D.'Assunção. História, imaginário e mentalidades: delineamentos possíveis. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 6, n. 11, 2007.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. CARVALHO José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos P.(org.). **Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro nos Oitocentos**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2014.

BASILE, Marcello. **Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na Corte imperial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. v. 1. 152p.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). **O Brasil imperial, v. 2 (1831-1870)**. 1ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, p. 53-119.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971 (Originalmente publicado na revista Anhembi, 1953).

BASTOS, Ana Karine P. de Holanda. **Anúncios de escravos: traços de mudanças e permanências de tradições discursivas nos jornais do Recife**. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Recife, 2016.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 33, p. 196-219, 2020.

CARDOSO, A. A. I. “SOBRE OS MUNDOS DO TRABALHO E DA ESCRAVIDÃO”: INTERVIEW WITH MARIA HELENA P. T. MACHADO. **Canoa do Tempo**, v. 9, n. 1, p. 155-165, 18 dez. 2017. p.162. Disponível em:

<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/Canoa_do_Tempo/article/view/4062/3468>. Acesso: 07/10/2021.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

CARVALHO, J. M. A vida política. In: José Murilo de Carvalho. (Org.). **A construção nacional, 1830-1899**. 1ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, v. 1, p. 83-129.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARVALHO, Marcus J. M. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, n. 29-30, 2003.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História**, São Paulo, n. 167, p. 223-260, 2012.

CASTRO, Paulo Pereira de. A ‘‘experiência republicana’’ 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (direção). **História Geral da Civilização Brasileira- Dispersão e Unidade**. 6º ed. Tomo II, vol. 04, SP: DIFEL, 1984. p. 43- 55.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, n. 19, p. 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. Editora Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, Randolpho Radsack. Justiça, criminalidade e escravidão: conceitos, estrutura jurídica e aplicação das leis no Império brasileiro. **SAPIENS-Revista de divulgação Científica**, v. 1, n. 1, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. Unesp, 1998

DANTAS, Monica Duarte. **Revoltas, motins, revoluções. Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa**. Graal, 1986.

DE ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira. “As vantagens e doçuras inapreciáveis da liberdade”. Africanos livres, arrematantes particulares e o trabalho compulsório, século XIX. **Revista Maracanan**, n. 28, p. 192-210, 2021.

Diário Manuscrito de Antônio Prado, dezembro de 1867 – janeiro de 1868. Cópia datilografada do arquivo de Caio Prado Júnior. Apud. LEVI, Darrell E. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977, pp. 163-164.

DIAS, Ellaine Cristina Jorge. As condições físicas e de saúde dos escravizados nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888). **Temporalidades**, v. 3, n. 2, p. 98-112, 2011.

DIAS, Maria Odila Leite. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. Brasiliense, 1995.

FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. **Tempo**, v. 11, p. 122-146, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2 v. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

FERREIRA, Jackson. “Por hoje se acaba a lida”: suicídio escravo na Bahia 1850-1888); **Afro-Ásia**, 2004.

FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 3, p. 9-40, 2002.

FLORENTINO, Manolo. De escravos, forros e fujões no Rio de Janeiro Imperial. **Revista USP**, n. 58, 2003, p. 104-115.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Marcia. Fugas, quilombos e fujões nas Américas (séculos XVI-XIX). **Análise social**, n. 203, p. 236-267, 2012.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 19, p. 259-297, 2012.

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José R. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico C. 1790-C. 1850**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder” in: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. São Paulo: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVEA, Maria de Fatima. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa:(séculos XVI-XVIII)**. Editora Record, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. vol. 7. UNB, Brasília, 1963.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. 4º edição revista. São Paulo: Editora Global, 2010.

GEBARA, Ademir. Escravos: Fugas e Fugas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 6, n.12, mar./ago.1986.

GEBARA, Ademir. **O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.

GIL, Tiago. Como se faz um banco de dados (em história). **Puerto Alegre: Ladeira Livros**, 2015.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOMES, Angela de Castro de. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, História e Imagem, n. 34, 2004.

GOMES, Flávio dos Santos et al. **História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro-século XIX**. 1992.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. 1997. 773 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9920>>. Acesso em: 08/01/2022.

GOMES, Flávio. “Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista”. **Revista Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, n. 1, 1996, p. 67-93

GOMES, Flávio. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2015.

GOMES, Flávio. **Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. Editora Contexto, 2005.

GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia do escravo no Brasil**. Conquista, 1972.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, Keila. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2.ª metade do século XIX). **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, p. 137-158, 2011.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros: escravidão, cidadania e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do Século XIX” in LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas: Editora Unicamp, 2006. p. 101-128.

GRINBERG, Keila. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão no Brasil imperial. **Almanack braziliense**, n. 6, p. 4-13, 2007.

GRINBERG, Keila; LIMA, I. S. (Org.); REIS FILHO, D. A. (Org.). **Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

GRINBERG, Keila; PEABODY, Sue. **Escravidão e liberdade nas Américas**. Editora FGV, 2014.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo H. (Org.). **O Brasil Imperial**, vol. 2: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Quilombos e política (MG-século XVIII). **Revista de História**, n. 132, p. 69-81, 1995.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII**. Icone Editora, 1988.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture ea revolução de São Domingos**. Boitempo, 2000.

JOHNSON, Walter. **On agency**. **Journal of Social History**, v. 37, n. 1, p. 113-124, 2003.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOERNER, Andrei. Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 205-242, 2006.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. IN: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 525-541, 2003.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 6, n. 11, p. 289-326, 2005.

LIMA, Lana Lage da Gama. **Rebeldia negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Achiamé. 1981.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos (1a ed. 2005; 2a ed. 2006, 2a ed. 1a reimpressão 2008). In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. 2aed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

MACHADO, Geosiane Mendes. **Com vistas à liberdade: fugas escravas e estratégias de inserção social do fugido nos últimos decênios do século XIX em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FAFICH/ UFMG, 2010. (Dissertação de mestrado).

MACHADO, H. F. Intelectuais, Imprensa e Abolicionismo no Rio de Janeiro. In: **XXIV Simpósio Nacional de História- ANPUH**, 2007, São Leopoldo. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH*. São Leopoldo, 2007.

MACHADO, Humberto Fernandes. Imprensa e Abolicionismo no Rio de Janeiro. In: **XXII Simpósio Nacional de História, 2003**, João Pessoa. ANPUH João Pessoa: ANPUH, 2003.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro**. Editora da UFF, 2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888**. Edusp, 2014.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; CASTILHO, Celso Thomas. **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**, Edusp, 2015

MACHADO, Maria Helena. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. **Revista Brasileira de história**, v. 8, n. 16, p. 143-160, 1988.

MAESTRI, Mário José. **A servidão negra**. Mercado Aberto, 1988.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Africanos livres - **Dicionário da Escravidão e Liberdade**, Org. Lília Schwarcz e Flavio Gomes. São Paulo: Companhia das Letras, 2018 (Verbete).

MAMIGONIAN, Beatriz G. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. v. 1. 600p.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 5, p. 35-53, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Os direitos dos libertos africanos no Brasil oitocentista: entre razões de direito e considerações políticas. **História (São Paulo)**, v. 34, p. 181-205, 2015.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; GRINBERG, Keila. O crime de redução de pessoa livre à escravidão no Brasil oitocentista. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 13, p. 1-21, 2021.

MARQUESE, Rafael. “Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX.” **Novos Estudos** 74. Março 2006

MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. **Revista de Índias**, v. 71, n. 251, p. 19-52, 2011.

MARTINS, A. & LUCA, T. (org.). (2008). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luiz Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. 2ª. **Edição-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora**, 2004.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado imperial**. *Hucitec*, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Bom Texto, 2008.

MATTOS, Regiane Augusto de. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné: grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850)**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Brasiliense, 1982.

MOLINA, Matias. **História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)** v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Zahar, 2003.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**. Paco Editorial, 2016.

MOREL, Marco; DE BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Ed. DP & A, 2003.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

MUAZE, Mariana. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. In.: **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. Organizadoras: Helen Osório e Regina Célia Lima Xavier – São Leopoldo: Oikos, 2018.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Publifolha, 2000.

NETO, José Maia Bezerra. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Afro-Ásia**, n. 28, p. 221-250, 2002.

NETO, José Maia Bezerra. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. **Afro-Ásia**, n. 28, p. 221-250, 2002.

NEVES, Raphael. **Experiências capturadas: em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821**. 2012. [57 f.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [Seropédica-RJ].

OLIVEIRA, Saulo Veiga; ODA, Ana Maria Galdini Raimundo. O suicídio de escravos em São Paulo nas últimas duas décadas da escravidão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p. 371-388, abr.-jun. 2008.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v. I. 373p.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. A escravidão ilegal e a precariedade da liberdade na Província do Ceará no Século XIX. **Fênix-Revista De História E Estudos Culturais**, v. 13, n. 1, 2016.

PEDROZA, Antônia Márcia Nogueira; FUNES. Eurípedes Antônio. A escravidão ilegal noticiada e interpretada na imprensa do Ceará oitocentista. **Revista Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2016. (Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação, 9).

PEREIRA, Vantuil. **Ao soberano congresso: direitos do cidadão na formação do estado imperial (1822-1831)**. São Paulo, Casa Alameda Editorial, 2010.

PINHEIRO, Fernanda A. Domingos. A precariedade da liberdade: experiências de libertos em Mariana, século XVIII. **Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2009.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Editora Unicamp, 2018.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. Rebelião escrava e historiografia. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 17, n. Especial, p. 07-35, 1987.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. **Escravidão negra no Brasil**. Editora Atica, 1987.

REIS, João José (2000). "Nos achamos em campo a tratar da liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo, Editora SENAC. p. 241- 263."

REIS, João José (*org.*). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociações e Conflito; a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. "Nos achamos em campo a tratar da liberdade": a resistência escrava no Brasil oitocentista. **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias**. São Paulo: Editora do Senac, p. 241-263, 2000.

REIS, João José. O levante dos Malês na Bahia: uma interpretação política. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 17, n. Especial, p. 131-149, 1987.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, n. 28, p. 14-39, 1996.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. (Ed.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Gladys S.; e PEREIRA, Vantuil. "O Primeiro Reinado em revisão". In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **Coleção Brasil Imperial**, 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

RODRIGUES, Aldair. "Humanidades digitais e diáspora africana: questões éticas e metodológicas na elaboração de uma base de dados sobre a população escravizada de mariana (século XVIII)." **Estudos Históricos (Rio de Janeiro)** 33 (2020): 64-87.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850**. Editora da UNICAMP, 2000.

RODRIGUES, José Honório. A rebelião negra e a abolição. **Afro-Ásia**, n. 6-7, 1968.

SALLES, Ricardo. **E o vale era escravo**. Vassouras, século XIX., RJ: Civilização Brasileira 2008.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Topbooks, 1996.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. **Narrativas de viagem e escrita da história: os franceses no processo abolicionista brasileiro (1850-1899)**. FAPERJ, 2013.

SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. Os relatos de viagem e o mito de democracia racial. In: Cláudia Regina Andrade dos Santos; Nelson de Sena Filho. (Org.). **Estudos de Política e Cultura: Novos olhares**. Goiânia: Vieira, 2006, v. p. 35-46.

SANTOS, Cláudia. "Imprensa" in MOTTA, Márcia (org.) **Propriedades e Disputas. Fontes para a história do oitocentos**. Niterói: EDUFF, 2011.

SANTOS, Tatiane Rocha de Queiroz dos Santos. **A conformação da identidade política dos regressistas pelas páginas do O Cronista e o Brasil (1836-1841)**. 2020. Tese (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. Companhia das Letras, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. Editora Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. Editora Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Edusc, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. Mocambos, Quilombos e Palmares. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 17, n. Especial, p. 61-86, 1987.

SCHWARTZ, Stuart e LANGFUR, Hal. Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas. **Afro-Ásia**. Salvador, v.29/30, p.13-40, 2003.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, v. 1, 2013.

SILVA, Marilene Nogueira da. **Negro na Rua. A nova face da escravidão**. São Paulo, HUCIEC, 1988.

SILVA, Roger Anibal Lambert da. **Em nome da ordem: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2017.

SLENES, Robert W. **Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas. SP: Unicamp, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. " Com o Pé sobre um Vulcão": Africanos Minas, Identidades e a Repressão Antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 2, p. 00-00, 2001.

SOARES, Geraldo Antonio. Quando os escravos fugiam: Províncias do Espírito Santo, última década da escravidão. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v.XXIX, n.1, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

STOLZ, Sheila. A ordem do discurso e suas relações com o poder: vertigem e quebra de certezas. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 13, p. 159-176, 2008.

THOMAZ, Daniel Mandur et al. Sob a regência do medo: imprensa, poder e rebelião escrava na Corte Imperial, 1835. 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. As peculiaridades dos Ingleses. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2012. p. 75–173.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

YOUSSEF, Alain el. **Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

YOUSSEF, Alain. A imprensa e a reabertura do tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, 1831-1840. **Tempo**, v. 27, p. 228-246, 2021.

ZUBARAN, Maria Angélica. Escravidão e liberdade nas fronteiras do Rio Grande do Sul (1860-1880): o caso da Lei de 1831. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 32, n. 2, p. 119-132, 2006.